

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NA UFRB

Turma Formacampo



Terciana Vidal Moura
Ana Cristina Nascimento Givigi
Fábio Josué Souza dos Santos
Arlete Ramos dos Santos
Edjaldo Vieira dos Santos
Marilúcia de Jesus Santana Santos



NOVA TERRA
Editora

O processo formativo é resultado de uma parceria política, pedagógica e organizativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, dos professores e egressos do Formacampo, advindos de grupos de pesquisa da Universidade Estadual da Bahia – UNEB e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, com o apoio do Ministério da Educação – MEC/SECADI, da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos na formação.

A formação se destinou a professoras(es), coordenadoras pedagógicas de turmas multisseriadas das redes municipais, cujas comunidades e escolas tornam-se contexto para estudos, discussões e sistematização de conteúdos, que irão se articular com os conhecimentos científicos trabalhados na escola, numa perspectiva de contextualização curricular, crítica e propositiva para mudança da prática pedagógica dessas escolas.

A referência na epistemologia da práxis permeia todo o trabalho da formação continuada, que assume o compromisso de colocar a prática como fundamento do conhecimento e o conhecimento como fundamento da prática. Esse fundamento se expressa nos registros das diferentes experiências que compõe cada capítulo.

“Dia de relembrar a memória de tantas pessoas queridas, em especial, das e dos que contribuíram para a permanência da Escola na Comunidade”

“Escola é Vida na Comunidade”

“Raízes se formam no campo”

Maria do Socorro Silva
MEC/SECADI/DIPECEA
(Trecho do prefácio)



NOVA TERRA
Editora



@ novaterra_editora



novaterraedi@gmail.com



74 99920 2714





Os autores são integralmente responsáveis pelo conteúdo publicado.
Esta obra está licenciada sob a Creative Commons Atribuição-
Compartilhual 4.0 Internacional.

Diagramação: Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Capa: Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Revisão: Ianarah Quise Freitas Sena
Editor: Américo Júnior Nunes da Silva



10.62987/novatterraeditora.livroe202534

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Experiências formativas do Programa Escola da
Terra na UFRB [livro eletrônico] : turma
formacampo / organização Terciana Vidal
Moura...[et al.]. -- Senhor do Bonfim, BA :
Nova Terra Editora, 2025.
PDF

Vários autores
Bibliografia
ISBN 978-65-83892-13-3

1. Educação 2. Ensino 3. Formação docente -
Metodologias ativas 4. Pesquisa I. Moura, Terciana
Vidal.

25-324413.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Terciana Vidal Moura
Ana Cristina Nascimento Givigi
Fábio Josué Souza dos Santos
Arlete Ramos dos Santos
Edjaldo Vieira dos Santos
Marilúcia de Jesus Santana Santos
(Organizadores)

**Experiências formativas do Programa
Escola da Terra na UFRB- Turma
Formacampo**

2025

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (UFAL)

Dr. Adson dos Santos Bastos (UNEB)

Dr. Álamo Pimentel (UFSB)

Dr. Adelson Dias de Oliveira (UNIVASF)

Dr^a. Arlete Ramos dos Santos (UESB)

Dr.a Cleide Carvalho de Matos (UFPA)

Dr. Fábio Dantas de Souza Silva (UEFS)

Dr^a. Edonilce da Rocha Barros (UNEB)

Dr. Elmo de Souza Lima (UFPI)

Dr. João César Abreu de Oliveira Filho (IFCE)

Dr^a. Jussimária Almeida dos Santos (UniAraguaia)

Dr. José Aurimar dos Santos Angelim (IF-BAIANO)

Dr. Luciélío Marinho da Costa (UFPB)

Dra. Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)

Dr^a. Marilene Santos (UFS)

Dr. Rafael Alberto González González (UPEL e Universidad de
Carabobo - UC, Venezuela)

Dra. Rita Gomes do Nascimento (Flacso-Brasil)

Dr. Roberto Marques (UFRJ)

Dr^a. Salete Valesan Camba (Flacso-Brasil)

Dr. Salomão Mufarrej Hage (UFPA)

Dr^a. Terciana Vidal Moura (UFRB)

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e
Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI)
Secretaria de Políticas Educacionais do Campo e da Educação
Ambiental
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Programa Escola da Terra
Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da UFRB
(CCAAB)
Centro de Formação de Professores da UFRB (CFP)
Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB
Grupo de Pesquisa Observale
Programa Formacampo



Programa Escola da Terra da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Equipe de coordenação e formação

COORDENAÇÃO GERAL

Terciana Vidal Moura dos
Santos

Ana Cristina Nascimento
Givigi

Fábio Josué Souza dos Santos
Arlete Ramos dos Santos

COORDENAÇÃO ESTADUAL

Fernanda Pessôa do Amaral

EQUIPE FORMADORA

Cristiane Santos Oliveira
Daniel Santos de Oliveira
Deise Soraia Marta de Souza
Galvão

Edjaldo Vieira dos Santos
Edna de Souza Moreira
Fabrício Ribeiro Caires
Higro Souza Silva
Inaiara Alves Rolim
Jaqueline Braga Morais
Cajaiba

Niltânia Brito Oliveira
Ricardo Alexandre Castro
Valéria Souza Lima Brito

MONITORA

Ingrid Braz de Oliveira

TUTORES

Município de Elísio Medrado:
Valnei Cardos de Jesus e Renê
Souza Andrade

Município de Iaçú: Débora
Lima Gomes, Liliane Lima
Silva, Ecilene Lima Gomes
Vasconcelos, Taislane Ferreira
Santos e Naiara Silva dos
Santos

**Município de Santo Antônio
de Jesus:** Marilúcia de Jesus
Santana Santos, Manoella de
Souza Fonseca Marques, Jilvan
Santos de Jesus e Cleuza da
Silva Freire

Município de Santo Amaro:
Crispina dos Santos, Larissa
Rafaele dos Santos Castro
e Mércia do Nascimento Farias
Município de Sapeaçu: Ana
Lúcia da Ressurreição Santos e
Andreia Costa Oliveira

Sumário

Apresentação	12
<i>Terciana Vidal Moura</i>	
<i>Ana Cristina Nascimento Givigi</i>	
<i>Fábio Josué Souza dos Santos</i>	
<i>Arlete Ramos dos Santos</i>	
Prefácio	17
<i>Maria do Socorro Silva</i>	
PARTE I - FORMADORES	
O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA: Turma Formacampo como espaço de memória. Sistematizando e registrando nossas experiências formativas	20
<i>Ana Cristina Nascimento Givigi</i>	
<i>Deise Soraia Marta de Souza Galvão</i>	
PROGRAMA ESCOLA DA TERRA - TURMA FORMACAMPO: vivências da formação de Educadores e Educadoras do Campo no município de Iaçu	37
<i>Jaqueline Braga Moraes Cajaiba</i>	
<i>Niltânia Brito Oliveira</i>	
O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-TURMA FORMACAMPO EM SAPEAÇU-BAHIA: memórias, trajetórias e contribuições	55
<i>Edjaldo Vieira dos Santos</i>	
<i>Arlete Ramos dos Santos</i>	
<i>Terciana Vidal Moura</i>	

PARTE II

**TUTORES DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA - TURMA
FORMACAMPO: Memórias e trajetórias em caminhos de
esperança** 77

**O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
ATRAVÉS DA ESCOLA DA TERRA: Acompanhamento da
Turma Formacampo da Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia - UFRB (2024 - 2025)** 78

Fernanda Pessôa do Amaral

**PROGRAMA ESCOLA DA TERRA - TURMA
FORMACAMPO EM IAÇU-BAHIA: formação continuada de
educadores que atuam em escolas do campo multisseriadas** 96

Liliane Lima Silva

Terciana Vidal Moura

**FORMAÇÃO ESCOLA DA TERRA-TURMA
FORMACAMPO: experiência e saberes na Educação do
Campo** 113

Taislane Ferreira Santos

**PROGRAMA ESCOLA DA TERRA, TURMA
FORMACAMPO: desbravando e percorrendo caminhos para
o fortalecimento da Educação do Campo no município de
Santo Antônio de Jesus** 120

Cleuza Moraes da Silva Freire

Jilvan Santos de Jesus

Manoella de Souza Fonsêca Marques

Marilucia de Jesus Santana Santos

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA ESCOLA DA
TERRA NA UFRB - TURMA FORMACAMPO NO
MUNICÍPIO DE ELÍSIO MEDRADO-BA** 137

Renê Souza Andrade

Valnei Cardoso de Jesus

**O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-TURMA
FORMACAMPO NO MUNICÍPIO DE SAPEAÇU/BAHIA 149**

Ana Lúcia da Ressurreição Santos

Andreia Costa Oliveira

Apresentação

Terciana Vidal Moura¹

Ana Cristina Nascimento Givigi²

Fábio Josué Souza dos Santos³

Arlete Ramos dos Santos⁴

O presente livro traz relatos de experiências vividas por tutores/as, formadores/as e equipe de coordenação do Programa Escola da Terra na UFRB-Turma Formacampo. Trata-se de uma ação do Programa Escola da Terra, da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), destina-se especialmente à formação continuada dos/as professores/as que atuam nas escolas do campo. Essa ação propõe, como principal estratégia, educar através da utilização de recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do professor, a valorização de seu contexto sociocultural e melhoria da qualidade da educação nas escolas do campo.

Teve como objeto de execução realizar um Curso de Aperfeiçoamento, no âmbito da formação continuada, para 250 (duzentos e cinquenta) professoras(es) das escolas de Educação Básica do campo do estado da Bahia, que fazem parte do Programa Formação Continuada de Educadores do Campo (Formacampo).

Foi executado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como ação de extensão, do Centro de Ciências

¹ Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

² Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

³ Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

⁴ Professora da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB)

Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB e como uma ação do Grupo de Pesquisa da UFRB Observatório da Educação do Campo no Recôncavo e Vale do Jiquiriçá (Observale).

Financiado pela Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). Recurso executado via TED, pela UFRB e a Fapex, no período de agosto de 2024 à 30 de setembro de 2025, sob a Coordenação da Professora da UFRB, Terciana Vidal Moura.

Foi uma ação desenvolvida em parceria com o Programa de Formação Continuada de Educadores e Educadoras do Campo (Formacampo), juntamente com as seguintes universidades: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atuou em 5 municípios da Bahia: Iaçú, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Elísio Medrado e Sapeaçu, atendendo um total de 250 cursistas. Como objetivos, a ação propôs:

- Contribuir com a execução da Política Pública de formação continuada para docentes de educação básica que atuam na Educação do Campo, no âmbito do Programa Escola da Terra, do MEC, de forma a proporcionar a atualização e aprofundamento do conhecimento dos/as docentes que estão em efetivo exercício da docência e, assim, contribuir para a melhoria da educação nas redes municipais.
- Ofertar curso de aperfeiçoamento sobre a temática Educação do Campo, com duração de 180 horas, em regime presencial/alternância, para 250 cursistas (professores e coordenadores pedagógicos) das redes municipais atendidas pelo Programa Formacampo que atuam em escolas do campo ou quilombolas no Estado da Bahia.
- Realizar um levantamento sobre a Educação do Campo

nos municípios atendidos pelo projeto aqui referido, levantando as políticas educacionais, as práticas pedagógicas e os indicadores educacionais no recorte temporal de 2021 a 2024;

- Orientar o processo de construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo e as Diretrizes Municipais da Educação do Campo, buscando para consolidação de marcos normativos que ajudem a afirmar a identidades da escola do campo e a organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, de modo a garantir a materialização das concepções e princípios da Educação do Campo no chão das escolas.

- Avaliar e analisar o processo de construção dos Projetos Políticos Pedagógicos e das Diretrizes Municipais de Educação do Campo dos municípios atendidos pelo programa.

Do ponto de vista científico, o projeto desenvolveu uma experiência de formação continuada com professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e diretores/as escolares de escolas do campo, movimentos sociais, construída participativamente, envolvendo a indissociabilidade pesquisa e extensão, através de uma rede de instituições públicas (UFRB, UESB, UESC e UNEB), por meio da metodologia da Pedagogia da Alternância, o que configura uma grande inovação no que concerne à formação continuada em serviço, ensejando a sua sistematização através de produções acadêmicas que contribuirão para avançar o conhecimento na área.

A estrutura pedagógica foi organizada nos moldes e fundamentos da Pedagogia da Alternância objetivando desenvolver ações que estimulem a materialização da práxis pedagógica. O percurso formativo aconteceu no período de outubro de 2024 à agosto de 2025, através de diversas ações formativas, a saber: seminários, encontros, aulas expositivas, rodas de conversa, palestras, lives, participação em eventos e minicursos.

A formação presencial no Tempo Universidade aconteceu nos municípios atendidos e dois seminários foram realizados na UFRB. E o Tempo comunidade foi acompanhado pelos tutores, professores formadores e coordenação estadual. Foram realizadas também visitas presenciais pela coordenação geral nas formações realizadas no Tempo Universidade nos municípios.

A formação teve uma carga total de 180 horas divididas em 4 (quatro) módulos formativos, desenvolvidos nos municípios, através da Pedagogia da Alternância. O I Módulo teve como foco a Educação do Campo e seus fundamentos epistemológicos e foi realizado no período de novembro de 2024 à fevereiro de 2025. O II Módulo teve como foco a Educação do Campo: sujeitos, escola e diversidade e foi realizado em março de 2025. O III Módulo abordou as práticas educativas, saberes e fazeres do campo e foi desenvolvido no período de abril de 2025. O IV Módulo problematizou as experiências sobre gestão das escolas do campo.

Além dos módulos formativos, realizamos o Seminário de Abertura da formação no dia 18 de outubro de 2024 e o Seminário Final da formação, no dia 08 de agosto da 2025, ambos no Auditório da Biblioteca Central da UFRB.

Os cursistas avaliaram a ação de forma positiva, destacando a sua importância para construção e a afirmação de suas identidades enquanto educadores do campo, aprendizagens conceituais, bem como, para mudanças qualitativas em suas práticas pedagógicas.

Esperamos que a leitura dessa obra possa fortalecer a luta pela construção da Educação do Campo, enquanto projeto histórico de sociedade, bem como, afirmar as escolas do campo na perspectiva da identidade defendida pelas concepções e princípios da Educação do Campo. Lembremos que o campo da educação nunca está desocupado e no processo de disputa contra hegemônica, precisamos ocupar o Estado, as políticas públicas e

educação e a escola... ocupar tudo aquilo que fortaleça a materialização da Educação do Campo em nosso país. Sigamos nessa luta coletiva!!!

Vamos OCUPAR!!!!

Prefácio

Tomamos a epistemologia da práxis como teoria do conhecimento, que pode oferecer elementos para uma proposição de formação do homem e, neste caso específico, da formação de professores, pois posicionando a centralidade do conhecer na prática social dos indivíduos concretos historicamente como referência para a compreensão do real. Dessa forma, ela se faz necessária frente à realidade do trabalho docente em relação ao que se intenta ou se pretende atingir no campo educacional, ou seja, a função docente de ensinar na e para a constituição da emancipação humana.

Katia Curado

Essa fala da professora Katia Curado, sobre a epistemologia da práxis como teoria que fundamenta a formação de professores(as), orientou nossa reflexão durante a leitura do livro *Experiências Formativas do Programa Escola da Terra na Ufrb – Turma Formacampo*. Uma escrita de autoria coletiva que sistematiza a produção de conhecimento do Programa Escola da Terra, desenvolvido pela UFRB, em cinco municípios: Iaçú, Santo Antonio de Jesus, Sapeaçu, Santo Amaro e Elisio, os quais fazem parte de três territórios de Identidade do Estado da Bahia – o Vale do Jiquiriçá, o Recôncavo da Bahia e Chapada Diamantina.

O processo formativo é resultado de uma parceria política, pedagógica e organizativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, dos professores e egressos do Formacampo, advindos de grupos de pesquisa da Universidade Estadual da Bahia – UNEB e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, com o apoio do Ministério da Educação – MEC/SECADI, da Secretaria Estadual

de Educação e das Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos na formação.

A formação se destinou a professoras(es), coordenadoras pedagógicas de turmas multisseriadas das redes municipais, cujas comunidades e escolas tornam-se contexto para estudos, discussões e sistematização de conteúdos, que irão se articular com os conhecimentos científicos trabalhados na escola, numa perspectiva de contextualização curricular, crítica e propositiva para mudança da prática pedagógica dessas escolas.

A referência na epistemologia da práxis permeia todo o trabalho da formação continuada, que assume o compromisso de *colocar a prática como fundamento do conhecimento e o conhecimento como fundamento da prática*. Esse fundamento se expressa nos registros das diferentes experiências que compõe cada capítulo.

A diversidade de temas/conteúdos/metodologias abordadas e a articulação para que eles sejam incorporados no ensino, como especificidade do trabalho docente, não só como transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados, mas de proporcionar uma prática discente, que mapeia, discute e sistematiza o conteúdo cultural, ambiental e social que circula na comunidade, que passa também a compor o conteúdo da escola, nas diferentes áreas de conhecimento trabalhadas.

Ao refletir sobre o fazer pedagógico, assume o princípio de formar o método não só pelo conteúdo, mas pelo próprio método desenvolvido na formação, possibilitado pela formação por alternância com tempos de estudos e de práticas nas escolas, ou seja, a atividade prática docente se torna também conteúdo formativo, que se fortalece com a alternância dos tempos e espaços dos módulos e das atividades nas escolas com acompanhamento dos tutores do Programa.

Isso possibilita um maior conhecimento da realidade do município, da gestão educacional, do funcionamento e organização das escolas multisseriadas, o que proporciona

também a formação da equipe coordenadora do Programa e seu reconhecimento pelos gestores municipais.

A formação da alternância também possibilita uma diversidade de instrumentos de articulação entre esses tempos e espaços pedagógicos, como por exemplo, o inventário da realidade, das comunidades e das escolas, a construção da cartografia social do município, a construção de maquetes, jogos pedagógicos e mapas, o que possibilita um maior conhecimento sobre a territorialidade, sobre a organização do trabalho nas comunidades, suas culturas, questões socioambientais e históricas. Isso suscita reflexões interdisciplinares e transdisciplinares sobre a organização do trabalho pedagógico nas turmas multisseriadas e se transformam em conteúdos a serem trabalhados nas Linguagens, na Geografia, nas Ciências Naturais e no letramento matemático.

Cabe destacar os estudos sobre a agroecologia que evidencia os agroecossistemas, a discussão sobre a justiça climática, as relações entre os seres humanos e os ambientes, como eixo do processo de formação continuada. Esta reflexão que se origina a partir da socialização de diferentes experiências durante os módulos, como: os quintais agroecológicos produtivos, o trabalho da Rede de Agroecologia Povos da Mata, a prática desenvolvida no curso de Agroecologia do Pronera, a produção de material didático sobre agroecologia, o que fortalece a Agroecologia, como um dos fundamentos e finalidade das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas.

A perspectiva do trabalho docente, fundamentado na formação humana crítica e emancipatória, é uma das finalidades do Programa Escola da Terra, numa perspectiva de que não se trata somente de transmissão de conteúdos, mas de um processo de construção de capacidades cognitivas no saber fazer das professoras, que possibilite uma postura crítica e criativa na organização da sua prática docente.

A mudança no trabalho do docente e na prática pedagógica da escola suscita reflexões sobre a gestão escolar e, consequentemente, sobre o projeto político pedagógico da escola, sobre o planejamento e a avaliação. Percebemos que este tema, na formação, surge como algo pouco debatido e refletido coletivamente. A gestão escolar, como organização deste fazer pedagógico, contextualizando a realidade das comunidades camponesas, requisita um conhecimento da comunidade escolar, mas também da organização política da educação e das tensões e contradições, da implementação das políticas públicas municipais e nacionais.

A discussão sobre a gestão do trabalho pedagógico - que envolve discussão do currículo, da avaliação, do planejamento, dos processos de aprendizagem - precisa estar dialeticamente ligada à gestão da relação institucional com a rede, com as outras escolas do campo e com a gestão do espaço de trabalho cotidiano, que vai desde a limpeza, a alimentação escolar, ao transporte, dimensões que potencializam o desafio, quando se trata das escolas multisseriadas, que nem sempre possuem esta diversidade de profissionais da educação, mas que se torna estratégico para que possamos pensar a gestão na realidade das escolas multisseriadas, que são maioria no campo brasileiro.

Por fim, vale destacar os instrumentos avaliativos utilizados ao longo do processo formativo, que se evidenciam nos diferentes capítulos, tais como: pinturas de telas, elaboração e execução de planos de aula, construção de textos sobre os temas, mapas conceituais, dramatizações, que explicitam o processo de construção do conhecimento dos cursistas, a mudança no seu trabalho docente e no seu pertencimento ao campo como profissional da educação e como intelectual orgânico. Vale também registrar nossa alegria pelo papel que o Programa Escola da Terra vem realizando na formação continuada dos professores e professoras, coordenadores

pedagógicos e gestores das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas, no Brasil.

Maria do Socorro Silva

MEC/SECADI/DIPECEA

Brasília, 02 de novembro de 2025

*“Dia de relembrar a memória de tantas pessoas queridas, em especial,
das e dos que contribuíram para a permanência da Escola na
Comunidade”*

“Escola é Vida na Comunidade”

“Raíces se formam no campo”

PARTE I - FORMADORES

O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA Turma Formacampo como espaço de memória



**Sistematizando e registrando nossas
experiências formativas**

A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE ELÍSIO MEDRADO-BA

Ana Cristina Nascimento Givigi⁵
Deise Soraia Marta de Souza Galvão⁶

Resumo

O texto que se apresenta tem a intenção de abordar a experiência formativa do Programa Escola da Terra, no município de Elísio Medrado-BA, a partir da nossa análise enquanto formadoras do curso. As atividades ocorreram no período de outubro de 2024 a agosto de 2025, contabilizando uma carga horária de 180h, tendo 38 (trinta e oito) cursistas inscritos/as inicialmente. Desses, 02 (dois) foram tutores e houve apenas 03 (três) desistências. A abordagem metodológica do curso preservou o trabalho com a epistemologia da práxis, destacando as pedagogias da educação popular e aquelas produzidas pelos movimentos sociais do campo, por entender a necessidade de se subsidiar a construção de uma sólida formação de professores/as que auxiliasse no enfrentamento da precarização do trabalho e gerasse a valorização da formação, condições primordiais na luta contra o desmonte da educação pública, especialmente no campo. A partir da presença deste importante Programa no município, pudemos perceber a mudança de postura dos professores/as na maior e mais qualificada defesa das políticas públicas do campo, tendo como cerne a preocupação em atender aos/as alunos/as do campo a partir de suas necessidades concretas e produzir instrumentos pedagógicos e curriculares alinhados a essas políticas. Pudemos também constatar o

⁵Professora Associada da Universidade do Recôncavo da Bahia e Vice-Coordenadora do PPGEDUCAMPO/UFRB. Amargosa, Bahia, Brasil. E-mail: kikigivigi@ufrb.edu.br

⁶Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Educação de Amargosa. Professora substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-URRB. Amargosa, Bahia, Brasil. E-mail: deiseuesb@hotmail.com

envolvimento dos/as cursistas na organização dos elementos pedagógicos do campo – como a mística, a partilha, o lanche coletivo –, influenciando na construção de seus perfis profissionais. Destacamos que, a partir do que foi discutido e vivenciado nos momentos formativos, presenciamos a reativação de uma escola que estava fechada por 17 (dezesete) anos, revelando que a abordagem desenvolvida tensionou questões que fomentaram a construção de uma educação crítica e emancipadora.

Palavras- chave: Experiência formativa; formação de professores; práxis pedagógicas.

Apresentação

O programa Escola da Terra configura-se como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, construído no ano de 2012, no intuito de definir ações que subsidiassem a efetivação do direito à Educação do Campo, principalmente no que se refere às suas pautas de reivindicações históricas. No que diz respeito à formação de professores, a política conta com as parcerias de Instituições Superiores de Ensino (IES), os Estados, o Distrito Federal e os municípios para a sua efetivação, além da defesa permanente dos movimentos sociais do campo em seus fóruns instituídos e seus modos de organização.

Em 2024, através do Termo de execução Centralizada (TED), de nº 13784, executado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Programa Escola da Terra contemplou cinco municípios: Iaçú, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Santo Amaro e Elísio Medrado, sendo este último o campo deste trabalho. Tratam-se de municípios baianos que abrangem três Territórios de Identidade – o Vale do Jiquiriçá, o Recôncavo da Bahia e Chapada Diamantina –, o que gerou oportunidades de contato com a diversidade de matrizes

culturais formadas pelas experiências camponesas e escolares de diferentes territórios.

Também nos cabe destacar que esta edição do Programa escola da Terra contou com a parceria política e orgânica do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB, através de professores, egressos e discentes do programa, bem como de formadores/as do Formacampo, advindos de grupos de pesquisa e instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Por sua experiência em todo o Brasil, o Programa Escola da Terra atua na formação continuada de professores/as do campo com o intuito de discutir as condições de acesso e permanência *vis-avis* às lutas e implementações de políticas públicas do campo, bem como interferir na qualidade dos instrumentos institucionais curriculares, pedagógicos e didáticos por meio da formação crítica e da reflexão oposta às políticas implantadas na escola rural, de caráter reprodutivista e tecnicista, vinculadas ao modo capitalista de produção e ao trabalho precarizado no campo. Nesse sentido, o Escola da Terra é uma ação que entende o direito a terra para aqueles/as que foram excluídos dela, porque foram “decretados sem saberes, sem valores para o trabalho, de produtividade, sem educação, iletrados, analfabetos, logo incapazes de tornar a terra produtiva” (Arroyo, 2020, p. 15).

A exclusão do direito a terra é reinterpretada e vivenciada pelos movimentos sociais do campo como um direito de todos que dela vivem e nela trabalham e, por sua vez, não condicionado ao letramento ou à educação. Contudo, ao defender o direito a terra, reconhece os povos que nela trabalham como ‘humanos’ e defende seu direito à educação como forma de reafirmar sua condição ontológica e social:

Essa relação não direito à terra porque não humanos, não educáveis, não humanizáveis tem provocado resistências e tem reforçado, de maneira radical, as lutas por direito à terra articuladas às lutas por direito à educação, e ainda, reforçado a afirmação dos povos/trabalhadores do campo como sujeitos de valores, saberes e culturas. Humanos (Arroyo, 2020, p. 16).

O autor defende os documentos e políticas públicas como resultado das memórias das lutas construídas por estes/as desumanizados, pelos/as agricultores/as, pelo movimento popular, pelas lutas, por um outro paradigma pedagógico que reúna todas essas lutas camponesas, de educadores/as sociais do campo e professores/as. Dessa forma, podemos dizer que o Programa Escola da Terra, mais contemporaneamente, tem garantido a partilha da experiência docente no campo, efetivando o debate divergente entre educadores/as e comunidade escolar. Dizemos isso, porque o Programa alcança professores/as que lecionam em escolas que ainda não implantaram a política da Educação do Campo e também outros/as, cujas escolas se constroem a partir destas políticas, possibilitando a construção do pensamento crítico e o impulsionamento em direção à materialização de uma escola do campo. Isso faz com que entendamos a importância da formação continuada a partir desta política que transforma professores/as rurais em professores/as do campo, e assim, agentes multiplicadores e transformadores/as da escola.

Foi nessa expectativa que nos tornamos professoras formadoras: promover o debate sobre as divergências entre escola rural e escola do campo e tudo que daí advém, em razão do projeto político de educação que as enseja. Dessa forma, o Curso de Aperfeiçoamento, ofertado no município, teve uma carga horária de 180 horas, sendo gerido pela Modalidade da Pedagogia da Alternância, prevendo momentos divididos entre

Tempo Universidade e Tempo Comunidade, onde os/as cursistas vivenciaram atividades de cunho teórico/prático, ampliando suas perspectivas no que se refere à práxis pedagógica e aos debates que isso proporciona quanto às políticas públicas, a diversidade, o projeto político pedagógico, a gestão escolar, a experiência agroecológica nas escolas, dentre outros.

A experiência

A formação aconteceu a partir do regime pedagógico da Pedagogia da Alternância, tendo sido dividida em tempo comunidade (TC) e tempo universidade (TU). As formadoras, autoras deste trabalho, tiveram a parceria de dois tutores, coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino: Renê Souza Andrade e Valnei Cardoso de Jesus. É importante considerar também que esta experiência no município envolveu professora, egressa e discente do PPGEDUCAMPO/UFRB, como formadoras, aproximando os/as cursistas da Pós-graduação em Educação do Campo, uma possibilidade de formação continuada que pode ser mirada pelos/as educadores/as.

Para a formação, tivemos como eixo orientador, no módulo I, “A epistemologia da Educação do campo”, no qual foram discutidos os fundamentos epistemológicos da Educação do Campo e esta como território de disputa de projetos. Refletimos, inicialmente, sobre a escola rural e a escola do campo, buscando evidenciar a intencionalidade destes projetos de educação em que o primeiro e sua relação com o modelo capitalista de agricultura no campo revelam exatamente sua intenção de apagar as “conexões formativas que importam à escola, e que existem na realidade concreta, *(para que)* não se mostrem” (Caldart, 2023, p. 26). Multiplicamos as impressões sobre a ausência de políticas públicas e o modo como a escola

rural intensifica a distância entre experiência camponesa e educação, traduzindo-se em um proposital projeto de adesão ao tecnicismo e ao engajamento do sujeito do campo à produtividade capitalista no campo, à permanência nas condições de subalternização na terra, dentre outros.

Em outra perspectiva, o projeto de educação do campo desenvolve-se em íntima conexão com a realidade histórico-material da vida humana e, em contraposição ao anterior, compreende que os movimentos sociais do campo, as organizações no/do campo, a diversidade no campo e suas contemporâneas formas devem orientar a atualidade histórica de um projeto de transformação dos modos de produzir e viver no capitalismo em direção à uma vida comunal, complexa e autodeterminada.

Orienta-se, portanto, por uma perspectiva que entende a educação e a escola localizada em um tempo histórico e com finalidades e intencionalidades, como parte da formação humana. Por isso mesmo, ao se pensar um projeto de educação, os processos materiais e imateriais vivenciados pelos povos do campo que integram suas vidas, “nem todos eles planejavam ou intencionalizados para a formação” (Caldart, 2023, p. 24), são refletidos a partir de uma intencionalidade e finalidade formativa, construídos junto às experiências diversas de luta e resistência camponesa e o cotidiano da vida no campo.

No decorrer desse módulo, ouvimos sobre experiências resultantes do acúmulo histórico da vida no campo, mas também da intencionalidade aplicada a elas para construção de ‘um fazer pedagógico’ em consonância com o projeto de educação do campo. Assim, fomos contemplados com relatos de experiências exitosas na educação do Campo, por meio de egressos/as do PPGEDUCAMPO, da UFRB, como forma de potencializar as atividades já existentes nas escolas de Elísio Medrado, bem como contribuir para uma melhor sistematização. Nesse sentido,

foram apresentadas as experiências dos quintais agroecológicos produtivos, com Maria José Gonçalves Santos; a Rede de agroecologia Povos da Mata, com Tatiane Botelho da Cruz; o curso de Agroecologia e o PRONERA, com Felipe de Sena e Silva e sobre a experiência do município de Açailândia - MA e a produção de um caderno pedagógico sobre agroecologia, de Luís Antônio Lima e Silva (assentado da reforma agrária). Essas experiências trouxeram a importância da discussão da agroecologia (também retomada no IV Módulo) na construção de uma escola do campo.

A escola do campo está inserida num contexto de disputas de projetos de educação, de rumos da educação pública e a inclusão de todos os povos no direito à educação. Assim, o atual estágio da crise ambiental, da tomada da terra pelo capital internacional e financeiro, da expansão do agronegócio, somado à crise política que centraliza a burguesia agrária nas tomadas de decisões nacionais e internacionais, é vivenciada no campo e na escola enquanto necessidade de um outro projeto que estabeleça parâmetros para as relações entre o humano, a terra e a educação.

Neste afã, a agroecologia, tomando-a como aprendizado científico com as vivências e tecnologias de povos ancestrais e seu legado, nos traz perspectivas de um outro projeto de desenvolvimento. Caldart (2017) nos diz que esta matriz tecnológica nasce das relações entre conhecimentos camponeses e seus saberes constituídos e sistematizados e pesquisadores. Ou seja, a agroecologia é uma perspectiva de vida – de caráter pedagógico e político – na escola onde está o sujeito do campo. Este saber transdisciplinar arregimenta novos hábitos alimentares, soberania nutricional, decisões estratégicas sobre a terra, cultivo e manejo, proposições de sistemas agroflorestais, o que exige uma Educação do Campo voltada permanentemente aos modos de vida no campo, nas águas e florestas, em

intercâmbio com a sistematização de saberes, por meio das instituições que aderem ao projeto de Educação do Campo.

Se, como nos diz Altieri (2012), a agroecologia nos insere em estudos holísticos sobre os agroecossistemas, também nos leva a pensar em novas relações entre os ambientes e os humanos. Por isso mesmo, durante este módulo, tivemos uma oficina sobre Agroecologia com a professora Dr.^a Lana Cecília, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No módulo II, tivemos como eixo “A Educação do Campo, sujeitos, escola e diversidade”, onde realizamos estudos sobre a organização curricular e a interdisciplinaridade nessas escolas, bem com a diversidade expressa nesse contexto. Esse módulo movimentou bastante a turma. Foi o momento de intercambiar o que estavam aprendendo com o que estavam fazendo em sala de aula.

Aqui, tivemos um rico trabalho a partir do inventário da realidade e da cartografia social, com apresentações de maquetes, representando a escola e o seu entorno, bem como o levantamento de questões sociais, econômicas, históricas e culturais das comunidades. Nesse momento, pudemos ver que os/as cursistas já faziam diferenciação entre uma escola mais próxima às organizações do campo – como associações produtivas, grupos de mulheres, movimentos sociais – e sua maior aproximação da perspectiva da Educação do Campo, mesmo não tendo ainda a implantação total das políticas públicas, e aquelas escolas que estão mais distantes da organização social da comunidade.

Tivemos também, o momento de projetar e materializar as experiências em sala de aula, a partir da elaboração de planos de aula, que rompiam com as barreiras da padronização, defendidas pelas políticas de regulação, coadunando com Moura e Santos (2025), quando salientam que a

Educação do Campo, ao se nutrir de concepções pedagógicas críticas e emancipatórias, fundadas numa Teoria Pedagógica gestada no seio dos Movimentos Sociais do Campo, fundamenta-se numa epistemologia que se opõe às tendências que têm embalado as políticas educacionais brasileiras contemporâneas, principalmente aquelas que orientam a formação docente e a organização do trabalho pedagógico por estarem alicerçadas pela lógica neoliberal (Moura; Santos, 2025, p. 5).

O Eixo orientador do módulo III girou em torno da temática “Práticas educativas: saberes e fazeres do campo”, contemplando a discussão sobre os processos de alfabetização e letramento e sobre as políticas públicas e gestão da Educação do Campo. Este módulo fomentou uma roda de conversa sobre experiências exitosas nas classes multisseriadas do campo e contou com a elaboração de mapas conceituais sobre o eixo em destaque.

Expressar o protagonismo e fomentar as ações desenvolvidas nas escolas com as turmas multisseriadas foram pontos-chave para o trabalho deste módulo. Reconhecidamente, há, hoje, uma luta encampada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC) que propõe a valorização da experiência do/a professor/a de classes multisseriadas e seu caráter inovador, combativo e resiliente em construir a Educação do Campo.

Para Moura e Santos (2021), esta experiência não só nos faz visionar novas pedagogias no campo, como se trata da defesa da manutenção da escola no campo, inserida na comunidade e na partilha de saberes entre indivíduos diferentes e partícipes da cultura camponesa. Nesse sentido, também podemos afirmar que:

Compreende-se que o professor desempenha um papel imprescindível na construção de um novo modelo social, que prime pela universalidade dos bens, pela igualdade de direitos, pela preservação dos recursos naturais e pela não exploração das forças humanas da maioria em detrimento do enriquecimento de determinados grupos sociais. Destaca-se que não se trata de delegar ao professor e à escola a responsabilidade exclusiva de mudança na atual conjuntura e estrutura que o capital tem nos impostos. Trata-se de reconhecer o professor como um intelectual orgânico e, portanto, parte integrante da classe trabalhadora e a educação sistematizada como possibilidade real de superação das concepções burguesas que continuam a prevalecer (Galvão; Cordeiro, 2024, p. 2).

O IV e último módulo teve como eixo orientador “Experiências sobre Gestão das escolas do campo”, abrindo espaço para o debate sobre o Projeto Político Pedagógico e as Diretrizes Municipais das escolas do Campo. Neste módulo, além de todo trabalho realizado presencialmente com a turma, tivemos a oportunidade de vivenciar a experiência da Associação Agroecológica Jaqueira, a partir de uma oficina realizada por Daniel Oliveira – representante da associação, que nos oportunizou pensar no projeto da escola, incluindo gestão, prática pedagógica, projeto de educação, dentre outros.

Resultados

No decorrer do curso, foi possível vivenciar os processos de aprendizagem a partir dos estudos, de pesquisas e da construção do lugar de fala de cada cursista, além de reflexões sobre a aplicação das discussões teóricas que estávamos desenvolvendo em relação à sua prática docente. O processo de

escuta atenta e sensível foi crucial para a análise de cada experiência vivida e contada pelo grupo e para que pudéssemos realizar intervenções, no sentido de partilhar nossas experiências e as da ciência para aprimorar a formação crítica e humana desses sujeitos, sobretudo para compreender como os/as cursistas situavam-se em relação à Educação do Campo.

Os/as cursistas expressaram a compreensão de que debates, como o da questão agrária e o da agroecologia, precisam estar diretamente inseridos nos currículos das escolas do campo, sob prerrogativa de dar possibilidade aos/as alunos/as de conhecer e agir sobre a sua realidade concreta. Reflexões sobre a distribuição de terra no município e a ausência dos povos originários no contexto das salas de aula, sobre como a produção das atividades econômicas do município e sua relação com a possibilidade de construção de uma escola do campo, bem como sobre a necessidade de se lutar contra o fechamento de escolas nas comunidades, foram trazidas à tona e instigaram o movimento de reabertura de uma escola desativada por quase duas décadas.

Em apresentações realizadas a partir do inventário da comunidade, os/as cursistas relataram a escola como local de sociabilidade, onde, além das aulas, acontecem festas, aniversários e momentos sociais da comunidade, ampliando a vida comunitária. Contudo, apesar de já inserir alguns elementos, o grupo sinaliza que as escolas ainda funcionam como escolas rurais e não como escolas do campo, pois não contemplam políticas da Educação do Campo, como o material didático dirigido, calendário escolar específico, relação institucional com movimentos sociais, dentre outros.

Os/as cursistas relacionaram a vida das comunidades à existência das escolas, implicando-as no processo de socialização da população do lugar. Indicaram como perspectiva, uma maior relação das escolas com Associações de Moradores locais e

cooperativas, onde as demandas sobre agricultura e extensão rural são a pauta. Disseram ainda, que algumas comunidades preservavam sementes crioulas e Casas de Farinha, onde o trabalho principal é das mulheres.

Outrossim, mesmo não sendo a educação o todo da formação humana, e, para pensá-la, precisaríamos compreender as pedagogias que se conectam, rompem e se redimensionam na vida cotidiana, do mesmo modo, ao acessar a escola como lugar de exercício intencional de um projeto também educativo, poderíamos, por meio do acesso a este projeto, dedicar-nos a analisar as relações que ali se constituem de um processo mais amplo de formação, mas também, enxergarmos o papel ativo de professores/as na educação de cada ser que está na comunidade escolar. Quando os/as cursistas apresentaram seus trabalhos sobre as maquetes, tivemos um desenho, em maior ou menor grau, da compreensão deles/as sobre as relações formação, educação e escola.

Considerações finais

Gestar a formação de professores do campo está ligado diretamente à luta pela superação de um projeto hegemônico pautado pela expropriação humana em favor da acumulação do capital. No campo, vivemos em disputa com o agronegócio e com todos os comprometimentos políticos, econômicos sociais e culturais que daí decorrem, em busca de uma nova forma de produção da vida a partir da agroecologia. No que se refere à formação de professores, vivenciamos outra disputa: formar professores/as numa perspectiva crítica e emancipadora, reafirmando a educação com um ato político ou pensar a Educação no Campo da racionalidade técnica, a partir da expansão das políticas neoliberais, que delineiam a educação

para a conformidade, para a desresponsabilização do estado e para o acúmulo cada vez maior do capital.

Nesse sentido, compreendemos que a formação ofertada pelo Programa mobilizou conhecimentos importantes a partir da leitura da realidade e sua correlação com os conceitos trabalhados. Os memoriais dos/as cursistas e os próprios relatos nos encontros sinalizaram que esta era a primeira vez que o município oferta uma formação específica para o campo, fato que denuncia e evidencia o descaso histórico relegado ao campo e a tudo que está ligado a ele.

O curso de aperfeiçoamento ofertado esteve ligado, em todos os momentos, aos princípios e bases legais da Educação do Campo, direcionando e/ou reorientando as práticas dos/das professores/as nas salas de aulas. As atividades desenvolvidas nos tempos universidade e comunidade (estudos, resolução de questões, organização de planejamentos, seminários, místicas, produção de mapas conceituais, relatos de experiências, mapeamento da realidade local, dentre outros) oportunizaram momentos de ampliação de conceitos e reflexão sobre o fazer docente nas escolas do campo no município.

Referências

ALTIERI, Miguel. **As bases científicas da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARROYO, M. Prefácio, Memórias de Educação do Campo. In: SANTOS, C. *et al.* (Org.). **Dossiê Educação do Campo**: documentos 1998-2018. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020. p. 11-29.

CALDART, R. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GALVÃO, D. S. M. de S.; CORDEIRO, K. O. S. Pedagogia histórico-crítica e Educação Infantil do Campo. **Horizontes**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. e023125, 2024. DOI: 10.24933/horizontes. V. 42i1.1815. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1815>.
Acesso em: 6 abr. 2025.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. **A educação na reforma agrária em perspectiva**: uma avaliação do Programa de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. A escola na perspectiva da Educação do Campo: que precisamos ocupar?. *In*: HAGE, S. A. M. (Org.). **Programa Escola da Terra na Amazônia Paraense**. Belém, 2025 (No prelo).

SANTOS, D. de J.; MOURA, T. V. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. *In*: MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. dos; FRANCO, M. J. do N. (Org.). **Classes Multisseriadas**: reinvenção e qualidade das escolas do campo. Curitiba: CRV, 2021.

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA – TURMA FORMACAMPO: vivências da formação de Educadores e Educadoras do Campo no município de Iaçu

*Jaqueline Braga Moraes Cajaíba*⁷

*Niltânia Brito Oliveira*⁸

Resumo

O presente estudo apresenta as experiências desenvolvidas pelo Programa Escola da Terra na UFRB – Turma Formacampo -, no Município de Iaçu, Bahia, e visa apresentar as atividades desenvolvidas, bem como as implicações no processo de construção e fortalecimento da identidade dos professores e professoras do campo. Os encontros formativos e a devolutiva das atividades sinalizam que a formação desenvolvida tem favorecido as contribuições na construção da identidade camponesa, de modo a reverberar nas vivências cotidianas nas salas de aulas das escolas do campo. Os resultados apontaram que o programa assume uma função significativa no cenário de formação continuada na realidade da Educação do Campo do município de Iaçu. Em suma, o programa cumpriu o objetivo proposto, o que pode ser evidenciado pela participação dos cursistas nas discussões, seu envolvimento nas atividades desenvolvidas, bem como a partir das narrativas que destacam a mobilização de reflexões críticas

⁷Licenciada em Letras Vernáculas- UESC. Bacharela em Psicologia. FTC. Mestra em Educação PPGED/UESB. Coordenadora Territorial do Formacampo. Professora Formadora do Programa escola da Terra- UFRB. Turma Formacampo. Membro do GEPEMDECC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e Cidade. jaqueline.braga.psi@gmail.com

⁸Doutoranda em Educação com Especialização em Investigação Científica PPGE/UNIB. Professora Formadora Programa Escola da Terra, UFRB- Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Coordenadora do Grupo de Trabalho das Diretrizes e Matrizes Curriculares para as Escolas do Campo no FORMACAMPO- Programa de Formação Para Professores da Educação do Campo. Pesquisadora sobre Políticas Públicas Educacionais para Educação do Campo e Educação Quilombola através do GEPEMDECC- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e Cidade pela UESB. africa.niltania@gmail.com

acerca da Educação do Campo, das lutas, conquistas, história, saberes e crenças, de modo a ressignificar o fazer docente.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação de Professores; Município de Iaçu.

Apresentação

A Educação do Campo é um direito adquirido a partir de lutas e enfrentamento, impulsionado pelos movimentos sociais da classe trabalhadora do campo. A formação para os educadores e educadoras do campo faz parte desse rol de reivindicações, posto que, a educação direcionada para a população camponesa carece estar alinhada ao modo de vida e organização da comunidade.

O presente texto traz um relato de experiência do Programa Escola da Terra - Turma Formacampo - UFRB, desenvolvido no município de Iaçu, e tem como objetivo descrever reflexões sobre as vivências e atividades desenvolvidas, bem como as implicações da formação no processo de construção e fortalecimento da identidade dos professores e professoras do campo.

Cabe destacar que o município de Iaçu faz parte do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu⁹ (composto por 13 municípios) e fica localizada às margens do Rio Paraguaçu, onde ainda é possível a pesca, em especial de tucunarés. Sua vegetação é formada pela Caatinga arbórea densa, com

⁹ O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu está localizado no Centro Norte baiano, entre as coordenadas aproximadas de 11°32' a 13°5' de latitude sul e 39°19' a 41°12' de longitude oeste. É composto administrativamente pelos municípios de Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá. O TI faz parte da área de abrangência do Semiárido e todos os seus municípios se enquadram na Região Semiárida. (SEI, p. 13, 2016)

palmeiras, caatinga arbórea aberta com palmeira. Segundo o IBGE (2022), Iaçu tem 24.607 habitantes desses, 19.518 vivem na área urbana e 5.089 na área rural.

Figura 1 - Foto do Portal de Iaçu



Fonte:PORTALIaçu.16agos.2025.<https://toquepoetico.wordpress.com>

O relato de experiência expõe um breve apontamento acerca da importância da formação de educadores e educadoras do campo e descreve as etapas de execução e organização do referido programa. Apresentamos, ainda, relatos dos e das cursistas em relação à formação. Vale inferir que estas exposições foram adquiridas via formulário online, pela plataforma *Google Forms*, e encaminhado aos cursistas na atividade formativa do último módulo.

Fundamentação teórica

Apontamentos sobre a formação de educadores e educadoras no campo

A efetivação do projeto educacional da Educação do Campo exige a conjugação de premissas, como formação docente específica para os e as educadores e educadoras do campo e a valorização dos saberes e modos de organização de vida e cultura dos camponeses. Para tanto, é imprescindível políticas públicas que contemplem a diversidade do campo. Conforme postulado no compromisso da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia Goiás, em 1998,

A Educação do Campo deve formar e titular seus próprios educadores, articulando-os em torno de uma proposta de desenvolvimento do campo e de um projeto político-pedagógico específico para suas escolas. A escola que forma as educadoras/os educadores deve assumir a identidade do campo e ajudar a construir a referência de uma nova pedagogia. (Santos et al, p. 96, 2020)

Nesta direção, é urgente que a formação para educadores deve contemplar o prisma de uma pedagogia que transgrida um modelo hegemônico padronizado nos moldes urbanos e contemple o diverso do campo. De acordo com Cajaíba, Santos e Lima (2022), a formação de professores no campo deve contemplar um modelo de educação que se configura pelas lutas, anseios, organização social e política de seus sujeitos.

Conforme menciona Caldart (2009), o processo de formação de profissionais para a Educação do Campo deve contemplar a história e cultura do camponês, de modo a valorizar a identidade do povo do campo e promover conhecimento que dialogue com os saberes e experiências de suas comunidades. Logo, é indispensável a formação de educadores e educadoras capazes de atender às especificidades e necessidades desses sujeitos. Assim, a formação docente pautada nos preceitos da Educação do Campo é urgente a fim de colaborar para a consolidação de uma educação de qualidade para a população camponesa.

A história da Educação do Campo é marcada por reivindicações que exigiam o direito à terra, educação e formação de educadoras e educadores do campo que contemplasse as especificidades do campo. Para Arroyo (2007) é indispensável que os programas contemplem as questões relativas à terra, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas.

Todavia, destaca-se a importância da formação adequada dos profissionais de educação, a fim de que possam enfrentar tais desafios e compreender os mecanismos que a sociedade usa para construir a diversidade e como esse processo se manifesta nos matizes da alteridade. Exercer essa interação na área das ideias com outras pessoas só é possível por meio do uso do diálogo, bem como pela troca de experiências, desenvolvendo a

transformação do espaço escolar num ambiente que integre as diferenças e ensine a convivência humanizada. Ainda sobre a formação dos professores, se faz necessário considerar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é o instrumento legal normativo que regulamenta o sistema educacional brasileiro em todos os níveis e modalidades de educação.

Diante desse contexto, se faz necessário refletir acerca da atual conjuntura social, que tem como base ideias neoliberais e também impõe novos desafios à formação dos (as) professores (as) e consequentemente cobra (re) afirmações e (re) significações da construção da identidade profissional docente, que tem mudado ao longo de nosso percurso educacional. Assim, a construção de uma identidade docente voltada para a Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Indígena, dentre outras, também precisam estar abertas a mudanças e reconstruções a partir dos elementos que caracterizam os discentes como sujeitos. Somente por meio da ressignificação de sua formação e da busca por uma consciência multicultural é possível o profissional compreender tal modelo educacional.

É necessário destacar que a formação inicial e continuada dos educadores e educadoras do campo é uma premissa legitimada nos marcos normativos. Assim, conforme o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, são princípios da educação do Campo: “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo,

considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo (Art. 1º, § 4º, 2010).

No cotidiano da sala de aula, frequentemente o professor se depara com uma série de situações que envolvem a formação da identidade do aluno e – tendo ou não clareza do que faz, acaba cercando-se de uma série de práticas (algumas apreendidas em cursos de Magistério, Pedagogia ou Licenciatura; outras através de trocas de experiências com os demais professores e outras, ainda, através de conhecimentos do senso comum) que imprimem uma orientação ao desenvolvimento dessa identidade. (Oliveira, 2007, p. 153, 1984).

Segundo Oliveira (2007), é responsabilidade do professor ser um mediador frente aos conteúdos vistos no cotidiano escolar e os saberes adquiridos e aprendidos a partir de sua socialização e vivências no ambiente escolar. Diante disso, a formação se desdobra como possibilidade de uma prática amparada na realidade social da escola e que contemple a identidade dos estudantes.

Dessa forma, a formação de educadores e educadoras do campo, no Brasil, é uma realidade marcada por desafios que podem ser superados com a implementação de Políticas Públicas de Formação inicial e continuada que adentrem as especificidades do campo de maneira a materializar, no curso formativo, a formação integral, que tem o trabalho como princípio educativo e a educação como vetor de emancipação dos camponeses.

Itinerário formativo do Programa Escola da Terra na UFRB -Turma Formacampo - 2025

A luta pelo direito à educação de qualidade para a população do campo parte também da reivindicação por uma formação de professores e professoras específica e direcionada às demandas e realidade do campo. Portanto, faz-se primordial a criação e consolidação de políticas públicas para formação continuada e aperfeiçoamento dos professores que atuam na Educação Básica do campo. Neste bojo, a criação do Programa Escola da Terra se apresenta enquanto respostas às necessidades ao longo do tempo.

Fica instituída a Escola da Terra como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, por meio da qual o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e com as prefeituras municipais, reafirma e aprofunda o compromisso previsto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo. (Brasil, p. 1, 2013)

Cabe ressaltar que o Programa Escola da Terra se constitui enquanto uma ação dentro do Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e tem como objetivos ofertar “formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo daquelas localizadas em comunidades quilombolas e oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações” (Brasil, 2013. p.1). Nessa direção, o processo formativo é amparado nos pressupostos da Educação do Campo e na valorização dos saberes e modo de organização dos camponeses.

As ações desenvolvidas pelo Programa Escola da Terra – Turma Formacampo¹⁰ - visam a oferta de aperfeiçoamento sobre a temática Educação do Campo para professores e coordenadores pedagógicos das redes municipais, atendidas pelo Formacampo, que atuam em escolas do campo ou quilombolas, no Estado da Bahia.

O Projeto Escola da Terra -Turma Formacampo, tem desenvolvido ações de aperfeiçoamento sobre a temática Educação do Campo para 250 (duzentos e cinquenta) cursistas¹¹, dentre eles, professores e coordenadores pedagógicos oriundos das redes municipais atendidas pelo Formacampo, a fim de promover uma formação amparada no respeito e valorização dos modos de organização dos povos do campo. Conforme pontua Caldart (2009), a formação de profissionais para atuarem na Educação do Campo deve ser voltada para a história e para a cultura desse povo, valorizando a identidade camponesa, promovendo o conhecimento e dialogando com seus saberes e experiências.

Resultado e discussão

As atividades do projeto são conduzidas pela perspectiva teórica-metodológica, amparada na Pedagogia da Alternância, assim, os diferentes tempos formativos (Tempo Universidade e Tempo Comunidade) vão possibilitar a articulação e construção do conhecimento numa práxis pedagógica problematizadora e emancipatória.

¹⁰ O Formacampo é um projeto de extensão desenvolvido pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade – GEPEMDECC criado a partir de um projeto de pesquisa com registro na PROPP/UDESC, nº 00220. 1200. 1145. Para mais informações recomendamos visitar o site: <https://www.gepemdecc-formacampo.com.br/>.

¹¹ Informações subsidiadas pelo Projeto Básico da Escola da Terra.

A turma do município de Iaçu, contemplada neste relato, foi composta por 80 (oitenta) cursistas, 5 (cinco) tutoras e duas professoras formadoras. A etapa teórica foi dividida em 4 (quatro) módulos, cujas temáticas foram: Epistemologia da Educação do Campo; A Educação do Campo: sujeitos, escola e diversidade; Práticas Educativas: saberes e fazeres do campo e Experiências sobre Gestão das escolas do campo.

Cabe destacar que a turma foi dividida em 5 grupos que receberam os seguintes nomes, em homenagem à cultura local: Peracura, Cactos, Florescer, Ouricuri e Jatobá. Cada tutora mediava o diálogo entre um dos grupos. A seguir, apresentamos registros fotográficos das professoras formadoras, tutoras e cursistas.

Figura 2 - Turma de Iaçu



Fonte: acervo pessoal das autoras.

É importante salientar que a turma de Iaçu foi composta por educadores e educadoras comprometidas e com engajamento político e social com a Educação do Campo. Nos relatos apresentados durante a formação, foi possível apreender o quanto os e as cursistas tinham compromisso e dedicação com o fazer docente, à medida que também apontavam a necessidade de formação continuada para o aprimoramento da práxis.

A formação aconteceu em regime presencial e de alternância¹², com formação que seguiu os módulos temáticos construídos pela coordenação geral e professores pesquisadores do programa. Esse material foi socializado entre os cursistas e trabalhado tanto na formação presencial (tempo universidade), quanto nas atividades desenvolvidas no tempo comunidade.

A metodologia da formação foi amparada por meio de exposição dialogada, atividades em grupo, exibição de documentários e utilização de textos e músicas. Além disso, as estratégias metodológicas proporcionaram a construção de atividades formativas individuais e coletivas, mobilizando a escrita das trajetórias formação, as experiências pedagógicas nas escolas do campo e o processo de constituição de sua identidade dos e das educadoras do campo; diferenciação entre educação do campo e educação rural; reflexões críticas das vivências no campo e a identidade da escola do campo. Seguem alguns registros que apresentam atividades da turma.

¹² A Resolução do Conselho nacional de Educação nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. E define em seu Artigo 02 que “A organização e o funcionamento das escolas e universidades que se utilizarem da Pedagogia da Alternância devem respeitar as singularidades das comunidades atendidas quanto às especificidades da atividade laboral, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade.”

Figura 3- Atividade Formativa



Fonte: acervo pessoal das autoras

Figura 4 - Atividade formativa



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

O processo avaliativo dos cursistas foi permanente e envolveu situações de avaliação individual e coletiva na forma de sínteses de aprendizados sobre temáticas trabalhadas em cada

formação, bem como atividades que podem ser realizadas nas vivências das escolas do campo de cada educador e educadora.

Os instrumentos avaliativos utilizados ao longo do processo foram: construção de maquetes, pintura de telas, elaboração e execução de planos de aula, construção de textos e mapas conceituais, leitura e socialização de textos e seminários. A participação dos e das cursistas nas formações foi bastante positiva, observamos o envolvimento nas atividades e discussões propostas. Outrossim, a partir das avaliações, ficou evidente o sentimento de pertencimento ao campo.

Os encontros formativos e as devolutivas das atividades sinalizam que a formação desenvolvida pelo Programa Escola da Terra - Turma Formacampo - UFRB, tem favorecido a construção teórica e reverberado nas vivências cotidianas nas salas de aulas das escolas do campo. Os e as cursistas expressam que as provocações advindas dos encontros formativos, assim como os estudos em grupos e elaboração das atividades, possibilitam mudanças na compreensão da Educação do Campo, bem como na potencialização da valorização do modo de organização das comunidades. A seguir, elencamos alguns relatos acerca da percepção dos e das cursistas acerca do processo formativo:

Minha experiência na formação do Programa Escola da Terra - Turma Formacampo/UFRB foi enriquecedora, pois ampliou meus conhecimentos sobre educação do campo, valorização dos saberes locais e práticas pedagógicas contextualizadas. (Relato de cursista)

A formação me fez repensar a maneira como vejo a escola do campo. Muitas vezes, o modelo tradicional não considera as particularidades da vida no campo, como os tempos das colheitas, as tradições culturais e a relação com a terra. O programa nos ajudou a compreender que a escola do campo precisa ter identidade própria e estar ligada à realidade dos seus

sujeitos — crianças, jovens e adultos que vivem e trabalham no campo. (Relato de cursista)

A minha experiência na formação do Programa Escola da Terra foi extremamente enriquecedora, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. A formação proporcionou um espaço de reflexão crítica sobre a realidade das escolas do campo, permitindo compreender de forma mais profunda as especificidades, desafios e potencialidades da Educação do Campo. (Relato de cursista)

De acordo com os relatos, foi possível observar que a formação desencadeou mudanças, tanto no sentido de compreender a educação do Campo, quanto em relação à valorização e o fortalecimento da cultura e identidade locais, negados historicamente. Nesse ínterim, é imprescindível “Proclamar a Educação do Campo como educação e desenvolvimento humano pleno pressupõe lutas por reconhecimento dos povos do campo como humanos. Reconhecimento negado em nossa história” (Santos et al p. 29, 2020)

Além disso, ficou evidente a importância do programa, afinal, a realidade do campo exige uma formação direcionada a fim de contemplar as especificidades dos camponeses. Nesta direção, Cajaíba et al., (2022) advogam que a formação continuada de educadores e educadoras de escolas do campo é uma necessidade que já vem sendo debatida no cenário brasileiro há décadas pelos movimentos protagonizados por trabalhadores e trabalhadoras que lutam por uma Educação do e no Campo que respeite, considere, valorize e contemple o campo como espaços de produção, ricos e diversos.

Foi possível identificar ainda, a partir dos relatos analisados, que a proposta metodológica da alternância é positiva, pois as atividades desenvolvidas no tempo comunidade, além de possibilitar interação entre teoria e prática,

tem favorecido a articulação e comunicação entre os educadores e as comunidades escolares.

A pedagogia da alternância e seus instrumentos específicos sinalizam que educadores e educandos devem romper com valores conservadores e tradicionais. Defende a possibilidade de envolvimento crítico na produção do conhecimento que emancipa as pessoas. Acreditamos que as práticas de alternância e, nela, a formação do educador, pode resultar em mudanças de paradigmas na educação do campo. (Bicalho, Oliveira e Santos, p. 09, 2019)

Ainda nesta direção, Cordeiro et al. (2011) mencionam que o regime de alternância, utilizado enquanto proposta pedagógica e metodológica, permite que as ações sejam refletidas no grupo, de modo a facilitar a compreensão sobre a ação e tendo o diálogo como instrumento de participação. Isso é materializado por meio das ações desenvolvidas no Projeto Escola da Terra e legitimado por meio dos relatos dos e das cursistas, que encontram no regime de alternância uma possibilidade de formação que dialoga e corresponde à realidade da Educação do campo.

Conclusões

Diante das reflexões apresentadas, é pertinente inferir que as ações desenvolvidas pelo Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, assumem uma função significativa no cenário de formação continuada na realidade da Educação do Campo do município de Iaçu. É imprescindível destacar a importância e necessidade da formação continuada para educadores e educadoras do campo, que respeite as especificidades dos camponeses e seus modos de organização e

que de fato valorize e reconheça o campo enquanto espaço potente de produção de conhecimento.

Essa experiência também mostra que, além de possível, é necessária a formação de professores, pautada nos preceitos da Educação do Campo, de modo a possibilitar o fortalecimento e consolidação da identidade e cultura da população que vive no campo e na superação dos entraves historicamente impostos pelas ideologias dominantes que propagam a ideia de superioridade entre campo e cidade. Por isso, precisamos de ações que fortaleçam e fomentem à formação integral e emancipatória.

Em suma, o Programa Escola da Terra tem cumprido o objetivo proposto, o que pode ser evidenciado via participação dos cursistas das discussões, o envolvimento nas atividades desenvolvidas, bem como nas narrativas que destacam o quanto o programa tem mobilizado reflexões críticas acerca da Educação do Campo, das lutas, conquistas, história, saberes e crenças, de modo a ressignificar o fazer docente.

Isto posto, destacamos o quanto a execução do programa aconteceu numa tessitura colaborativa entre coordenação geral, professoras formadoras, tutoras, cursistas, gestão municipal e demais pessoas envolvidas no processo. As ações deste coletivo foram essenciais para o bom desenvolvimento do programa. Das aprendizagens mais significativas, fica a certeza que é preciso continuar a lutar em defesa da Educação do Campo, que é “Direito nosso, dever do Estado e compromisso da Comunidade”.

Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm acesso em 08 de setembro de 2025.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, DE 16 de agosto de 2023. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior..** Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=250541-rcp001-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192 Acesso em 06 de setembro de 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria 579 de 2 de julho de 2013. **Institui o Escola da Terra.** Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institui_a_escola_da_terra.pdf Acesso em 15 de abril de 2025.

CAJAIBA, Jaqueline Braga Moraes. M.; SANTOS, Arlete. Ramos. dos; BRITO, Valéria. Silva. Lima. Formação docente do/no campo: protagonismo do Programa Formação de Professores do Campo (Formacampo). **Educ. Form., [S. l.]**, v. 7, p. e8075, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7.e8075. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8075>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/27585>. Acesso em: 15 de abril de 2025.

CORDEIRO, Georgina N. K. REIS, Neila da Silva. HAGE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/PEDAGOGIA->

DA-ALTERNÂNCIA-E-SEUS-DESAFIOS.pdf acesso em 20 de abril de 2025.

BICALHO, Ramofly; OLIVEIRA, Anndson Brelaz; SANTOS, Fredy Veras. Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos: Experiência Prática de Alternância. **Revista Interface**, Porto Nacional, v. 18, n. 18, p. 5-15, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/4418/17368> Acesso em 28 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA. I. M. A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas, Papirus, 1984.

SANTOS. Clarice Aparecida dos.; KOLLING, Edgar Jorge.; Rocha, Eliene Novaes. MOLINA, Mônica CastagnaCALDART, Roseli Salete. Dossiê Educação do Campo: Documentos 1998 -2018. Fórum Nacional de Educação do Campo. Brasília, Editora: Universidade de Brasília,2020. Disponível em: https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Dossie_Educacao_do_Campo_Ebook-1.pdfAcesso em 06 de setembro de 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisas. **Cidades IBGE. Iacú- Bahia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iacu/panorama> acesso em 08 de setembro de 2025.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2).

O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-TURMA FORMACAMPO EM SAPEAÇU-BAHIA: memórias, trajetórias e contribuições

Edjaldo Vieira dos Santos¹³

Arlete Ramos dos Santos¹⁴

Terciana Vidal Moura¹⁵

Resumo

O presente texto apresenta a experiência formativa no município de Sapeaçu, por meio do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, inserido no contexto das lutas e movimento por uma Educação do Campo emancipatória. Destaca-se a importância dessa modalidade educacional e o papel importante dos movimentos sociais na

¹³ Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado e Doutorado Profissional-PPGE/UESC; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC) da UESB/UESC, coordenador territorial e formador do grupo de trabalho que trata do Projeto Político Pedagógico do Programa de Formação de Educadores do Campo (FORMACAMPO-UESB/UESC); Professor Pesquisador e Formador do Programa Escola da Terra MEC/UFRB; Diretor de Formação Sindical, Assuntos Intersindicais, Jurídicos e Comunitário do SIMPI/Itabuna; Professor efetivo da Educação Básica nos municípios de Itabuna e São José da Vitória-Bahia; LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0973900963468336>; ORCID <https://orcid.org/0009-0006-2162-7429>; E-mail: edjaldov@gmail.com

¹⁴ Pós-doutorado em Educação e Movimentos sociais (UNESP), Doutorado e Mestrado em Educação (FAE/UFMG), Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHL), Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Básica (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC/CNPq), Coordenadora da Rede Latino Americana de Educação do Campo - Movimentos Sociais (REDE PECC-MS) e Coordenadora do Programa Formacampo. E-mail: arlerp@hotmail.com.

¹⁵ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Graduada em Licenciatura em Pedagogia, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação e Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pesquisadora do grupo (Auto)biografia, Formação e História Oral – GRAFHO, da Rede Universitas e do Observatório da Educação do Campo no Recôncavo e Vale do Jequiricá (Observale). LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1217577279235372>

consolidação das políticas públicas educacionais, como o PRONERA e o PRONACAMPO. A metodologia utilizada na formação dos professores cursistas foi a Pedagogia da Alternância, articulando os momentos teóricos no tempo universidade e práticas pedagógicas no tempo escola-comunidade. O processo formativo buscou uma aproximação com o Materialismo Histórico Dialético, no qual possibilitou reflexões sobre os fundamentos, princípios, concepções, marcos legais e organização do trabalho pedagógico para as classes multisseriadas, além de orientar os processos de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e das Diretrizes Municipais de Educação do Campo. A experiência demonstra que, apesar dos desafios com o deslocamento, além da precarização das condições de trabalho, os participantes concluíram a formação, destacando mudanças na prática pedagógica e compreendendo a função social da escola do campo. O programa consolidou-se como um instrumento de transformação, formação humana, projeto histórico socialista e valorização da Educação do/no Campo para além do capital.

Palavras-chave: Educação do Campo; Escola da Terra; Formacampo; Memorial formativo.

Introdução

Atualmente, a Educação do Campo vem ganhando destaque e avanços significativos, tanto na conquista de marcos legais, quanto em programas educacionais destinados à classe trabalhadora do campo. É uma modalidade de ensino que representa novas possibilidades pedagógicas da educação, ofertada nas escolas do campo em todo o país. No contexto brasileiro, a Educação do Campo foi derivada a partir das lutas dos movimentos sociais do campo e de uma série de pressões políticas que culminaram no reconhecimento do direito à educação dos povos camponeses.

Desde o final do século XX, essa educação emergiu como uma área que não apenas busca garantir o acesso formal à educação, mas também luta por políticas públicas específicas e por uma educação crítica, popular e emancipada, capaz de

transformar as realidades das comunidades camponesas e que atendam aos interesses e às necessidades da classe trabalhadora, conforme está preconizada nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo (2002) e em demais documentos de ordenamento legal.

Para Caldart (2010, p. 130), "as políticas gerais de universalização do acesso à educação não tem dado conta desta realidade específica", pois o campo necessita de uma política específica de educação articulada ao projeto de desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar como parte de um projeto de país que não atende parte das demandas, respeitando as singularidades e realidades vividas pelos campesinos, dentre as quais, podemos destacar o acesso à educação.

A Educação do Campo ganhou força institucional a partir dos anos 2000, com a criação de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), entre outros passos importantes, como ressalta Cherobin:

As discussões pautadas por esta temática originaram em 1998, à expressão “educação básica do campo” que posteriormente passou a ser denominada de “educação do campo”. Segundo Caldart (2012), a definição de “educação do campo” como uma prática social não se compreende a partir dela mesma e nem pela exclusividade das questões educacionais. Para ela, seu significado se liga à luta dos movimentos sociais instituída pela história. Esta perspectiva pressupõe vincular à Educação do Campo um projeto de desenvolvimento agrícola, ancorado na “agricultura camponesa, na agroecologia, no trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola em áreas de Reforma Agrária” (Caldart, 2012, p. 263 apud Cherobin, 2018, p. 3).

A Educação do Campo parte do princípio de que, “para se construir um projeto de educação voltado para os interesses do campo é preciso também pensar na formação específica para os professores” (Santos; Vilar; Santos, 2018, p. 14), ação importante e que contribui muito para a melhoria da educação, “de modo a buscar construir um caminho que signifique uma nova perspectiva de formação de educadores vinculada às causas, aos desafios, à cultura e à história de resistência dos povos do campo” (Santos; Vilar; Santos, 2018, p. 14).

Além disso, verifica-se a incorporação do tema nos grupos de pesquisas das universidades públicas do Brasil, que fomenta ações em defesa da efetivação da Educação do Campo, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que desde 2020, promove formação continuada dos educadores de escolas do campo de municípios baianos através do Programa de Educadores do Campo-Formacampo¹⁶.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) participa do Formacampo através do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEDUCAMPO/UFRB), único no Brasil até o momento (Santos e Moura, 2024). O Formacampo desenvolve suas ações em todos os territórios de identidade da Bahia, atendendo, no ano de 2024, o impressionante número de 412 municípios que aderiram à proposta, contemplando mais de 18 mil cursistas. A UFRB assumiu a formação nos Territórios de Identidade da Bahia, auxiliando na formação dos professores cursistas e na construção/(re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas do campo.

Durante o período de 2020 a 2024, o Formacampo foi realizado sem financiamento, contando apenas com o esforço voluntário de pesquisadores, o apoio esporádico de algumas

¹⁶ Disponível em: <https://gepemdecc-formacampo.com.br/Site-formacampo-2025/formacampo-2025-inicio.html>. Acesso em 13 de set. 2025.

Secretarias Municipais de Educação, da UNDIME e das Universidades envolvidas. Com a recriação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2023, pelo Governo Federal, o coletivo responsável pela coordenação do Formacampo, mobilizou-se em busca de apoio financeiro para fortalecer o programa, sendo que o Programa Formacampo, pelas suas características, pode ser incluído no escopo de ações apoiadas pelo Programa Escola da Terra, ficando assim denominado: Programa Escola da Terra-Turma Formacampo.

O programa Formacampo, dentro do Programa Escola da Terra, traz, em sua matriz de ações, a formação anual nos municípios, destinada aos conhecimentos teóricos e metodológicos sobre três (03) documentos normativos, capazes de agir nos currículos postos nas unidades de ensino, a saber: Projeto Político Pedagógico (PPP); Diretrizes Municipais da Educação do Campo (DMEC), e, por fim, a Matriz Curricular para a Educação do Campo (MCEC).

É nesse contexto de luta e movimento contra hegemônico, por meio da Educação do Campo, como projeto de campo, que se insere o nosso relato de experiência, intitulado de “O Programa Escola da Terra-Turma Formacampo em Sapeaçu-Bahia: memórias, trajetórias e contribuições”. Com o propósito de contribuir para a construção desse processo é que nos propusemos, neste trabalho, a verificar as contribuições do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo para o processo de formação dos cursistas que atuam nas escolas do campo no município de Sapeaçu – Bahia.

A metodologia utilizada na formação continuada foi a Pedagogia da Alternância¹⁷, organizada em tempos pedagógicos que se complementam: tempo universidade e tempo escola-comunidade. No tempo universidade foi realizado roda de

¹⁷ Será discutida nos aspectos metodológicos.

conversa com os professores cursistas, seminário e o estudo dos módulos temáticos que nortearam o debate acerca dos fundamentos, concepções, princípios, marcos normativos e as políticas públicas da Educação do Campo.

Os participantes da formação foram 16 professores cursistas do Escola da Terra do município de Sapeaçu. A relevância dessa discussão se dá a partir do momento em que está em pauta no cenário nacional a nova Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo PRONACAMPO), com foco na ampliação do programa com a oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização, produção de material, visando a transformação social e de cada realidade que atenda as especificidades da classe trabalhadora.

O presente memorial formativo está estruturado em seções, sendo que a primeira parte constitui-se do presente texto introdutório, que contém a temática que será aprofundada, o objetivo e a metodologia utilizada para a condução da pesquisa. A segunda seção fala sobre a política pública do PRONACAMPO, traduzida na ação do programa Escola da Terra; a terceira seção, trata dos aspectos metodológicos utilizados durante o desenvolvimento das formações; na quarta seção, abordamos a análise e discussão do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, no município de Sapeaçu-Bahia. Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais. Nela, apontamos os principais resultados alcançados pelos cursistas com as formações realizadas.

Programa Escola da Terra: uma ação do PRONACAMPO

De acordo com manual de orientações, O programa Escola da Terra, lançado pelo Governo Federal em março de 2012, instituído pela Portaria nº 57 de 02 de fevereiro de 2013,

surgiu como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), e destina-se especialmente à formação continuada dos/as professores/as que atuam na Educação Básica nas Escolas do Campo. O PRONACAMPO constitui-se em uma política de educação específica para o campo. Nessa perspectiva, o MEC

assume o desafio de, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, proceder a efetivação de suas ações, na medida em que compreende a educação como um direito público subjetivo e reconhece a enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação (Brasil/Mec/Secadi, 2014, p.1).

O PRONACAMPO tem suas ações direcionadas para as populações do campo; para seu acesso e permanência na escola, para sua aprendizagem e valorização do seu universo cultural. Ele está estruturado em quatro eixos: I) Gestão e Práticas Pedagógicas; II) Formação Inicial e Continuada de Professores; III) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; IV) Infraestrutura Física e Tecnológica. É no eixo II que se encontra o Programa Escola da Terra, que tem como objetivos:

- I - promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas;
- II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas (Brasil/Mec/Secadi, 2014, p.4).

Com isso, espera-se em promover a formação continuada de professores/as, atendendo às necessidades específicas de formação dos/as professores da Educação Básica que atuam nas escolas do campo; oferecer recursos pedagógicos e apoiar técnica e financeiramente aos estados, Distrito Federal e municípios, para a ampliação e a qualificação da oferta de Educação Básica às populações do campo em seus respectivos sistemas de ensino.

O artigo 4º, da Portaria nº 579, destaca que a ação do Programa Escola da Terra compreende os seguintes componentes curriculares:

I - formação continuada e acompanhada dos professores que atuam em escolas do campo, nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, bem como daqueles professores responsáveis pela assessoria pedagógica a essas escolas, doravante chamados tutores; II - materiais didáticos e pedagógicos; III - monitoramento e avaliação; e IV - gestão, controle e mobilização social.

Como é possível observar, a referida Portaria prevê um conjunto de ações e responsabilidades assumidas pelo MEC: a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas, oferecer recursos, como por exemplo: livros do PNLD Campo e Kit pedagógico que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, apoiar técnica e financeiramente aos estados, Distrito Federal e municípios para a ampliação e a qualificação da oferta de Educação Básica às populações do campo e quilombolas em seus respectivos sistemas de ensino (Brasil, 2013).

Assim, o Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, realizado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (agosto de 2024 – junho de 2025), se materializou por meio dos encontros formativos distribuídos entre os quatro módulos, alternados entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Escola-Comunidade (TEC) , buscando apreender as questões da realidade.

Na próxima seção, apresentamos, de forma mais detalhada, como a realidade ganhou centralidade no Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, nos módulos formativos, com os cursistas do município de Sapeaçu-Bahia.

Metodologia

As formações do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo foram desenvolvidas por meio da Pedagogia da Alternância, “uma pedagogia que conduz à partilha do poder educativo, reconhece e valoriza o saber de cada um e dos contextos de vida. Ela é uma pedagogia da parceria” (Gimonet, 1999, p. 45). Esta pedagogia possibilita o cursista colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos no percurso das formações.

A formação continuada foi estruturada em quatro módulos, organizados em momentos pedagógicos que se integram: o Tempo Universidade (TU), que compreende o período de formação presencial, com o professor pesquisador e bolsista pelo programa - no caso do município de Sapeaçu, o curso foi ofertado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com início em agosto de 2024 e término em junho de 2025 -, e Tempo Escola-Comunidade (TEC), que envolveu a formação em exercício, com atividades específicas da formação para serem realizadas; nesse caso, os professores cursistas realizaram a

aplicação de sequências em suas escolas, de acordo com cada problemática estudada por eles, no sentido de contribuir para a transformação da realidade local, uma vez que nos encontros formativos do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo, o formador buscava uma aproximação com o Materialismo Histórico Dialético (MHD), enquanto teoria do conhecimento, por identificar nesta teoria a possibilidade de compreender o real concreto, superando a pseudoconcreticidade (Kosik, 1976), tendo em vista que um dos objetivos do programa é de proporcionar meios para a conscientização e a transformação da realidade de cada comunidade.

O MHD encontra em Marx seu assento teórico e se diferencia pela busca de um real concreto. Ele é capaz de abordar o objeto na sua totalidade e concretizar a sua transformação através da práxis, de acordo com a realidade. Nesse contexto, o MHD busca a realidade através do desvelamento da visão aparente do fenômeno (Kosik, 1976, p. 12), através de uma observação que vai da totalidade às partes e das partes, retoma à totalidade. De acordo com Kosik, “captar o fenômeno de cada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (Ibidem, p. 12).

Conforme já dito, o curso foi organizado em quatro módulos, na modalidade de alternância, por ser um princípio estruturante da Educação do Campo, com a carga horária de 16 horas em cada módulo formativo no Tempo Universidade (TU). O percurso e ações formativas se estenderam por um período de nove (9) meses, envolvendo diversas ações formativas: seminários temáticos, encontros presenciais, aulas expositivas, rodas de conversas com os tutores, formação presencial na forma de minicurso, oficina e estudos orientados para a realização das atividades.

Os módulos foram articulados em torno de eixos formativos, com atividades presenciais de 16 horas cada, no modelo de oficinas ou minicursos: I) Fundamentos, História, princípios e os movimentos sociais na construção da Educação do Campo; referências e marcos legais; II) A Escola e a Educação do Campo: Será que minha escola é do campo? (texto de Fernando José Martins); Escola do Campo; a identidade da escola do campo; Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo; III) Educação do Campo, Turmas Multisseriadas e Diversidade; IV Experiências sobre gestão democrática das escolas do campo; Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do/no campo.

O módulo IV do programa foi bastante provocativo, pois enfatizou que na Educação do Campo, o PPP, as Diretrizes Municipais da Educação do Campo e as Matrizes Curriculares deverão estar relacionados ao território, à cultura local e às tradições e vivências dos povos do campo. Vale destacar ainda, que no processo de elaboração desses documentos é preciso reconhecer e valorizar os saberes populares, a agroecologia, o desenvolvimento rural sustentável e o modo de cooperação que marcam o modo de vida das comunidades campesinas. Portanto, estes instrumentos da gestão democrática precisam estimular os povos do campo a pensarem no seu futuro, sem abrir mão de sua cultura e identidade campesina, permitindo que se vejam como atores principais no desenvolvimento local, afinal:

Pensar a escola como relações que intencionalizam a formação humana reafirma o papel ativo das educadoras e dos educadores na condução do trabalho educativo da escola: que escolhas pedagógicas ajudam os educandos e as educandas em seu processo de humanização, com os desafios da realidade de cada tempo (Caldart, 2023, p. 25).

A pesquisadora Roseli Caldart reforça que a Educação do Campo precisa ser uma prática pedagógica que contribua para a transformação política e social do campo. Em síntese, o processo de formação continuada dos cursistas do programa no município de Sapeaçu buscou-se a elevação teórica dos professores, gestores e coordenadores que atuam nas classes multisseriadas das escolas do campo, discutindo conteúdos sobre a função social da escola do campo, teorias que explicam os princípios, concepções, fundamentos, os marcos normativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas do/no campo.

Resultados e contribuições: avaliando a experiência “Escola da Terra-Turma Formacampo - em Sapeaçu, Bahia”

Qual! não posso interromper o Memorial; aqui me tenho outra vez com a pena na mão. Em verdade, dá certo gosto deitar ao papel coisas que querem sair da cabeça, por via da memória ou da reflexão. Venhamos novamente à notação dos dias (Machado de Assis, 1985, p. 106).

Seguindo a experiência de vivenciar o que o personagem de Machado de Assis nos confidenciou, na produção desse memorial sobre o processo formativo dos cursistas do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo no município de Sapeaçu-Bahia, tomamos como referência a categoria contradição, a partir do real materializado, considerando o curso vivenciado, pois “a contradição promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos” (Masson, 2012, p. 4-5).

Nesse sentido, é na categoria da contradição que reside a força capaz de extrair os elementos determinantes e as relações da essência do objeto, pois, nesse processo, “a contradição é a

fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos” (Triviños, 1987, p. 69). Como anunciado na metodologia, traçamos um possível caminho epistemológico em cada momento do tempo universidade, a partir de uma aproximação com o Materialismo Histórico Dialético.

A avaliação foi um processo contínuo e permanente, durante todo o percurso formativo dos professores cursistas. Foi levado em consideração o par dialético objetivo/avaliação, categorias consideradas centrais para entender a proposta da formação docente no contexto do programa, visto que objetivo e avaliação estão em constante interação, e também pode possibilitar a superação de contradições, pois

Os objetivos demarcam o momento final da objetivação/apropriação. A avaliação é um momento real, concreto e, com seus resultados, permite que o aluno se conforme com o momento final idealizado, antes pelos objetivos. A avaliação incorpora os objetivos, aponta uma direção. Os objetivos, sem alguma forma de avaliação, permaneceriam sem nenhum correlato prático que permitisse verificar o estado concreto da objetivação (Freitas, 1995, p. 95).

Para o autor, o par dialético deve ser analisado, no primeiro momento, os “seus efeitos no interior da sala de aula, como objetivo/avaliação de ensino, num segundo momento, a escola como um todo na forma de objetivo/avaliação da escola expressos em um projeto político pedagógico”. Daí, é preciso levar em consideração a interação entre os dois momentos do par dialético. A tabela abaixo mostra como realizamos o acompanhamento e avaliação dos cursistas, levando em consideração ao par dialético objetivo/avaliação.

Tabela 1 – Matriz de frequência e parecer avaliativo das atividades dos cursistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRRB) / CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS (CCAAB)																											
PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-TURMA FORMACAMPO																											
Tutoras: Ana Lúcia da Ressurreição Santos e Andreia Costa Oliveira - Professor Pesquisador Formador: Edjaldo Vieira dos Santos.																											
FREQUÊNCIA E PARECER AVALIATIVO DAS ATIVIDADES DOS CURSISTAS																											
Nº	Cursista	Comparecimento aos momentos formativos							Panorama dos cursistas quanto à frequência e atividades												Aproveitamento / Desempenho final do cursista						
		01.11.2024	12.12.2024	13.12.2024	26.02.2025	21e29/03/2025	14e17/05/2025	6e7/06/2025	Realizou as atividades propostas de acordo com os módulos?												Iniciado	A concluir (75%)	Consolidado (100%)				
									Módulo 1 (01/11/24 e 12-13/12/24)				Módulo 2 (21e29/03/25)				Módulo 3 (16e17/25)							Módulo 4 6e7/06/25			
									Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não							
01	A					P	P	AJ																			
02	B	P	P	AJ	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
03	C	P	AJ	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
04	D	L	P	AJ	A	A	D	D	X					X	X	X	X	X	X	X				X			
05	E	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
06	F	P	P	P	A	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
07	G	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
08	H	P	A	A	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
09	I	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
10	J	FT	D	A	D	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
11	K	FT	A	A	D	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
12	L	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
13	M	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
14	N	FT	P	P	P	P	P	AJ	AJ	X			X	X	X	X	X	X	X	X			X				
15	O	L	P	P	A	A	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
16	P					P	P	P					X	X	X	X	X	X	X	X				X			
17	Q	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
18	R	FT	A	A	A	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
19	S	FT	P	AJ	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
20	T	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
21	U	FT	A	A	A	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
22	V	P	P	P	P	P	P	P	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			
23	W	L	A	A	A	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							
24	X	L	A	A	A	D	D	D	X				X	X	X	X	X	X	X	X							

Legenda: P (Presente) A (Ausente) AJ (Ausência Justificada) D (Desistente) FT (Falta de Transporte no dia); L (Luto); AM (Afastado Médico).

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A sistemática avaliativa, com base na dupla dialética - objetivo/avaliação - ocorreu também por meio de visitas de acompanhamento às escolas do campo no município, realizada pelo professor formador e tutoras responsáveis pela assessoria pedagógica, na Escola Municipal Frei Urbano, localizada na comunidade campesina de Água Branca, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos professores cursistas no Tempo Escola-Comunidade (TEC), conforme ilustrado no mosaico de fotos do formador, das tutoras, dos professores cursistas e nas aproximações com as temáticas de estudo.

Figura 1 -Atividade formativa na Escola Municipal Frei Urbano



Fonte: arquivo dos autores (2025)

A visitação na unidade ocorreu no período da tarde do dia 16 de maio de 2025, período em que já estávamos estudando o III módulo formativo: “Educação do Campo, Turmas Multisseriadas e Diversidade”. Ressaltamos que a unidade escolar visitada possui o termo de autorização assinada pelos pais dos educandos para o uso e publicação de imagens.

De acordo com a matriz de frequência e parecer avaliativo das atividades, a turma de cursistas do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo no município de Sapeaçu - Bahia foi iniciada por vinte e quatro (24), mas somente dezesseis (16) conseguiram concluir os módulos formativos. Dos vinte e quatro cursistas, tivemos dois gestores escolares, três coordenadoras pedagógicas, uma técnica pedagógica da Secretaria de Educação e dezoito professoras. Do quadro específico de professores cursistas das escolas do campo, tivemos uma concursada e dezessete contratadas. Quanto à formação acadêmica dos cursistas, tivemos uma mestranda em Educação do Campo, um com licenciatura em Letras, seis pedagogas, duas com especialização em psicopedagogia, uma com licenciatura em Biologia, cinco cursando pedagogia e as demais com Ensino Médio completo.

Nota-se ainda a presença de docentes nas escolas do campo com formação mínima. Quando falamos em formação do professor, é importante destacar o que assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, e curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries do ensino

fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996, p. 20).

A legislação esclarece que o processo formativo para os docentes que atuam nas escolas do campo deve ser estruturado com metodologias específicas. Nesse sentido, “os docentes para atuarem na Educação do Campo devem ter formação específica e continuada na área, pois a formação é um pilar essencial para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes das escolas do campo” (Santos, Santos, 2024, p. 151). Daí a necessidade de garantir a formação inicial e continuada dos professores que atuam nas escolas do campo por meio de ações de apoio aos sistemas de ensino e de programas que tratam sobre essa política pública educacional. É nesse contexto, por exemplo, que se inserem os programas Escola da Terra, a nível nacional, e o Formacampo, a nível de pesquisa, ensino e extensão universitária, na Bahia.

Verificamos, no Tempo Comunidade-Escola, que os professores cursistas aplicaram sequências didáticas e projetos didáticos com diversas atividades interdisciplinares nas escolas que trabalham a partir das discussões sobre a organização do trabalho pedagógico, tema de estudos do módulo III. Nesse contexto, notamos que as formações contribuíram para a transformação da realidade local e que o programa proporcionou meios para a conscientização e a transformação de cada comunidade.

No contexto da aplicação e desenvolvimento das atividades de cada módulo, observamos os impactos positivos do programa e que este contribuiu para a formação dos cursistas que atuam nas escolas do campo de Sapeaçu. Porém, no primeiro módulo formativo, durante uma roda de conversa sobre as experiências, trajetórias, identidade profissional, ao abordar questionamento sobre o que lhe move ser professor na Educação

do Campo, o que te traz para os encontros formativos do programa e quais são as suas expectativas iniciais, notamos que ainda existem fatores expressados pelos cursistas que dificultam o andamento da materialização das ações voltadas para uma Educação do campo com qualidade: reserva técnica para a participação das formações; contratação temporária (iniciam as funções docentes em março e terminam no final do mês de novembro); dificuldade no deslocamento de suas comunidades/distritos para o tempo universidade (alguns por conta da distância, outros porque o transporte não roda quando o sábado não é letivo). A matriz de frequência e parecer avaliativo das atividades dos cursistas, de início, já aponta a infrequência dos cursistas em alguns encontros da formação presencial.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar das dificuldades, 87% dos professores se mantiveram firmes e permaneceram na tentativa de superar cada dificuldade surgida no decorrer do processo formativo e o concluíram. No último encontro formativo presencial, realizamos, no segundo dia, uma roda de conversa com os cursistas, questionando-os: *Como a formação do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo contribuiu para a organização do trabalho pedagógico em sala de aula e na organização da escola do campo? O que as formações acrescentaram no seu fazer pedagógico?*

Muitas foram as respostas. Eles começaram a destacar as contribuições utilizando palavras, frases e elogios. De contribuições sinalizaram de forma verbal, destacam-se: as discussões dos assuntos de cada módulo ajudaram a compreenderem melhor a Educação do Campo; estudaram, pela primeira vez, as leis específicas voltadas para as escolas do campo; acharam muito bom saber conceituar, agora, o que é uma escola e quais os seus princípios - que até então não sabiam -; gostaram muito do módulo que tratou da organização do

trabalho pedagógico para a escola do campo; ficaram encantados com os instrumentos pedagógicos de organização da rotina semanal que o formador mostrou, o modo de pensar o planejamento pedagógico através das sequências didáticas e projetos didáticos interdisciplinares.

Destacaram também as importantes formações trazidas pela integração Escola da Terra e Formacampo nas discussões acerca das elaborações dos Projetos Político-Pedagógicos, das Diretrizes Municipais de Educação e das Matrizes Curriculares de Educação do Campo. Ressaltaram que através dos textos estudados é possível construir a escola do campo, valorizando o tempo de cada aluno. Nota-se que a formação contribuiu para a mudança da prática do professor, sobretudo de mentalidade, pois, de acordo com um cursista, “achava que esse movimento de educação do campo era para fazer política em favor da esquerda, que esse termo militante da educação do campo tivesse uma relação com o PT, mas depois das formações, tudo fez sentido e peço desculpas pela minha falta de conhecimento. Ah! Não vim no primeiro encontro da formação porque achei que o formador chegaria de vermelho e só fazendo política”.

Esse novo olhar por parte dos cursistas é importante, pois, apesar de muitos deles trabalharem na Educação do Campo, não faziam ideia de que os povos do campo não precisam sair de seus espaços para estudarem, ao contrário, podem se qualificar e permanecer no próprio campo, contribuindo para a transformação do seu espaço de vivência. Para isso, é necessário pensar num projeto pedagógico de vida que plante sonhos no contexto do território camponês, nas perspectivas dos sujeitos que vivem e trabalham na realidade campesina.

Por fim, a Secretaria Municipal de Educação de Sapeaçu, através da Diretoria de Educação Básica, participou de dois encontros formativos e destacou a necessidade de criação da

Coordenação de Educação de Educação do Campo na estrutura da instituição, de modo que venha a direcionar um planejamento e organização educacional específica para essa modalidade de ensino. Destacou que um dos desafios das escolas do campo é como pensar o trabalho pedagógico para as classes multisseriadas, uma vez que estas possuem uma organização específica das salas, com alunos de diversas séries/anos juntos. Nesse sentido, o Programa Escola da Terra-Turma Formacampo foi uma possibilidade de transformação e reflexão da realidade, pois, de acordo Paulo Freire: “(...), se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (Freire, 2000, p.33).

Considerações finais

Diante das discussões realizadas no percurso dos módulos formativos e da experiência concreta do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo no município de Sapeaçu-Bahia, tendo a UFRB como instituição proponente, destacamos que foi uma experiência muito exitosa e que contribuiu para a transformação da compreensão da Educação do Campo por parte de alguns cursistas no início da formação, pois, apesar deles atuarem nessa modalidade por anos, desconheciam a essência do Projeto de Educação do/no Campo que os movimentos sociais lutaram para construir. Sendo assim, destacamos avanços significativos na formação dos professores cursistas, principalmente com aqueles que atuam nas classes multisseriadas, explicitados nas falas dos docentes relatados na seção dos resultados.

O projeto se constituiu em uma oportunidade de debate, estudos e diálogo de diversas temáticas envolvendo a Educação do Campo, na orientação de elaboração do Projeto Político Pedagógico e das Diretrizes Municipais de Educação do Campo, modalidades organizativas do trabalho pedagógico, dentre outros temas importantes.

Defendemos, por fim, que o Programa Escola da Terra-Turma Formacampo tenha continuidade, para contribuir na qualificação da Educação Básica no/do Campo, garantindo aos educadores do campo o seu direito de se qualificar, de discutir e produzir conhecimentos e materiais acerca da sua docência, pois observamos que este possibilitou relevantes contribuições para a formação dos professores que trabalham na Educação do Campo em Sapeaçu e que, apesar das dificuldades enfrentadas, as formações foram importantes para esses educadores. Que possamos fomentar, por meio dos Programas Escola da Terra e do Formacampo, uma Educação do/no Campo para além do capital, um projeto histórico socialista.

Referências

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

BORGES, Heloisa; BETTIOL, Célia Aparecida (Orgs.). **Fundamentos da Educação do Campo e o trabalho pedagógico**. Manaus: UEA e Editora Valer, 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013. Institui o Programa Escola da Terra. **Diário Oficial da União**, 03 de julho de 2013. Brasília, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2023

Educação do campo: avanços, desafios e perspectivas: **o programa Escola da Terra em Sergipe**/Orgs. Marilene Santos, Joelma Carvalho Vilar e Flavia Cristina dos Santos. Itabaiana: Gráfica e Editora Super Print, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de orientação. In: **Pedagogia da Alternância**: alternância e desenvolvimento. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Ed. 2, 1 SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Salvador, 1999.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para pesquisa sobre políticas educacionais. In: IX ANPEd Sul. **Anais do Seminário de pesquisa em educação da região Sul**, 2012.

SANTOS, E. V. dos. **Gestão democrática e a construção do projeto político pedagógico das escolas do campo**-/Identidade Cultural-Saberes Locais-Relações com a Terra-Meio Ambiente-Agroecologia, Diversidade. Edjaldo Vieira dos Santos, Arlete Ramos dos Santos-Curitiba: CRV, 2024. 238 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação/Augusto Nivaldo Silva Triviños. - São Paulo: Atlas, 1987.

PARTE II

TUTORES DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA TURMA FORMACAMPO:



Memórias e trajetórias em caminhos de esperança

O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO ATRAVÉS DA ESCOLA DA TERRA: Acompanhamento da Turma Formacampo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2024 - 2025)

Fernanda Pessôa do Amaral¹⁸

Resumo

O presente relato de experiência apresenta a trajetória vivida no curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, turma Formacampo, desenvolvido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, no período de julho de 2024 a setembro de 2025. Essa formação, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas, envolveu educadores (as) da Educação do Campo dos municípios participantes do Projeto Formacampo: Elísio Medrado, Santo Amaro, Sapeaçu, Iaçú e Santo Antônio de Jesus. O relato descreve a vivência como Coordenadora Estadual da Escola da Terra, acompanhando 16 (dezesesseis) tutores (as), com 250 (duzentos e cinquenta) cursistas, em um processo formativo voltado para a teoria, mas, principalmente, para a prática em sala

¹⁸ Graduada em Letras e Pós graduada em Gramática e Texto pela Universidade Salvador - Unifacs; Bacharel em Direito e Pós Graduada em Direito Público pela Faculdade Baiana de Ciências - Fabac; Servidora Pública Estadual concursada desde 2003 com experiência como professora da Rede Estadual (Fundamental II e Médio) e Particular de ensino (Fundamental I); Experiência em Formação para Professores e Acompanhamento Pedagógico; Experiência como Tutora em Educação a Distância pela Universidade Estadual da Bahia - Uneb; Experiência em acompanhamento técnico e pedagógico às Unidades Escolares do Campo e Quilombola e às Escolas Família Agrícola - EFA e Casas Familiares Rurais - CFR na Coordenação de Educação do Campo - CEC pertencente à SEC/SUPED/Diretoria dos Povos e Comunidades Tradicionais - DEP; Experiência como Coordenadora Estadual do Programa Escola da Terra; Estudante do Curso de Pós Graduação em Educação do Campo e Agroecologia - Universidade Estadual do Estado da Bahia - Uneb; Mestranda em Educação do Campo - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

de aula, que, em sua maioria, são classes multisseriadas. Os resultados revelam fortalecimento da identidade docente, práticas pedagógicas contextualizadas e uma formação humanizada que impactou positivamente professores (as) e comunidades.

Palavras-chave: Educação do Campo; Escola da Terra; Agroecologia; Classe Multisseriada; Formação Continuada.

Apresentação

Como professora concursada da Rede Pública Estadual da Bahia, além de exercer a função no Colégio Estadual Dalva Matos, no subúrbio ferroviário de Salvador, atuei no Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (PAIP), bem como em projetos da área artística e cultural da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), no período em que fiz parte da equipe da Diretoria Regional de Educação (DIREC 1B) - hoje, Núcleo Territorial de Educação (NTE 26).

Possuo experiência como tutora em Educação a Distância pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e, em 2015, passei a fazer parte da equipe da SEC, quando também me tornei mãe atípica. A princípio, compus a equipe da Coordenação de Educação Integral (CEDI) e, em 2018, fui convidada a integrar a equipe da Coordenação do Campo e Quilombola (CECQ), onde participei de ações contra o fechamento das escolas do campo e de fortalecimento da identidade das unidades escolares do campo, ação essa que perduram até os dias atuais.

Em 2023, com a criação da Diretoria de Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais (DEP), composta pela Coordenação de Educação Escolar Indígena (CEEI), Coordenação de Educação Escolar Quilombola (CEEQ) e a Coordenação de Educação do Campo (CEC), passei a atuar nessa

última como técnica pedagógica, cuidando dos processos de apoio financeiro às Escolas Família Agrícola (EFA) e Casas Familiares Rurais (CFR), além de fazer parte da comissão organizadora dos Encontros Formativos e realizar acompanhamentos tanto às EFA/CFR quanto aos Colégios Estaduais do Campo.

Ainda em 2023, iniciei minha atuação como Coordenadora Estadual da Escola da Terra, realizando o acompanhamento das formações continuadas específicas para educadores (as) que atuam em escolas do campo, nas turmas iniciais do Ensino Fundamental, por meio de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização em Educação do Campo. Essa ação, Escola da Terra, busca promover o acesso, permanência e melhoria das condições de aprendizagem dos (as) estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, tendo surgido no âmbito das políticas públicas como resposta às históricas desigualdades educacionais enfrentadas pelas comunidades rurais no Brasil e, desde sua implementação, em 2013, tem se pautado pela valorização das especificidades socioculturais do meio rural, proporcionando metodologias diferenciadas e incentivo a práticas pedagógicas mais conectadas com a realidade dos (as) estudantes do campo.

Profissionalmente, busco colaborar da melhor forma com o desenvolvimento de Políticas Públicas para a implementação da Educação Básica no e do campo baiano, visando a melhoria da qualidade da Educação, consequentemente da vida das pessoas, além de políticas públicas de combate às desigualdades sociais e educacionais voltadas também às comunidades quilombolas.

Procuró sempre aprimorar meus conhecimentos por meio de cursos de Especialização, como o de Educação do Campo e Agroecologia, oferecido pela Uneb em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, tendo também sido aprovada

no Mestrado em Educação do Campo da UFRB. Compreendo que o conhecimento liberta e para realizar melhor o meu serviço preciso ter mais conhecimento acerca da Política da Educação do Campo e colaborar ainda mais com ações que fortaleçam a identidade cultural a tanto tempo negada aos povos do campo e comunidades tradicionais. Para isso, entendo ser de suma importância participar de cursos *strictu e latu senso* e acompanhar as formações da Escola da Terra oferecidas pelas Universidades, em especial as ofertadas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), indispensáveis para aprofundar conhecimentos e melhorar a minha atuação profissional.

Aproveito para destacar que para formar educadores é necessário levar em conta que as pessoas ainda não foram terminadas, que é preciso que, para além da oratória, haja escutatória, que só depois de muitos erros, encontramos os saberes; mas como educar os educadores? Sou mais uma a contribuir para que as mudanças das práticas escolares, que tanto almejamos, aconteçam, entretanto, não basta quebrar as gaiolas, as escolas devem ser a própria experiência de voo (Alves, 2023).

Fundamentação Teórica

De acordo com Arroyo (2012), os cursos voltados à formação de professores foram estruturados com base nas reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais do campo durante a Conferência Nacional de 2004, evento que impulsionou a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC).

Quando iniciei minha atuação como coordenadora, a Escola da Terra era uma ação do Pronacampo, ação por meio da

qual o Ministério da Educação - (MEC) - intermediado pela Secadi e em regime de colaboração com os estados, Distrito Federal e com os municípios - reafirma e aprofunda o compromisso de ampliar e qualificar a oferta da Educação Básica e superior às populações do campo, buscando promover o acesso, permanência e melhoria das condições de aprendizagem dos (as) estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, possibilitando a formação continuada específica para educadores (as) que atuam em escolas do campo, nas turmas iniciais do Ensino Fundamental por meio de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização em Educação do Campo.

Hoje, com a publicação da Portaria Mec nº 538, de 24 de julho de 2025, foi instituída a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo, que está dividido em eixos e traz como o primeiro deles a Formação, em que a Escola da Terra passa a ser um Programa, trazendo ampliação da oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização para professores (as) e produção de material didático adequado às especificidades da Educação do Campo, especialmente para as classes multisseriadas, que agora também fazem parte do eixo 2 (dois) da nova Política: ProMulti:Programa Nacional de Multisseriação. Um avanço de grande magnitude, pois mais de 50% das escolas do campo possuem classes multisseriadas.

A concepção de Educação do Campo no Brasil surgiu como resultado das lutas sociais por terra e por políticas públicas, especialmente protagonizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra, desde os anos 1980, que passaram a reivindicar escolas públicas em acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. A partir da década de 1990, movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST), sindicatos ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras organizações sociais passaram a incorporar

a educação escolar como pauta central, impulsionando debates acadêmicos e políticos com o apoio de universidades públicas.

Esse processo culminou na formação do Movimento Nacional de Educação do Campo, que influenciou diretamente a formulação de políticas educacionais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008, que oficializou o termo “Educação do Campo” e definiu seu público-alvo como as diversas populações rurais brasileiras. Embora essa expressão tenha substituído parcialmente o termo “Educação Rural” no discurso institucional, este ainda persiste nas estatísticas e políticas governamentais vigentes (Munarin, 2010).

A Educação do Campo constitui um campo teórico e político que nasce das lutas sociais e da necessidade de uma educação voltada às especificidades culturais, territoriais e produtivas dos povos do campo. A Educação do Campo e a Educação Rural são conceitos que, embora relacionados, possuem distinções fundamentais - conteúdo esse, estudado no primeiro módulo do curso de aperfeiçoamento da Escola da Terra, turma Formacampo.

A Educação Rural se destinava a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples em escolas multisseriadas e, ainda assim, não cumpria essa função, referindo-se ao modelo educacional tradicionalmente aplicado às populações do campo, normalmente sem considerar suas especificidades socioculturais. Historicamente, reproduziu currículos e metodologias voltadas para contextos urbanos, desconsiderando as particularidades das comunidades rurais. Em contrapartida, a Educação do Campo surge como uma proposta diferenciada, ainda em processo de construção histórica (Caldart e Ribeiro, 2012).

A educação do, no e para o campo é um conceito que busca garantir o direito à educação para populações rurais, respeitando

suas especificidades socioculturais e econômicas. Não se limita apenas a proporcionar o acesso à escola, mas envolve uma proposta pedagógica que respeite e valorize os saberes, práticas e modos de vida das comunidades rurais, a cultura e as práticas produtivas das populações camponesas.

Segundo Caldart (2012), “a educação *do* campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses...”, propõe metodologias participativas, currículos contextualizados e o fortalecimento da identidade das populações camponesas. A projeção de futuro se concretiza ao restabelecer a conexão fundamental entre o processo de formação humana e as condições materiais que sustentam a vida, reconhecendo a educação como prática intencional voltada à construção de novas formas de organização social e de relações mais justas, equilibradas e solidárias.

Frigotto (2010) destaca que as preposições “para”, “no” e “do” campo, embora pareçam simples, carregam significados profundos que delineiam uma proposta educativa de caráter contra-hegemônico. Essas expressões revelam tensões entre a Educação Rural - tradicionalmente vinculada a uma lógica assistencialista e centralizadora - e a Educação do Campo - que emerge como expressão das lutas sociais e da valorização dos sujeitos do meio rural. Assim, tais elementos gramaticais refletem não apenas diferentes concepções históricas, mas também disputas políticas e pedagógicas no campo educacional.

A importância da Educação do Campo vai além do desenvolvimento individual dos (as) estudantes, impacta diretamente na sustentabilidade das comunidades rurais e no fortalecimento da agricultura familiar. A valorização do conhecimento local e das práticas agrícolas tradicionais podem promover autonomia e melhoria das condições de vida no meio rural. A educação no campo está intrinsecamente ligada às políticas públicas que garantem a permanência das populações

rurais em seus territórios com qualidade de vida. Políticas como o Programa Escola da Terra que desempenham um papel fundamental na redução da evasão escolar e na qualificação dos (as) docentes, garantindo uma educação mais adequada à realidade do campo.

Dessa forma, a formação de educadores (as) com um olhar crítico e contextualizado é essencial para que a escola no campo se torne um espaço de resistência e transformação social, o que já acontece nas unidades escolares do campo de caráter privado/comunitário, as Escolas Família Agrícola (EFA) e Casas Familiares Rurais (CFR). São escolas gestadas e construídas pelas comunidades rurais, com atuação das famílias dos (as) estudantes, lideranças comunitárias, entidades, movimentos sociais do campo e educadores (as) no projeto educativo das escolas, o qual é estruturado na Pedagogia da Alternância¹⁹.

Há, no estado da Bahia, 30 (trinta) EFA e 3 (três) CFR que ofertam Educação Básica integrada à formação profissional para mais de 5.000 (cinco mil) jovens, filhos (as) de agricultores (as) familiares, e que vêm desenvolvendo e fortalecendo a Educação do Campo de forma articulada com projetos de desenvolvimento local e com as diversas formas de produção de vida no e do campo baiano (escolarização, terra, trabalho, condições de produção e cultura), com apoio técnico e financeiro do Estado para manutenção e custeio das ações educativas, através da SEC/DEP/CEC, instituído por meio da Lei nº 11.352/2008.

¹⁹ Princípio estruturante da Educação do Campo formado por tempos e espaços que inserem o contexto socioprofissional e comunitário no processo educativo. É organizado em dois momentos que se alternam, o Tempo Escola/Universidade e o Tempo Comunidade.

No caso da Turma Formacampo: o “Tempo Universidade” no qual a formação se desenvolve presencialmente nas dependências da universidade, que também se estendem aos municípios; e o “Tempo Comunidade”, com práticas educativas executadas nos locais de moradia/convivência/espaço de origem dos (as) cursistas.

Resultados

Nesse contexto, o presente relato apresenta a experiência vivida no curso de aperfeiçoamento ofertado pela UFRB, em Cruz das Almas, para 250 (duzentos e cinquenta) cursistas, professores (as) da rede pública municipal, além de representantes dos movimentos sociais, atuantes em classes multisseriadas dos municípios que aderiram ao Formacampo (Programa que desenvolve suas ações em todos os territórios de identidade da Bahia): Elísio Medrado, Santo Amaro, Sapeaçu, Iaçú e Santo Antônio de Jesus, por isso Turma Formacampo. As formações aconteceram em cada um dos municípios selecionados, no período de outubro de 2024 a agosto de 2025, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas e com a metodologia baseada na Pedagogia da Alternância.

Iniciei o acompanhamento da Turma Formacampo/UFRB em 21 de julho de 2024, com os primeiros contatos com a UFRB, com a coordenadora da Escola da Terra na Universidade, Terciana Vidal, pessoa ímpar, transparente, competente e comprometida, que fez com que eu me apaixonasse ainda mais pela Educação do Campo. É possível sim, no mundo em que vivemos, darmos as mãos e vencermos de forma coletiva - ubuntu - porque há espaço para todos viverem bem e com qualidade!

O contato com os (as) tutores (as), os quais admiro e não posso deixar de citar aqui: Ana e Déa de Sapeaçu; Mércia, Pina e Larissa de Santo Amaro; Renê e Valnei de Elísio Medrado; Mano, Mari, Jilvan e Cleuza de Santo Antônio de Jesus; Débora, Taislane, Ecilene, Nai e Lili de Iaçú, pessoas comprometidas com a educação! Abraços, partilha, colaboração, incentivo, orientações, tudo sempre em clima de harmonia, apesar de percalços pessoais e profissionais. Os (as) Secretários (as) de

Educação dos Municípios também muito participativos e sempre buscando atender às demandas da melhor forma, disponibilizaram transporte, alimentação e espaço para as formações, dentro das suas limitações.

A realização de reuniões, encontros e conversas de alinhamento foram constantes. A princípio, com a universidade e com os municípios, para conhecer o projeto, cronograma, formadores, quantitativo de cursistas por município e, posteriormente, com os (as) tutores (as), orientando sobre a importância da atuação no acompanhamento dos (as) cursistas, sobre o passo a passo do acesso ao sistema, cadastros, bolsa, criação de grupo de cursistas, lançamento dos relatórios e acompanhamento dos cursistas, instrumento de acompanhamento, carga horária, tempo universidade e comunidade e relatório final.

Cada município foi dividido em turmas, de acordo com o número de tutores (as), que iniciaram a criação de vínculo dando nomes as suas turmas: Sapeaçu - Girassol e Aurora; Elísio Medrado - Natureza e Mandacaru; Santo Amaro - Mar, Sol e Luz; Santo Antônio de Jesus - Sempre Viva, Saberes do Campo, Sustentabilidade e Semente; e Iaçú - Cacto, Jatobá, Peracuca, Ouricuri e Florescer.

No mês de outubro, mais precisamente dia 18 de outubro de 2024, aconteceu o Seminário de Abertura do Programa, no auditório da biblioteca da UFRB, em Cruz das Almas - Bahia. Para iniciar, foi realizado um café da manhã com produtos da agricultura familiar e a apresentação cultural regional com o grupo Samba do Machucador. Estavam presentes a Coordenadora do Programa na UFRB, os (as) Professores (as) Formadores (as) dos municípios supracitados, os Coordenadores (as) Pedagógicos (as), o Vice-Reitor da UFRB, Fábio Josué, Representantes dos Movimentos Sociais, a Diretora da MEC/SECADI, Maria do Socorro, a Secretária de Educação do

Estado da Bahia, Rowenna Brito, e a diretora da DEP, Poliana Reis, por mim representadas - a quem agradeço por me proporcionar essa oportunidade, parceiras do Formacampo, da Escola da Terra, da Educação do Campo, da Educação como um todo - além dos (as) Cursistas e Tutores (as) de cada município.

No seminário foi apresentada a equipe do Programa, os Professores (as) Formadores (as), Tutores (as) e Coordenadores (as). Também foi apresentada a estrutura do curso, o cronograma e como aconteceria a formação, no que diz respeito ao Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Realmente foi um momento de grande expectativa esse início de atividades, pois foram feitas reuniões com os (as) cursistas, a fim de organizar a Mística de Abertura e a entrada das delegações com suas bandeiras, produtos e as músicas do campo, momento marcado por muita emoção, choros e risos.

O almoço ocorreu no refeitório da instituição, muito organizado e sempre com a participação e organização de todos (as), inclusive do próprio Vice-Reitor, sempre participativo junto aos (às) cursistas. No retorno, houve também apresentação do Programa Formacampo e relatos dos (as) participantes, mas o que mais me marcou foi dizer aos cursistas que inspiração não faltaria, mas era preciso motivação, pois essa vem de dentro de cada um e o que eu queria era motivação suficiente para reencontrá-los no seminário final. Ao meu ver, também contribuí, pois, da totalidade dos (as) cursistas, muito poucos desistiram, o que significa uma vitória! Orgulha-me muito fazer parte desse movimento.

As formações nos municípios, apesar das dificuldades vivenciadas em alguns deles, devido a falta de transporte, por exemplo, aconteceram da melhor maneira. Com o brilho do acolhimento, dos abraços, com mesas de café da manhã e lanches colaborativos, mimos com cartões de mensagens de incentivo, dinâmicas e músicas com objetivos diversos. Um deles foi o de

refletir sobre a função social da educação à luz dos pressupostos teóricos que embasam a Educação Rural e a Educação do Campo e sobre a escola como um espaço em disputa e de luta.

Nesse curso de aperfeiçoamento, além das aulas expositivas diversas, outras ações formativas foram desenvolvidas, como seminários, rodas de conversa, palestras, *lives* apresentadas pelos (as) professores (as) formadores (as) dos municípios e convidados (as), estudos orientados, entre outras. Ocasão em que fui convidada para mediar a *live* formativa sobre o lugar do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas do campo, apresentado pelo professor formador do município de Sapeaçu, Edjaldo Vieira.

Os eixos formativos foram divididos em quatro módulos, com suas respectivas disciplinas e os materiais sempre discutidos na coletividade, textos, dinâmicas e atividades para o tempo comunidade, tudo muito bem organizado, como ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 1 -Organização curricular da formação

Eixos formativos	Tempo Universidade	Tempo Comunidade
MÓDULO I: Epistemologia da Educação do Campo <i>Disciplina:</i> Educação do Campo: fundamentos epistemológicos <i>Disciplina:</i> Educação do Campo e Território de disputa	Seminário de Abertura do Programa Formação Módulo I	Estudos orientados Escrita do memorial de Formação

MÓDULO II: A Educação do Campo: sujeitos, escola e diversidade <i>Disciplina:</i> A escola do campo: organização curricular e interdisciplinaridade <i>Disciplina:</i> Educação do Campo, Escola e Diversidade	Formação Módulo II	Estudos orientados Inventário da escola, comunidade e seus sujeitos
MÓDULO III: Práticas Educativas: saberes e fazeres do campo <i>Disciplina:</i> Processo de Alfabetização e letramento <i>Disciplina:</i> Políticas públicas e gestão na Educação do Campo	Formação Módulo III	Socialização de experiências de práticas de alfabetização e letramento nas escolas do campo. Mapeamento das políticas de Educação do Campo implementadas no município
MÓDULO IV: Experiências sobre Gestão das escolas do campo <i>Disciplina:</i> Projeto Político Pedagógico das escolas do Campo <i>Disciplina:</i> Diretrizes Municipais das escolas do Campo	Formação Módulo IV Seminário de Encerramento	Avaliação do Programa

Fonte: elaborado pela autora (2025)

Relatar essa experiência é relevante, porque a Educação do Campo carece de registros sistematizados que demonstrem sua prática, suas dificuldades e, sobretudo, suas tão suadas e merecedoras conquistas. Além disso, evidencia a importância da formação continuada como condição para que professores (as) do campo ampliem seus saberes, articulem-se às demandas sociais e culturais e fortaleçam práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade e a agroecologia.

As aulas foram ministradas por mestres e doutores da UFRB, sempre com abordagem humanizada, por meio de rodas de conversa, estudos dirigidos e projetos coletivos. Foi o que presenciei nas formações, místicas²⁰, valorização do conhecimento ancestral, acolhimento, cuidado com o outro, experiências de vida, valorização dos (as) professores (as), elevação da autoestima, empoderamento, conhecimento histórico-crítico dos conteúdos, fortalecimento das raízes, envolvimento e melhora do desempenho nas aulas, planos de aula estruturados e com sentido, com a importância dos conteúdos reconhecida em cada uma das suas fases. A prática chegando e fazendo parte do desenvolvimento escolar, e o melhor, essa mudança reconhecida pelos (as) professores (as) cursistas.

Nesse processo educativo, também foram realizadas visitas de acompanhamento pedagógico às escolas do campo participantes, pelos (as) tutores (as) responsáveis, buscando acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos (as) professores junto às turmas, a evolução da aprendizagem dos (as) estudantes, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias

²⁰ Pela fundamentação filosófica, os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao *topos*, a parte realizável da utopia. Na militância é como a força de germinação que existe dentre das sementes (Bogo, 2012, p.474-475).

de ensino com base nos conhecimentos adquiridos no tempo universidade.

Recordo-me bem de alguns momentos que me marcaram, como a apresentação das maquetes da representação das escolas de cada um dos (as) professores (as); do momento em que uma professora apresentou o plano de aula que havia sido aplicado em sua escola, contando com uma emoção tamanha a ida das crianças na plantação de banana, uma vez que elas comiam a banana, mas não sabiam de onde vinham e foi mostrando as fotos e vídeos, e assim, trabalhou com a prática articulada com a teoria, apresentando técnicas de cultivo sustentável, manejo de recursos naturais, conservação do solo, além de projetos desenvolvidos nas comunidades.

Houve também a pintura de telas sobre a escola do campo que cada um deseja. Foi possível perceber o contentamento dos (as) cursistas na realização das atividades no decorrer das aulas, na busca pelo conhecimento, pelos seus direitos, o comprometimento com seus e suas estudantes. Como é importante ser visto, ser valorizado! Como potencialidades, ressaltam-se a integração entre saberes acadêmicos e populares, o fortalecimento da identidade camponesa e práticas agroecológicas enraizadas na comunidade.

Segundo Vigotski (2007), o desenvolvimento humano ocorre em interação social e cultural, e o curso favoreceu tais mediações, promovendo aprendizagens significativas. A periodização histórico-cultural permite compreender que o processo formativo adulto não se encerra, mas se transforma, sendo a formação continuada parte essencial da vida profissional (Moura, 2019).

O ponto culminante foi o dia 08 de agosto de 2025, no Auditório da Biblioteca Central da UFRB - Campus de Cruz das Almas, aconteceu o Seminário Final do programa Escola da Terra na UFRB - Turma Forma Campo. Foi feito um café da manhã

coletivo, contando com a participação a agricultura familiar, mística, Samba do Machucador, banda da Educação do Campo, vídeo da turma Formacampo, homenagens, mesa redonda, na qual os (as) cursistas socializaram experiências e resultados. Também contou com a presença de Salomão Hage (UFPA) e Xavier Carvalho (MEC/SECADI), que participaram da Mesa: "O Programa Escola da Terra na Formação Continuada de Educadores/as do campo." Como sempre, a emoção aflora, principalmente ao ver a garra, a força de vontade, a alegria em estar fazendo a diferença; é muito gratificante!

Considerações finais

Essa experiência na Escola da Terra/UFRB – Turma Formacampo revelou-se essencial para o fortalecimento da Educação do Campo na Bahia. E, enquanto coordenadora estadual da ação, pude acompanhar o funcionamento, desde o seu preparo até os resultados com o crescimento dos (as) cursistas, em um processo crítico formativo que uniu teoria, prática e humanização. Caldart (2010) destaca que a Educação do Campo é projeto político e pedagógico que articula escola, cultura e luta social. Esse princípio guiou o curso. A agroecologia esteve presente nos projetos desenvolvidos, construindo um novo projeto de campo (Agroecologia, 2017). Arroyo (2012) enfatiza que a formação docente precisa ser contextualizada, humanizada e crítica. Essas foram as marcas da Turma Formacampo.

Entre as limitações, entretanto, pode-se identificar a carência de políticas permanentes nas escolas do campo dos municípios e a necessidade de maior continuidade do apoio institucional. Há sobrecarga de trabalho dos (as) professores (as), infraestrutura deficitária das escolas do campo e problemas de acesso à internet e transporte.

Vale ressaltar que o que prevaleceu foi uma formação humanizada com espírito de colaboração, “ninguém larga a mão de ninguém”; baixa evasão, o que reforça a relevância do curso; o fortalecimento docente, a ampliação dos saberes sobre a agroecologia, interdisciplinaridade e metodologias contextualizadas; integração universidade-escola-comunidade: cujos projetos desenvolvidos impactaram direta e positivamente a vida comunitária.

Como proposição, sugiro ampliar a rede de formação, consolidar projetos interdisciplinares de agroecologia escolar, integrar universidade, escolas e comunidades em projetos permanentes e reabrir as escolas que foram fechadas, com destaque para a reabertura, no município de Elísio Medrado, da Escola Municipal Eraldo Tinoco, a pedido da comunidade, seguindo as orientações dos direitos e saberes. Importante mencionar que o programa Escola da Terra influenciou nessa decisão.

Referências

ALVES, Rubem. **Por uma educação sensível**. Jandira, SP: Principis, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 538, de 24 de julho de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2025.

CALDART, Roseli. **Educação do Campo**, 257 – 264 In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. [orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MUNARIN, Antônio. **Educação do campo**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Educação Rural**, 293 – 299 In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. [orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In: MUNARIN, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, Z. I. [Orgs.]. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

BOGO, Ademar. **Mística**, 473 – 477 In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. [Orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ARROYO, Miguel. **Formação de educadores do campo** 359 - 365 In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. [orgs.]. **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIGOTSKI, Levy. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOURA, Manoel. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. São Paulo: Xamã, 2019.

AGROECOLOGIA na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. Dionara Soares Ribeiro, et al. org. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

**PROGRAMA ESCOLA DA TERRA – TURMA
FORMACAMPO EM IAÇU-BAHIA: formação
continuada de educadores que atuam em escolas do
campo multisseriadas**

*Liliane Lima Silva²¹
Terciana Vidal Moura*

Resumo

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar as ações formativas desenvolvidas no município de Iaçu, Bahia, por meio do Programa Escola da Terra, que é desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Secretaria Municipal de Educação e MEC-SECADI. A ação é voltada à formação continuada de professores que atuam em Escolas do Campo Multisseriadas. A iniciativa buscou fortalecer práticas pedagógicas contextualizadas, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação comprometida com a realidade dos Sujeitos do Campo. O processo formativo foi marcado por encontros presenciais, oficinas temáticas e vivências colaborativas, envolvendo Educadores que atuam no Município de Iaçu-BA. Este relato evidencia a relevância do Programa, a valorização dos sujeitos do campo, a importância da formação continuada de professores, bem como os avanços observados na prática docente e no engajamento dos educadores com a proposta pedagógica do Programa.

Palavras-chave: programa escola da terra; escolas multisseriadas; formação continuada de professores; educação do Campo.

Palavras iniciais

O Programa Escola da Terra-Turma Formacampo foi desenvolvido em Iaçu, pela Universidade Federal do Recôncavo

²¹ Mestranda em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

da Bahia (UFRB), em parceria com o Ministério da Educação – MEC/SECADI, Secretaria Municipal de Educação e com Escolas e Professores que atuam em Classes Multisseriadas do Campo.

Dentre os quatrocentos e dezessete (417) municípios do Estado da Bahia, Iaçú foi um dos cinco (05) municípios contemplados com o Programa, buscando fomentar o diálogo, o fortalecimento e materialização da Educação do Campo no território. Instituído pela Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013, o Programa Escola da Terra integra o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e está vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

Conforme disposto nos Artigos 2º e 3º da referida Portaria, a implementação de suas ações ocorre em regime de colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e instituições públicas de ensino superior, por meio da celebração de Termo de Adesão com o Ministério da Educação. Entre suas principais ações, destaca-se a oferta de Formação continuada, por meio de um Curso de Aperfeiçoamento com carga horária de 180h, desenvolvido na modalidade alternância, organizados em dois períodos: tempo-universidade e tempo-comunidade. Nesse sentido, discorrer sobre as experiências e contribuições dos Encontros formativos no âmbito do Programa no Município é desconstruir velhas concepções e desvelar um novo olhar sobre a Educação do Campo de Iaçú, haja vista que outrora não dispúnhamos de uma Formação específica para Educadores que atuam em Escolas Multisseriadas do Campo.

O presente relato de experiência visa descrever e analisar as ações formativas desenvolvidas no Município de Iaçú- Ba, evidenciando a relevância do Programa, a valorização dos sujeitos do Campo, a importância da formação continuada de professores, bem como os avanços observados na prática docente

e no engajamento dos educadores com a proposta pedagógica do Programa.

O público alvo foram, em 2024, oitenta (80) professores do Ensino fundamental – Séries Iniciais e Finais das Escolas Multisseriadas do Campo da Rede Municipal de Iaçú. O Município foi escolhido pelo critério de ter um quantitativo significativo de inscritos no Programa Formacampo 2024. O objetivo central do Programa Escola da Terra foi realizar Curso de Aperfeiçoamento formação continuada de Professores, com foco na Educação do Campo.

Os municípios atendidos foram escolhidos pelo critério de participação no Programa Formacampo 2024, dentre eles: Iaçú, Sapeçu, Santo Antônio de Jesus, Elísio Medrado e Santo Amaro na Bahia. Este curso de Aperfeiçoamento foi de fundamental importância na formação continuada de professores em exercício nas Escolas do Campo das redes municipais de ensino dos municípios contemplados, com a perspectiva de contribuir para o fortalecimento da Educação do Campo, bem como valorizar seus sujeitos e suas culturas.

A metodologia adotada foi a Pedagogia da Alternância, organizada em dois momentos formativos: 120h destinadas ao Tempo-Universidade (TU) e 60h ao Tempo-Comunidade (TC). Ao final da formação, foram desenvolvidos, com o acompanhamento e orientação de tutores e Professoras Formadoras vinculadas ao Programa, projetos de intervenção voltados para a realidade das Escolas em que os professores/cursistas atuam.

Vivências e aprendizados junto às escolas do campo multisseriadas

O interesse em contribuir para o debate das políticas educacionais nas Escolas do Campo Multisseriadas surgiu, com intensidade, em 2021, quando passei a integrar o quadro de

funcionários das Escolas do Campo de Lajedo Alto/Iaçu-BA e, mais ainda, com os debates potentes na UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) – CFP (Centro de Formação de Professores), Campus Amargosa-BA, no âmbito do PGGEDUCAMPO, sobretudo na disciplina DCA (Didática, Currículo e Avaliação nas Classes Multisseriadas).

Desde o primeiro contato com as demandas e realidades das escolas situadas em áreas rurais, compreendi que trabalhar em contato direto com as Escolas do Campo Multisseriadas é lidar com contextos marcados por especificidades culturais, sociais, econômicas e geográficas que exigem uma abordagem pedagógica diferenciada e comprometida com a valorização da identidade camponesa.

Nesse âmbito, evidenciar as Escolas do Campo Multisseriadas no Programa de Formação continuada para educadores do Campo é de fundamental importância, tendo em vista que o Município de Iaçu-BA possui um número significativo de Escolas com essa configuração, possuindo atualmente 24 Escolas do Campo Multisseriadas, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação (SME), ano 2025, o que mostra que esta forma de organização pedagógica persiste como uma alternativa na garantia do direito à Educação dos Povos Camponeses.

Ao longo dos anos, em meu trabalho como Educadora, percebi que a Educação do Campo vai além de simplesmente levar conteúdos elaborados numa perspectiva urbanocêntrica aos alunos dos espaços rurais. Ela envolve a defesa do direito de aprender, respeitando os saberes locais, a terra, o modo de vida das comunidades, suas práticas produtivas, culturais e formas organizativas.

Assim, minha experiência docente na Rede Municipal de Iaçu teve início em 2013, mas somente em 2021 tive contato direto com as Escolas do Campo Multisseriadas, quando passei a atuar

na função de Secretária Escolar em um Núcleo que integram 7 (sete) Escolas do Campo, todas com organizações de turmas Multisseriadas. Mesmo estando “fora” da sala de aula, nunca me desvinculei das práticas pedagógicas. Sempre participei ativamente dos planejamentos com os professores/as, mantendo um envolvimento constante com o trabalho educacional desenvolvido no contexto das Escolas do Campo Multisseriadas.

Nesse sentido, minha atuação na Secretaria de Educação do município de Iaçuba passou a ser permeada por um olhar mais atento às particularidades dessas escolas, sobretudo seus enfrentamentos frente à garantia de não nucleação, suas dificuldades de infraestrutura, o acesso limitado a recursos pedagógicos, a formação continuada dos professores e a garantia do transporte escolar de qualidade.

Participar de reuniões com diretores, coordenadores e professores das Escolas do Campo Multisseriadas me possibilitou entender melhor os desafios diários enfrentados nessas unidades, como o distanciamento físico das comunidades, a rotatividade docente e a falta de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da Educação do Campo no Município. Ao mesmo tempo, também pude conhecer práticas educativas ricas e contextualizadas, que valorizam o saber da terra, o trabalho coletivo e a oralidade, e que reforçam a importância da escola como espaço de resistência e pertencimento.

Em Escolas Multisseriadas, as práticas educativas precisam ser contextualizadas, ou seja, partir da vivência dos estudantes, da cultura local, da rotina da comunidade, do meio ambiente e das questões que fazem parte do cotidiano da escola e do território onde ela está inserida. Essa abordagem valoriza o conhecimento prévio dos alunos e torna o processo de ensino mais próximo, acessível e relevante.

Assim, o envolvimento com o debate sobre as Escolas do Campo Multisseriadas se aprofundou também de forma

extremamente intensa a partir da minha participação, inserção e implementação do Programa Escola da Terra no Município de Iaçú, em 2024, Turma Formacampo, coordenada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O Programa Escola da Terra é uma ação do MEC/Secadi.

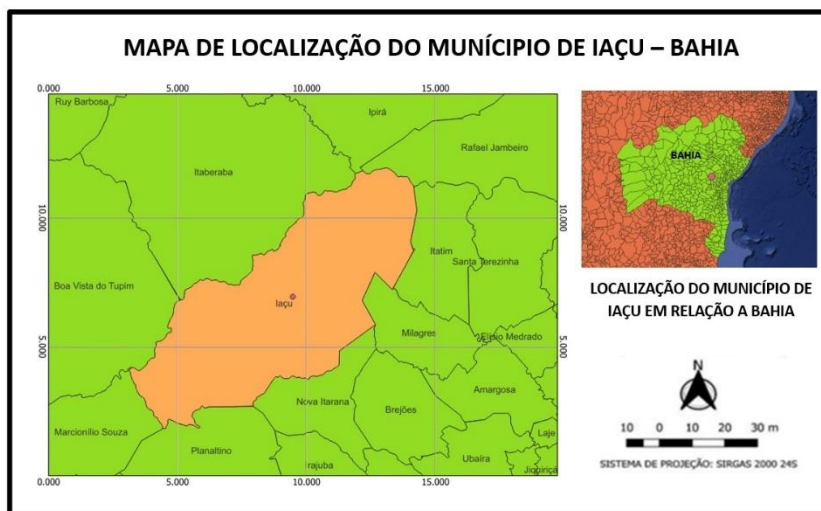
Apesar da existência histórica das Escolas Multisseriadas e diversos trabalhos ao longo do tempo apontarem sua existência, bem como os desafios que as permeiam, pouco se discute a respeito destas, sobretudo nos cursos de licenciaturas e Pedagogia. Portanto, a oportunidade de ser Tutora e Cursista do Programa Escola da Terra, possibilitou-me ampliar ainda mais meu contato com as especificidades das Escolas Multisseriadas, seus princípios pedagógicos voltados à valorização dos saberes locais, da diversidade sociocultural, da realidade vivida pelas comunidades e por professores e professoras que atuam no Campo, e, sobretudo, ter contato com leituras indispensáveis sobre o cenário da Educação do Campo, especialmente a respeito das Escolas Multisseriadas, ampliando o meu olhar sobre essa realidade.

O aporte teórico do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB e do Programa Escola da Terra contribuíram de forma significativa para a compreensão dos princípios e concepções defendidos pela Educação do Campo.

Contextualização do cenário local

O Município de Iaçú-BA situa-se na região central do estado Bahia, na microrregião de Itaberaba, às margens do Rio Paraguaçu, localizado na Chapada Diamantina. Atualmente, possui aproximadamente 24.607 mil habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2022).

Figura 1 - Localização do Município de Iaçú-BA



Fonte: elaboração da autora com base nos dados do IBGE (2025).

Na região, há predominância do Bioma Caatinga, um ecossistema exclusivamente brasileiro, rico em biodiversidade e profundamente ligado aos modos de vida de seus habitantes. Desse modo, muito além de uma paisagem árida, a Caatinga é espaço de resistência, saberes tradicionais e práticas sustentáveis desenvolvidas ao longo de gerações.

O cotidiano das comunidades rurais, especialmente das que vivem e produzem no campo, está intimamente relacionado com as dinâmicas da Caatinga. O uso da terra, o manejo da vegetação nativa, a criação de animais adaptados ao clima seco e a valorização de espécies como o umbuzeiro, o mandacaru e o juazeiro revelam uma sabedoria ancestral construída em harmonia com o ambiente. Essa relação vai além da sobrevivência: ela expressa uma identidade cultural e territorial forjada no diálogo com a natureza e com os ciclos da seca e da chuva.

A relação das pessoas com o Campo na realidade estudada, encontra-se permeada pelo estudo, identidade e trabalho, seja na agricultura familiar, no cuidado com os animais, no cultivo de abacaxi, no artesanato da palha de licurí ou nas diversas formas de organizações produtivas e comunitárias. Diante dessa realidade, as Escolas Multisseriadas não podem reproduzir o modelo urbano-industrial de educação, desconsiderando o tempo, o espaço e os saberes das comunidades locais, debates preconizados pelo Programa Escola da Terra no Município. Assim, a proposta formativa possibilitou a construção de saberes a partir da realidade local, promovendo o diálogo entre a teoria e a prática. Esse contexto representa não apenas a implementação de uma política pública, mas também a construção coletiva de uma educação que respeite as especificidades e potencialidades dos Sujeitos do Campo do município.

Breve perspectiva teórica

A educação tem um papel fundamental para a socialização e formação dos sujeitos. Assim, na contemporaneidade, há uma defesa constante que políticas públicas educacionais possam promover a equidade, a inclusão e a qualidade do ensino na educação brasileira. Nessa defesa, aqui situamos a Educação do Campo, que nasce oficialmente em 1998, mas sua materialidade responde pelo acúmulo da luta histórica dos Movimentos Sociais do Campo e da educação popular no Brasil, que foram criando um repertório teórico e prático para pensar a formação dos povos do campo, traduzido, atualmente, em políticas e marcos normativos na estrutura do Estado.

Para Caldart (2011, p. 14), a Educação do Campo trouxe importantes discussões, no sentido de garantir que as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação pública de qualidade e inclusiva, voltada aos interesses da vida no campo. Para essa mesma autora, “os movimentos sociais carregam bandeiras de luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado”.

Para compreender as propostas defendidas pela Educação do Campo, se faz necessário uma contextualização, no sentido de abranger aspectos educacionais e políticos defendidos pela Educação Rural e Educação do Campo. Apesar de aparentemente serem sinônimos, fica evidente que essas duas nomenclaturas têm concepções e objetivos bem distintos. Na Educação Rural defende-se os interesses da classe burguesa que oprimem a população camponesa através dos meios de produção pautado na lógica de acumulação do capital. É sabido que a Educação do Campo, por sua vez, surge a partir das lutas dos movimentos sociais que veem na Educação perspectivas de melhores condições de vida para os povos do Campo, ancorada em uma educação vinculada com a realidade desses sujeitos.

Nesse sentido, reconhece-se como sujeitos do campo as pessoas que lidam com a terra, as águas e as florestas. É preciso entender o campo como um espaço não urbano, que caminha na direção contrária ao Agronegócio, ao modelo de sociedade que explora não somente o meio natural, mas também os sujeitos camponeses. Assim, defendemos o sujeito do campo como àquele que está intimamente enraizado com sua cultura e que tem suas bases sociais e históricas no chão do território rural. O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo e reconhece como sujeitos do Campo

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores

assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (Brasil, 2010)

Pensar em educação pública do campo vai muito além dos “muros” da Escola, o que se busca é a formação humana e social dos sujeitos, na perspectiva de formar uma sociedade menos desigual, mais justa e igualitária. Temos então, um grande desafio frente ao modelo predominante urbanocêntrico, marcado por exclusões e desigualdades. Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 23) corroboram ao citar que “um primeiro desafio é perceber qual Educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de Educação está presente nesta oferta”. O Programa Escola da Terra fomentou importantes discussões, no sentido de provocar os Educadores a refletirem qual tipo de Educação do Campo está sendo desenvolvida no âmbito do Município.

Apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios significativos quanto à promoção de uma educação do Campo de qualidade do município contemplado pelo Programa. Não diferentemente da educação ofertada aos sujeitos do campo em praticamente todo o país, as mazelas históricas que padecem sobre essa realidade, ainda persistem, onde prevalece as desigualdades educacionais como a infraestrutura precária das escolas, a desvalorização dos profissionais da educação, falta de material didático, currículo adequado, formação docente, entre outros.

Assim, a formação efetivada, no contexto da realidade do campo, oportunizou aos Educadores das Escolas Multisseriadas realizarem seus estudos em seu local de origem, sem precisar deslocar-se para outras cidades, preservando a sua cultura e a contextualidade de suas vivências. No município, as escolas multisseriadas, denominadas como organizações de turmas

escolares, contendo alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagens, são predominantes no contexto rural. Elas existem e resistem ao longo do tempo, até os dias atuais, na história da educação municipal, sendo uma das formas de organizações escolares predominantes. É válido ressaltar que essas turmas são de fundamental importância, no sentido de garantir que os sujeitos do campo tenham acesso à educação no território onde habitam.

Elas têm se constituído no Brasil como a forma de acesso, democratização e da materialização da educação nos territórios rurais (Moura e Santos, 2012). A organização das Escolas Multisseriadas tem se mostrado uma das estratégias adotadas pela educação do campo para garantir sua sobrevivência, resistir às adversidades e afirmar uma nova concepção de escola e de educação. No Brasil, apesar das mazelas que afetam as escolas do campo multisseriadas, estas se apresentam como uma espécie de “tesouro” do campo, haja vista que, historicamente, têm sido a única porta de entrada das populações camponesas à educação.

Nesse sentido, as Escolas Multisseriadas constituem um viés que garante o funcionamento das escolas do campo e o direito de ter acesso à Educação. No entanto, não basta somente a garantia e o acesso, é necessário que haja qualidade, e a garantia de uma educação de qualidade perpassa por diversas questões, que se inicia na qualificação e valorização do profissional que atua na Educação do Campo até as estruturas dos prédios escolares, entre tantas outras questões explícitas nos Marcos Legais, como determina o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, quando afirma que

as Escolas Multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos

adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente (Brasil, 2010, p. 3).

Apesar da importância das Escolas Multisseriadas no contexto brasileiro, elas ainda são concebidas, infelizmente, como um mal necessário, sendo o modelo seriado urbano a referência para pensar o trabalho pedagógico desenvolvido nelas. Ademais, elas têm sido culpabilizadas pelo fracasso pela má qualidade da educação ofertada aos povos do campo, o que tem sido utilizado como justificativa para o fechamento de escolas do campo.

As Escolas Multisseriadas possuem como característica a heterogeneidade e isso tem se configurado como uma particularidade a ser compreendida na práxis pedagógica. Apesar da hegemonia da forma escolar centrada na seriação, os Marcos Legais da Educação do Campo (Brasil, 2002; Brasil, 2008; Brasil, 2010), bem como a LDBEN 9394/96, trazem outras possibilidades de organização dos tempos educativos para além da seriação, portanto, legitimando as Escolas Multisseriadas como um espaço de garantia de direito à educação para os povos do campo.

Entende-se que o problema da precarização, materializada nas Escolas Multisseriadas, não se deve à forma que as suas turmas se encontram organizadas, ou seja, não é o modelo multisseriado que “desqualifica” ou “marginaliza” as escolas do campo, mas, sobretudo, o descaso do Estado com essa realidade, que tem contribuído para alimentar a representação negativa que se tem dessa realidade, como algo negativo, atrasado, retrógrado, que precisa evoluir para o modelo seriado urbano (Santos e Moura, 2021). Para Hage (2014), “na atualidade, a multisseriação é resultado de um processo de negligência do estado com o campo, tornando-se uma precarização do paradigma de organização seriado”.

Problematizar as Escolas Multisseriadas, através do Programa Escola da Terra, é reconhecer que a escola do campo possui uma relevância social que impacta diretamente a vida de seus sujeitos, sendo assim, uma poderosa arma, um marco de resistência ao longo do tempo, que delimita o território no seu sentido mais profundo: o de existir.

Reflexos da atuação formativa

No município de Iaçú - BA, a implementação do Programa Escola da Terra gerou impactos significativos. A formação dos professores, estruturada na metodologia da alternância, proporcionou momentos de aprofundamento teórico (Tempo-Universidade) e vivências práticas em suas comunidades escolares (Tempo-Comunidade). Como resultado, foi possível observar avanços no desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, maior engajamento dos docentes com a proposta do Programa e fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. Além disso, a elaboração de projetos de intervenção - sobretudo, agroecologia, bem como a revisitação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) - contribuíram para a valorização da identidade das Escolas Multisseriadas do Campo e para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem no contexto da realidade do município.

O Programa, coordenado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em parceria com a (SME) Secretaria Municipal de Educação de Iaçú, teve seu início no dia 18 (dezoito) de outubro de 2024, com o Seminário de Abertura do Programa na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) - Campus Cruz das Almas-BA, e sua conclusão no dia 08 de agosto de 2025, com o Seminário de encerramento, também na UFRB-Cruz das Almas-Ba.

As ações do programa Escola da Terra no Município contaram com a colaboração das professoras Formadoras Niltânia Brito e Jaquelina Moraes, assim como dos Professores/Cursistas Tutores, juntamente com professores e professoras que atuam em Escolas do Campo Multisseriadas no Município de Iaçú. O município contou com 5 turmas de cursistas que somaram 80 professores participantes da Formação. O curso aconteceu em períodos formativos complementares e inter-relacionados, dividido em quatro módulos. Cada módulo apresentou uma temática diferente sobre os princípios e concepções defendidos pela Educação do Campo. O módulo I foi dividido em 2(dois) momentos: no primeiro momento, denominado como introdução à Educação do Campo, abordou-se os seguintes conteúdos: princípios da Educação do Campo, políticas públicas e marcos normativos da educação do Campo, protagonismo dos movimentos sociais e agroecologia e escolas do campo.

No módulo II, foi trabalhado identidade e organização do trabalho pedagógico nas Escolas do Campo Multisseriadas, apresentação de atividades desenvolvidas pelos cursistas e planejamento do TU. No módulo III, no TU, foi trabalhado, as Escolas Multisseriadas como possibilidade do direito à educação e práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto. Foi um momento enriquecedor, pois, houve exposição de relatos de experiências dos professores que atuam em turmas multisseriadas, predominando um espaço de diálogo, construção, troca de ideias e aprendizado.

O módulo IV proporcionou uma discussão aprofundada a respeito da gestão democrática nas Escolas do Campo Multisseriadas. Na proposta de organização do módulo, contamos com uma roda de conversa sobre o Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo do Município, com o envolvimento de todos os cursistas, bem como atividades

práticas sobre a forma de gestão de cada escola envolvida no processo.

No município de Iaçú, as Escolas do Campo Multisseriadas é realidade nas 24 escolas do campo, atendendo a uma demanda de mais de 350 alunos, conforme Censo Escolar de 2025. Essas Escolas convivem com a diversidade cultural do município. A população é composta por camponeses e pescadores. Ao observarmos o contexto desses povos no município, compreendemos a importância do Programa Escola da Terra, haja vista que a prática docente precisa estar contextualizada com as diversidades deste local.

A experiência formativa do Escola da Terra revelou-se de fundamental importância para os cursistas, os quais foram instigados a pensar sobre um currículo que contemple práticas pedagógicas que correspondam as individualidades e características do território em questão de forma contextualizada às propostas pedagógicas defendidas pela Educação do Campo.

Destaca-se, ainda, o impacto positivo sobre profissionais que, mesmo atuando há décadas em Escolas do Campo Multisseriadas, nunca haviam tido acesso a uma formação continuada específica voltada para essa realidade. Após mais de 25 anos de existência da Educação do Campo, muitos desses professores foram, pela primeira vez, contemplados com uma formação que reconhece e valoriza suas vivências, saberes e desafios cotidianos. Assim, o Programa Escola da Terra reafirma-se como uma política pública essencial para a valorização do magistério, a qualificação do ensino e a construção de uma educação verdadeiramente comprometida com os povos do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 de setembro de 2025.

BRASIL, Ministério de Estado da Educação. **Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013: institui a Escola da Terra**. Brasília (DF): DOU, Seção 1. 03/07/2013.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: desafios e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**.

HAGE, Salomão. A Mufarrej. **Transgressão do Paradigma da (Multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 35, nº 129, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iacu/panorama>, acesso em 05 de setembro de 2025.

Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 1996.

MOURA, Terciana Vidal Moura; SANTOS, Fábio Josué dos. A Pedagogia das Classes Multisseriada: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Revista Debates em educação**, ISSN 2175, Maceió, v. 4, n. 7, jan/jul. 2012.

SANTOS, D. de J.; MOURA, T. V. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas. *In*:

MOURA, T.V.; SANTOS, F. J. S. dos; FRANCO, M. J. do N. (org.). **Classes**

Multisseriadas: reinvenção e qualidade das escolas do campo. Curitiba: CRV, 2021.

FORMAÇÃO ESCOLA DA TERRA-TURMA FORMACAMPO: experiência e saberes na Educação do Campo

Taislane Ferreira Santos²²

Resumo

O presente relato apresenta a experiência vivida na formação Escola da Terra, realizada no município de Iaçu/BA, destacando os aprendizados, reflexões e contribuições para a prática docente na Educação do Campo. O relato é qualitativo e descritivo, fundamenta-se na participação ativa nos encontros formativos, que envolveram leituras, rodas de conversa, seminários, construção de maquetes, planos de aula e trocas de saberes entre os cursistas. A formação possibilitou a valorização das práticas pedagógicas, a compreensão da diferença entre educação no/do campo, bem como o reconhecimento das salas multisseriadas como forma de resistência, e não como problema. As discussões, mediadas de maneira dialógica, favoreceram a construção coletiva do conhecimento e reforçaram a importância da Educação do Campo como direito historicamente conquistado por meio de lutas, conforme aponta Sueli Caldart. Conclui-se que a formação representou um espaço de fortalecimento profissional e de reafirmação da escola do campo como lugar de identidade, resistência e possibilidades, contribuindo para repensar práticas pedagógicas e valorizar os sujeitos do campo em sua diversidade.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação Docente; Escola da Terra; Práticas Pedagógicas.

²² Licenciada em Letras/Libras-Língua Estrangeira- (UFRB). Pós-graduada em Tecnologias e Educação Aberta e Digital- (UFRB). Pós-graduanda em Educação Inclusiva - (IFBAIANO). Tutora da Escola da Terra

Introdução

O presente relato apresenta a experiência da tutora Taislane Ferreira Santos na formação Escola da Terra, realizada em Iaçú/BA. A formação proporcionou aos professores cursistas uma vivência muito enriquecedora, pois possibilitou discussões teóricas e práticas que fortaleceram e valorizaram as práticas pedagógicas dos profissionais do campo, além de promover trocas de conhecimentos construídas coletivamente.

Moro no distrito de Lajedo Alto, município de Iaçú/BA, um espaço rural que muitas pessoas acreditam ser urbano, o que sempre despertou curiosidade. Durante a formação, esse interesse em compreender melhor a realidade local foi se intensificando. A formação possibilitou aos cursistas momentos de troca de experiências, de sistematização dos conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória profissional e, sobretudo, de fortalecimento das práticas pedagógicas.

Assim, este relato busca compartilhar os principais aprendizados, reflexões e contribuições que a formação trouxe para a prática docente, além de destacar os desafios e as potencialidades da Educação do Campo, marcada por sua riqueza e diversidade

Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa, elaborado a partir da participação no processo formativo do Programa Escola da Terra, iniciado em novembro de 2024, no município de Iaçú-BA, com o término em 08 de agosto de 2025. Segundo Gil (2008), a pesquisa qualitativa possui caráter descritivo e exploratório. Nessa perspectiva, o presente relato busca apresentar reflexões

construídas ao longo da formação, fundamentadas na vivência direta nos encontros.

A experiência foi construída a partir das atividades formativas organizadas pela coordenação geral da Prof.^a Dr.^a Terciana Vidal Moura e mediadas pelas formadoras Jaqueline Braga e Niltânia Brito. Durante os módulos, foram realizadas leituras, atividades orientadas como seminário, construção de maquete das escolas, planos de aula, discussões coletivas, rodas de conversa e trocas de saberes entre os cursistas, o que possibilitou a construção de conhecimento de forma dialógica e colaborativa.

Portanto, as reflexões apresentadas neste trabalho advêm da observação e da participação ativa nas atividades propostas, considerando as contribuições teóricas e práticas desenvolvidas ao longo do processo.

Discussões

A formação Escola da Terra teve início em novembro de 2024 e, desde o primeiro encontro, mostrou-se de grande importância. Antes mesmo de nos aprofundarmos nos textos teóricos, tivemos a oportunidade de conhecer a realidade de cada colega cursista que participaria do processo formativo. Esse momento foi muito enriquecedor, pois o processo não apenas contribuiu de forma significativa, mas também valorizou os cursistas, reconhecendo que cada um fazia parte da construção do conhecimento, como aponta Paulo Freire.

[...] ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor. Ensinar e aprender têm que ver o esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com

o empenho igualmente crítico do aluno de ir *entrando* como sujeito em aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora deve deflagrar. Isso não tem nada que ver com transferência de conteúdo e fala da dificuldade, mas, ao mesmo tempo, da boniteza da docência e da discência (Freire, 1996, p. 118-119).

Em concordância com Freire (1996), o conhecimento não pode se dar de forma verticalizada; ele deve considerar os saberes de todos, uma vez que nenhuma pessoa é detentora absoluta do saber. Assim, a mediação é fundamental para a construção coletiva do conhecimento. Nesse contexto, compreendemos o conceito de Educação do Campo, conforme definido por Caldart:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart, 2024, p. 259).

Diante disso, entendemos a Educação do Campo como um processo que sistematiza as lutas diárias dos povos camponeses, ribeirinhos e pescadores. As atividades da formação foram organizadas em dois formatos: encontros formativos e alternância. Os encontros foram extremamente proveitosos, pois nos possibilitaram estudar e refletir sobre os conteúdos e, posteriormente, vivenciar discussões coletivas muito ricas.

A forma como os módulos foram organizados pela coordenação geral da Prof.^a Dr.^a Terciana Vidal Moura contribuiu significativamente para a construção do conhecimento. Nesse processo, destacam-se as mediações das formadoras Jaqueline Braga e Niltânia Brito, que conduziram os encontros de maneira humana e acolhedora. Apesar da vasta bagagem de conhecimento que possuem, nunca utilizaram isso para se sobrepor aos cursistas; pelo contrário, demonstraram sempre humildade e respeito, valorizando cada participação.

Essa formação foi verdadeiramente transformadora. Nos relatos iniciais, alguns professores se mostravam favoráveis ao fechamento das escolas do campo e à nucleação. Contudo, em nenhum momento as formadoras foram impositivas em suas colocações. A partir dos estudos dos módulos, do contato com as legislações, das metodologias (como as rodas de conversa) e das atividades propostas, os cursistas foram se empoderando. Com isso, muitos passaram a compreender que a nucleação não é a solução e que as salas multisseriadas não representam um problema, mas sim um sinal de resistência do povo do campo e uma alternativa que pode trazer resultados positivos.

Durante as discussões, aprendemos a diferença entre Educação do Campo e educação no campo, compreendendo que as pessoas do campo devem ter o direito assegurado de estudar em seu lugar de origem e ter acesso a uma educação de qualidade. Afinal, não é porque a educação acontece no campo que o conhecimento precisa ser restrito; pelo contrário, os alunos devem conhecer o mundo mesmo vivendo no campo.

Aprendemos também a importância de defender a Educação do Campo, pois ela foi construída a partir das lutas e dos movimentos sociais. Como afirma Sueli Caldart “a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo

brasileiro que trabalha e vive no/do campo” (Caldart, 2009, p. 30).

Em consonância com a autora, esta afirmação se confirmou durante a formação, uma vez que os cursistas puderam compreender que a Educação do cCmpo não deve ser vista como algo inferior ou limitado, mas como um direito conquistado historicamente, fruto das lutas sociais, e que precisa ser valorizado no cotidiano escolar. Discutimos e aprendemos sobre os documentos que norteiam a Educação do Campo, como o calendário escolar que deve ser adaptado a realidade, as diretrizes e o projeto político pedagógico.

Uma inquietação, mesmo antes da formação, era compreender se determinada localidade ou escola poderia ser considerada rural, ainda que não apresentasse classes multisseriadas. Nesse sentido, Martins (2020) destaca que: “[...] uma vez que não é somente o espaço geográfico ou a produção da existência que determinam tais sujeitos, mas também o sentimento de pertença, que é extremamente subjetivo, entre outros fatores de vinculação necessários para a construção de identidades coletivas” (Martins, 2020, p. 75). Assim, compreendemos que o que determina se um espaço é ou não do campo é a identidade do povo.

Considerações

A formação Escola da Terra foi uma grande e enriquecedora experiência muito importante para nós, pois trouxe aprendizados que vamos levar para a vida pessoal e profissional. Durante todo o percurso tivemos momentos de estudo, reflexão e troca de experiências que nos ajudaram a entender melhor a realidade da Educação do Campo e a valorizar ainda mais o nosso papel como professoras, sem contar

que não foi uma formação de cima para baixo, mas valorizando os cursistas enquanto sujeitos.

Percebemos que a escola do campo é um local de resistência e de identidade e que as salas multisseriadas, tão presentes, não são um problema, mas uma forma de mostrar a força do povo do campo. Podemos entender que o que define se uma comunidade é ou não do campo vai além da geografia: é o sentimento de pertencimento e da identidade do povo.

Essa formação ajudou os cursistas a fortalecerem as práticas pedagógicas e a acreditar que, mesmo com desafios, é possível transformar a Educação do Campo em um espaço cada vez mais rico, diverso e cheio de possibilidades.

Referências

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 28ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Fernando José. *A escola e a educação do campo*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Escola da Terra: Caderno de Estudo, Módulo I**. Cruz das Almas: UFRB, 2024.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Escola da Terra: Caderno de Estudo, Módulo II**. Cruz das Almas: UFRB, 2025.

**PROGRAMA ESCOLA DA TERRA, TURMA
FORMACAMPO: desbravando e percorrendo caminhos
para o fortalecimento da Educação do Campo no
município de Santo Antônio de Jesus**

Cleuza Moraes da Silva Freire²³

Jilvan Santos de Jesus²⁴

Manoella de Souza Fonsêca Marques²⁵

Marilucia de Jesus Santana Santos²⁶

²³ Licenciada em Pedagogia séries iniciais pela UNEB no ano de 2008, Pós Graduada em Educação Infantil Pela FACE em 2012, professora das séries iniciais desde 1998 na Escola do Campo, Tutora e cursista do Programa Escola da Terra, atualmente coordenadora técnica pedagógica da SME.

²⁴ Licenciado em Pedagogia pela UNIFACEMP, Especialista em Políticas Públicas na Educação Básica e Especialista em Gestão e Coordenação Escolar – FAZAG, Pós-Graduado em Adm. Escolar, Supervisão e Orientação - UNIASSELVI

²⁵ Pedagoga, especialista em Planejamento e Gestão para a Educação, Psicopedagogia, Docência e Gestão da Educação Básica e Supervisão Escolar Professora da Rede Municipal de Educação de Santo Antônio de Jesus e Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Educação da Bahia. Atuou como formadora do PROFA (Programa de formação de Professores Alfabetizadores), do PNAIC -Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e atualmente está Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, foi tutora do Programa Escola da Terra -Turma Formacampo no município de Santo Antônio de Jesus

²⁶ Licenciada em Pedagogia pela UNEB, Especialista em Gestão Educacional pela Rede Pitágoras, Especialista em Educação do Campo pelo Ifbaiano/Serrinha é Mestra em Educação do campo pela UFRB, Membro do grupo de pesquisa OBSERVALE, Tutora do Escola da Terra/ Turma Formacampo, Professora da Educação Básica no município de Santo Antônio de Jesus, desde de 1998.

Resumo

Este trabalho apresenta um relato das vivências e do desenvolvimento da formação continuada para professores/as das escolas do campo numa perspectiva dialógica e unilateral, realizada através do Programa Escola da Terra, que é uma Política Pública do MEC, uma ação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI). No município de Santo Antônio de Jesus, participaram sessenta professores e quatro tutores, oriundos do Programa de Formação de Educadores do Campo - FORMACAMPO, uma vez que ter participado do Formacampo foi uma condição preliminar para participar da formação do Escola da Terra, por isso essa edição do Programa foi denominada Escola da Terra - Turma Formacampo. Realizar uma formação direcionada para o contexto das Escolas e professores do campo é um sonho que se materializa, pois garante o reconhecimento da identidade e das especificidades do campo na prática educativa; fortalecimento da valorização profissional dos docentes que atuam nessa realidade; o desenvolvimento de estratégias pedagógicas contextualizadas, que promovem aprendizagem significativa para as educandas e educandos do campo; o aprimoramento de competências em gestão de sala de aula, contribuindo para a melhoria dos indicadores de aprendizagem, permanência escolar e equidade. Desafios, aprofundamentos teóricos, trocas de experiências, aprendizados e resultados muito significativos resumem o que foi a formação no município de Santo Antônio de Jesus.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Formação. Escola da Terra.

Contextualização do Programa e do município

Santo Antônio de Jesus é um município localizado no Território do Recôncavo da Bahia, Brasil. Segundo os dados mais recentes do IBGE, a população estimada é de aproximadamente 103.055 habitantes, com um crescimento significativo nos

últimos anos, tem se destacado por sua importância econômica e cultural na região do Recôncavo Baiano. Santo Antônio de Jesus é um centro comercial e de serviços, servindo como um polo para cidades vizinhas. A economia local é diversificada, com destaque para o comércio, a agricultura e a indústria, especialmente no setor de confecções e produtos alimentícios.

A cidade também é conhecida por suas festividades religiosas, como a festa em homenagem a Santo Antônio e o São João, que atrai visitantes de diversas partes do estado e do país. Além disso, Santo Antônio de Jesus possui uma infraestrutura em desenvolvimento, com escolas, hospitais e opções de lazer que contribuem para a qualidade de vida dos seus habitantes.

O município conta com diversas escolas públicas, sendo um quantitativo, entre municipais e estaduais, de 55 escolas, que buscam atender a demanda da população local, desde as creches até o Ensino Médio. A cidade conta também com duas Universidades públicas - Campus V da UNEB e a UFRB -, além de um Instituto Federal, o IFBA. A taxa de alfabetização tem mostrado melhoria, refletindo os esforços em políticas educacionais e programas de incentivo ao aprendizado.

O município de Santo Antônio de Jesus, de acordo com o censo Escolar, tem um quantitativo de 11.694 alunos. Tratando-se especificamente da educação no campo, temos um quantitativo de 2.310 alunos, distribuídos nas 18 escolas do campo. Em pesquisa realizada para a escrita do Referencial Curricular Municipal - RCM, do município, do ano de 2020, e dados retirados na pesquisa intitulada: "Classes Multisseriadas no Município de Santo Antônio de Jesus: Construindo Itinerários Formativos", revelaram que não havia, nesta época, uma formação específica para professores das escolas do campo, uma formação omnilateral que contemplasse as especificidades dessa realidade e atendesse às demandas reais do cotidiano da prática pedagógica das escolas campesinas.

No entanto, no ano de 2023, buscando corrigir essa ausência e entendendo a importância da formação continuada, o município fez a adesão ao Programa Formação de Educadores do Campo, o FORMACAMPO, buscando oferecer para os educadores e educadoras das escolas do campo uma formação específica, possibilitando uma educação que respeite e dê visibilidade a seus alunos.

Com isso, é importante se pensar nas finalidades do ato de educar. Parafraseando Caldart (2023) compreendemos que estas não podem ser relativas ou conjunturais, pois vão se dando e revelando aos poucos já que a educação se trata de um processo longo e contínuo. Para ela: “A escola, como espaço de relações que visam a formação humana, precisa pensar em intencionalidades que atendam às necessidades formativas dos sujeitos que no dia a dia a compõem. [...] (Caldart, 2023, p. 34)

Assim, é bem importante pensarmos no tipo de escolas que queremos e que sujeitos queremos formar, Neste sentido, confirma-se que a formação docente é essencial para que as ações desenvolvidas na educação de um município sejam sempre pensadas e gestadas de forma que chegue aos nossos alunos, pois são eles a razão do existir escolas e é para eles que deve estar voltado o fazer pedagógico. O Formacampo chegou no município com esse olhar, de acompanhar o professor, trazendo discussões e reflexões importantes. No ano seguinte, em 2024 o Programa seguiu, dessa vez, com um quantitativo de 60 professores inscritos, sendo que, no mesmo ano, estes também foram convidados a participarem do Programa Escola da Terra, versão Formacampo.

Como já mencionado neste texto, o Programa Escola da Terra é uma Política Pública do MEC, uma ação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), pensada especificamente para dar conta da formação continuada do professor, em especial

aqueles que trabalham nas escolas do campo. A execução do “Escola da Terra” tem suas bases legais instituída pela Portaria n. 579, de 2 de julho de 2013.

Salientamos assim, que o Programa, nessa nova perspectiva, iniciou, no ano de 2024, atendendo aos 60 profissionais da Educação que já eram cursistas do Formacampo, sendo estes regentes de classe, diretor escolar e coordenador pedagógico.

Todos estes desenvolvem suas atividades profissionais em escolas do campo e que oferecem o Ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Santo Antônio de Jesus. A Formação tem sido muito positiva, a participação dos cursistas tem sido intensa e convidativa a melhor conhecer como vem acontecendo essa Formação na íntegra, bem como entender as implicações deste na vida profissional dos cursistas.

Caminhos desbravados e percorridos para o fortalecimento da Educação do campo

Inicialmente, estudando o histórico da Educação do Campo no Brasil, foi essencial a possibilidade de conhecer a materialidade, a origem dessa construção bonita, que se deu a partir de muitas lutas, principalmente dos Movimentos Sociais, que foram os percussores da Educação do Campo. Assim, foi importante conhecer concepções e princípios de uma educação que contrapõe à Educação Rural, contribuindo para o aprendizado individual e coletivo dos cursistas, ficando claro, principalmente, que a Educação Rural visa o sistema capitalista, já a Educação do Campo visa formar e valorizar os sujeitos do campo, suas vivências, identidade e histórias. Segundo Caldart (2000, p.265),

E o modo de fazer a luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupa-la também nessa perspectiva, como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de estudo que trabalhe com essa vida concreta.

Isso porque, as temáticas estudadas possibilitaram aos cursistas perceberem a importância do lugar, da terra, e das lutas para a Educação do Campo, e tudo isso precisa ser contemplado nos processos e no fazer Pedagógico da escola do campo, vivendo e valorizando uma Educação que aparece pela primeira vez em um documento oficial, no ano de 2008, a Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril. Esse instrumento do Conselho Nacional de Educação, bem como - e principalmente - as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, instituídas em abril de 2002, incorporam proposições do “Movimento de Educação do Campo”. O art. 1º da Resolução nº 2, de 2008, é demonstrativo dessa influência na linguagem oficial ao definir que:

“A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros”.

Assim, pensando nesses contextos, pode-se dizer que é preciso compreender como foi sendo constituído essa forma de

pensar educação, que se contrapõe ao modelo hegemônico e perverso, contemplado na Educação rural. Assim, é fundamental trazer e refletir essas questões para a nossa trajetória escolar, formação, a carreira profissional, as experiências pedagógicas na escola do campo e o processo de constituição da nossa identidade como educador (a) do campo, olhar esse momento desafiador, repensar e valorizar cada passo, construindo ações que venham contrapor a uma educação rural e excludente.

Outra questão refletida, foi a educação do Campo no Cenário das Políticas Educacionais Brasileira, um panorama sobre o surgimento e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação do campo, como os marcos normativos e programas, os quais tem sido fundamentais para que a Educação do campo aconteça. E para isso, um outro caminho importante foi evidenciado nesta formação: a agroecologia como parceira eficaz diria essencial para Educação do campo, para contrapor a hegemonia de um agronegócio que defende um campo do negócio, do lucro do capitalismo, sem identidade, sem gente. Para Altieri,

Ela orienta o redesenho dos sistemas, pela transformação do funcionamento e da estrutura do agro ecossistema, ao promover um manejo orientado a garantir alguns processos básicos de promoção da diversidade. Ao contrário da lógica convencional, aqui a biodiversidade é o pilar fundamental do seu redesenho dentro dos sistemas agrícolas (Altieri, 2012, p. 141)

Diante do exposto, é preciso dizer que as escolas do campo devem beber da água da agroecologia, pois fazer Educação do campo é também perpassar por estes espaços, já que esta é construída na coletividade. Será que minha escola é do campo? Hoje, cada profissional da Educação é convidado a

questionar-se, não só por uma questão geográfica, mas principalmente por questão, cultural, de histórias e identidade como assegura,

o Decreto 7.352 de 2010: § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as crianças, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Assim, foi possível refletir sobre as próprias práticas, pensando nos principais contextos sobre a Educação do Campo, como a identidade da escola do campo, os maiores desafios para a construção e afirmação da identidade da escola do campo e as diferenças de uma escola rural para uma escola do campo. Essa reflexão motivou e emocionou os cursistas.

Pensando na organização do trabalho pedagógico e na Educação do Campo, a proposta de atividades práticas, como seminário temático, foi muito bem desenvolvida. Nesta, foi proposto um diálogo de forma didática a partir das realidades e os textos, bem como a representação das escolas e da comunidade em que atuamos, por meio de maquetes, descrevendo a história, sujeitos, modos de vida, cultura, produção e sua identidade, as características físicas e estruturais, corpo docente, perfil dos alunos e funcionários, currículo, proposta pedagógica, PPP, forma de gestão e relação com a

comunidade. Todos esses apontamentos possibilitaram aos cursistas refletirem se as escolas nas quais atuam são do campo; se não, o que falta para se tornar uma? As fotos abaixo são pequena amostra da potência desses momentos.

Figura 1 -Encontros de formação no município de Santo Antônio de Jesus



Fonte: Registros dos autores (2025).

Assim, podemos afirmar que a formação do Escola da Terra olhou para o professor e suas demandas, uma construção feita com eles e não para eles, e isso fez toda a diferença. E coaduna com a fala de Martins, quando afirma que:

A escola do campo pode contribuir com a valorização da vida no campo, como um instrumento útil para a manutenção da juventude, das famílias, da cultura dos

povos do campo, desvelando que a dicotomia real não é entre campo e cidade, mas entre capital e trabalho. MARTINS (2020, p.91) -MOD 2 PART II

Nessa perspectiva, a construção de um planejamento para trabalhar a Educação do Campo no chão da escola, foi de extrema importância para que cada um de nós pudéssemos valorizar e mostrar todos os dias o valor da escola do campo na comunidade, na vida de cada um camponês. Assim, foi muito importante, também, falar sobre classes multisseriadas, questão tão real em nossas escolas e que vem sofrendo historicamente uma negação e camuflando suas potencialidades. Nessa perspectiva, falamos sobre Educação do Campo, Turmas Multisseriadas e Diversidade, através das leituras e práticas, das riquezas que acontecem dentro da escola, foi construído um espaço de diálogo, relacionado as práticas exitosas com as turmas multisseriadas, pensando também no que precisamos ocupar para a garantia da qualidade nas escolas do campo e saber que:

A educação do Campo é fruto do acúmulo de diversas experiências políticas, educativas e pedagógicas construídas historicamente pelo conjunto de movimentos populares do Brasil que se mobilizaram na construção de alternativas ao modelo de sociedade excludente, que secularmente tem marcado o país (Moura e Santos p. 2, 2025).

Em consonância a todo esse percurso, finalizamos a Formação também dialogando sobre gestão das escolas do campo, pensando nos elementos que devem ser garantidos para que a escola do campo tenha uma cultura democrática e atenda os princípios de gestão, no que defende a Educação do Campo,

em paralelo a tudo que é necessário estar ancorado na escola, como por exemplo, a construção e revisão do Projeto Político Pedagógico e se este está seguindo os pressupostos que a educação do campo defende. Para sistematizar todos esses diálogos, cada cursista produziu um desenho, idealizando a escola do campo, seguindo o paradigma da Educação do Campo, por meio de linhas e cores diversas.

Um pouco dos resultados

O Programa Escola da Terra – Turma Formacampo foi um caminho trilhado por profissionais deste município com alegria e dedicação, pois possibilitou aos cursistas momentos de aprendizado, de trocas eficazes de experiências, mas também oportunidade de rever suas práticas, visando mudanças pessoais, políticas e profissionais, isto porque sua forma flexível de lidar com as temáticas discutidas nos encontros permitiam aos cursistas emitir suas opiniões e, dessa forma, participarem ativamente desta organização. A descrição abaixo destaca a importância deste Programa para o fazer pedagógico dos professores.

Pergunta no google forms :

Há alguma diferença na educação de Santo Antônio de Jesus na forma de olhar as escolas do campo antes e depois do Formacampo e Escola da Terra?

Resposta dos professores:

- Acho que a escola do campo depois do programa tem mais valor
- Sim. O olhar de mais atenção por parte da SME,

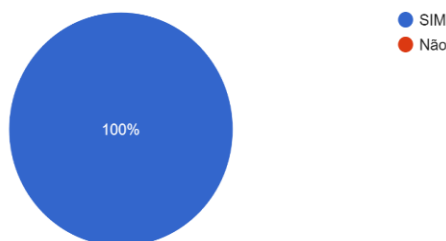
- Creio que o curso Formacampo contribuiu para criarmos temas relacionado ao cotidiano do aluno do campo durante as aulas. As aulas passaram a ser multidisciplinares, porque cada conteúdo é planejado e comparado com a vivência do aluno do campo em todos os componentes curriculares.
- É uma mudança que se dá aos poucos, mas o fato do município aderir ao Formacampo e Escola da Terra é porque a escola do campo precisa diferenciado, consequentemente nossas escolas do campo terá visibilidade.
- A Educação de Santo Antônio de Jesus ganhou militância para caminhar lutando para permanência das escolas do campo, com classe multisseriada, mostrando que a aprendizagem acontece.

Assim, se evidencia que a formação docente para atuar nas escolas do campo constitui uma necessidade premente diante das especificidades socioculturais, econômicas e territoriais que caracterizam as populações camponesas. O Programa Escola da Terra pode garantir uma Formação potente e que fala do chão de nossas escolas.

Figura 1: Percepção docente sobre a formação

1- SUA FORMA DE PENSAR E FAZER EDUCAÇÃO DO CAMPO TEM MUDADO APÓS ESTA FORMAÇÃO?

37 respostas



Fonte: Questionário aplicado em 2025.

Diante dos resultados expostos acima - e que são revelados pelos próprios professores -, fica evidente que o Programa Escola da Terra-Turma Formacampo foi um caminho trilhado por profissionais deste município, possibilitando a cada cursista um momento de aprendizado, mas também uma oportunidade de rever suas práticas, proporcionando mudanças pessoais, políticas e profissionais, como está evidente no gráfico. Assim, afirmaram, através de diálogo e pintura, como é a escola do Campo dos seus **sonhos**:

Figura 2: Encontro formativo



Fonte: Arquivo dos autores (2025)

Considerações finais, para outros inícios

Diante de tudo que foi mencionado acima, é evidente a importância do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo para os docentes que participaram da formação. Por aqui, não houve indicação de receitas, houve diálogo, valorização e muitas trocas, pois a formação mais completa se dá com os seus, com socialização de experiências. Nesse sentido, por meio desse Programa, foi possível perceber que a Educação do campo, aos poucos, vem se materializando, ela já é vista sentida no chão das nossas escolas.

Assim, cada atividades proposta por esse Programa vêm contribuindo para o fortalecimento da Educação do Campo, dos direitos e autonomia dos professores, para a Re/elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos, mais alinhados com a realidade das escolas do Campo, formações específicas, e claro, o fortalecimento e reconhecimento das potencialidades das turmas multisseriadas. Os participantes destacaram mudanças nas suas práticas em sala de aula, tendo consciência crítica e destacando a necessidade de políticas que assegurem condições de trabalho digno aos educadores das Escolas do Campo. Deixamos nossos aplausos para esta formação; os professores disseram: “estamos aqui!” O Programa Escola da Terra, viu, acolheu e caminhamos juntos, fazendo a diferença.

Referências

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª ed., (revista e ampliada), São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

BRASIL. **Decreto no 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Brasília, Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC: CNE. Diário Oficial da União, 9 de abril de 2002, Seção 1, p. 32. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.Pdf

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2/2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília, 2008.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. In: FERNANDES, B. M. et al. Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação. Brasília, DF: Inkra, MDA, 2008.

CALDART, R. S. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. In: Aula Inaugural Do Semestre Do Curso De Licenciatura Em Educação Do Campo, 2020, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CALDART, R. S. (Org.). **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade**. 392 p. São Paulo: Expressão Popular. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola: Petrópolis: Vozes, 2000

MARTINS, Fernando José. **Gestão Democrática e Ocupação da Escola; o MST e a Educação**. Porto Alegre: EST, 2004.

SANTOS, D. de J.; MOURA, T. V. **Práticas pedagógicas em classes multiseriadas**. In:

MOURA, T.V.; SANTOS, F. J. S. dos; FRANCO, M. J. do N. (org.).
Classes

Multisseriadas: reinvenção e qualidade das escolas do campo.
Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, F. J. S. dos; MOURA, T. V. **Políticas Educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas.** In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (org.). **Escola de Direito:** reinventando a escola multisseriada. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NA UFRB – TURMA FORMACAMPO NO MUNICÍPIO DE ELÍSIO MEDRADO-BA

Renê Souza Andrade

Valnei Cardoso de Jesus

O presente relato de experiência tem como objetivo compartilhar as vivências no âmbito do Programa Escola da Terra, uma iniciativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio da turma Formacampo, no município de Elísio Medrado-BA. A iniciativa, vinculada às políticas públicas de formação continuada de professores da Educação do Campo, busca fortalecer as práticas pedagógicas em consonância com as especificidades, saberes e modos de vida das comunidades camponesas. A experiência revelou estratégias eficazes de formação e cooperação, evidenciando o potencial de fortalecer redes de apoio entre educadores e consolidar práticas colaborativas que contribuem para a organização e o fortalecimento das escolas do campo.

Palavras-chave: Formação. Escola da Terra. Prática Pedagógica.

Introdução

O presente relato de experiência tem como objetivo compartilhar as vivências no âmbito do Programa Escola da Terra, uma iniciativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio da turma Formacampo, no município de Elísio Medrado-BA. A iniciativa, vinculada às políticas públicas de formação continuada de professores da Educação do Campo,

busca fortalecer as práticas pedagógicas em consonância com as especificidades, saberes e modos de vida das comunidades camponesas.

A proposta teve como objetivo geral oferecer um curso de aperfeiçoamento sobre a temática Educação do Campo, com carga horária de 180 horas, baseado na Pedagogia da Alternância, destinado a 250 cursistas, entre professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares das redes municipais atendidas pelo Programa Formacampo. A formação envolveu os municípios de Iaçú, Elísio Medrado, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Santo Amaro, fortalecendo a articulação entre universidade e escolas do campo. Contudo, o presente relato concentra-se especificamente na experiência vivenciada no município de Elísio Medrado, considerando suas particularidades e especificidades territoriais.

Elísio Medrado é um município localizado no território de identidade Vale do Jiquiriçá, na Bahia, com uma população de 7.808 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Caracteriza-se por uma alta proporção de população rural (55,5%), o que torna a implementação do Programa Escola da Terra um espaço de trocas significativas. O programa valoriza a cultura camponesa, fortalece a prática docente e promove a reflexão crítica sobre os desafios e potencialidades da Educação do Campo.

A formação de professores em Elísio Medrado historicamente acontecia de forma unificada, tanto para educadores do espaço urbano quanto para os do campo, sem uma abordagem específica para as necessidades das escolas rurais. Com a chegada do Programa Escola da Terra, uma nova história de capacitação se inicia, voltada especificamente para os professores da rede municipal que atuam em escolas do campo, atendendo estudantes do ensino fundamental (anos iniciais) e da EJA.

Para simbolizar a diversidade da região, marcada pelo encontro da exuberância da Mata Atlântica e da resiliência da Caatinga, os cursistas foram divididos em dois grupos: Mandacaru e Natureza. O grupo Mandacaru representava a Caatinga, simbolizando a resistência e a capacidade de florescer mesmo em condições adversas. Já o grupo Natureza personificava a Mata, com sua vitalidade, diversidade e abundância, refletindo a riqueza das trocas no processo formativo.

Essa imersão na cultura local foi reforçada por lanches coletivos, onde cada cursista contribuía com alimentos oriundos de suas realidades regionais, como frutas, beijus, cuscuz e café. A partilha transformava o momento em um rito de comunhão, reforçando os laços comunitários. Outro pilar da formação era a mística que antecedia cada encontro, um espaço de protagonismo dos próprios cursistas para expressar a realidade da educação em suas escolas, a relação com a comunidade e os desafios e avanços do processo formativo.

Professores, coordenadores e gestores do campo passaram com êxito por esse ciclo de formação. Nos intervalos dos encontros, muitos expressavam o contentamento de ter acesso a conteúdo-teóricos e práticas de formação que dialogam diretamente com suas vivências e com as linguagens do campo. Esses momentos foram significativos, marcados por leituras, práticas e o compartilhamento de experiências bem-sucedidas.

A eficácia do programa pode ser mensurada pela mínima taxa de evasão. Apenas três casos foram registrados: dois cursistas se mudaram de município, e um terceiro precisou se dedicar a estudos específicos para o ingresso em um mestrado. A baixa desistência é um relevante da pertinência da proposta, do engajamento dos educadores e da qualidade da formação oferecida. O sucesso da iniciativa também foi amplamente sustentado pelo apoio do município, que forneceu almoço,

transporte e o espaço para os encontros, demonstrando o reconhecimento do poder público sobre a importância da valorização e capacitação desses profissionais.

Organização dos encontros formativos

Os encontros presenciais foram planejados e realizados de forma dialógica, participativa e contextualizada, articulando os princípios da Educação do Campo com as práticas pedagógicas dos educadores. Cada encontro foi estruturado em momentos de acolhimento, mística, estudo teórico, socialização de práticas e planejamento coletivo.

Temáticas abordadas nos encontros

- ✓ Princípios da Educação do Campo;
- ✓ Educação do Campo x Educação Rural;
- ✓ A identidade e o papel social da Educação do Campo;
- ✓ Saberes e fazeres camponeses no currículo escolar;
- ✓ Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo;
- ✓ Interdisciplinaridade e metodologias ativas no contexto rural;
- ✓ Práticas agroecológicas na Educação do Campo;
- ✓ Educação ambiental e sustentabilidade no território camponês;
- ✓ Avaliação e planejamento na perspectiva da Educação do Campo.

Metodologia

Os encontros combinaram exposição dialogada, rodas de conversa, leitura e análise de textos teóricos, oficinas

pedagógicas, relatos de experiências e dinâmicas culturais. O protagonismo dos cursistas foi constantemente incentivado, especialmente na condução da mística inicial, que refletia a realidade vivida em suas comunidades e escolas.

Atribuições dos participantes:

- ✓ Coordenação geral: responsável pela gestão e supervisão do Programa Escola da Terra em âmbito nacional, definindo diretrizes, orientações e metas, acompanhando a execução das ações nos estados e promovendo a articulação com o Ministério da Educação e instituições formadoras parceiras.
- ✓ Coordenação estadual: realizou o acompanhamento geral do programa, assegurando a integração entre as turmas da UFRB e demais instituições parceiras, além de monitorar a execução das ações formativas e avaliar o cumprimento dos objetivos pedagógicos do Escola da Terra nos municípios, articulando com os formadores e os tutores.
- ✓ Coordenação municipal: suporte logístico (espaço, transporte, alimentação) e articulação entre a UFRB e as escolas;
- ✓ Professores formadores: elaboração das aulas, condução das temáticas, proposição de leituras e orientação das atividades práticas;
- ✓ Tutores: mediação das discussões, acompanhamento das práticas pedagógicas, sistematização dos registros formativos e controle de frequência dos cursistas;
- ✓ Cursistas: participação ativa nas discussões, socialização de experiências e elaboração de planos de ação contextualizados.

Dados quantitativos do Programa no município de Elísio Medrado

O Programa Escola da Terra-Turma Formacampo contou com ampla participação das comunidades escolares do campo, envolvendo diferentes sujeitos e ações formativas ao longo de sua execução. Participaram escolas do campo - incluindo os Anos Iniciais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) -, com a adesão de professores cursistas e gestores, fortalecendo o compromisso com uma educação contextualizada e de qualidade.

A equipe formadora foi composta por profissionais da UFRB e tutores do próprio município, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e pela mediação das atividades formativas. Durante o desenvolvimento do programa, foram realizados seminários presenciais que representaram momentos significativos de socialização, troca de experiências e avaliação das práticas.

O baixo índice de evasão demonstra o engajamento dos participantes e a relevância das ações desenvolvidas junto às escolas do campo, reafirmando o papel formativo e transformador do programa na valorização da educação do campo. A seguir, apresentamos a tabela com os dados referentes à realização do programa:

Quadro 1 -Quantidade de sujeitos envolvidos na formação

Categoria	Quantidade
Escolas do Campo participantes	14
Cursistas (professores)	32
Cursistas (Gestores/ Coordenadores)	06
Estudantes atendidos nas Escolas do Campo	343

Formadoras (UFRB)	02
Tutor	02
Seminários (abertura e encerramento)	02
Taxa de evasão	03

Fonte: Levantamento feito pelos tutores, 2025.

Dessa forma, observa-se que o Programa Escola da Terra-Turma Formacampo cumpriu um papel essencial na formação continuada dos educadores do campo no município de Elísio Medrado, promovendo o fortalecimento das práticas pedagógicas e o reconhecimento das especificidades das comunidades rurais. As ações desenvolvidas contribuíram para o aprimoramento do trabalho docente, o incentivo à permanência dos estudantes e a consolidação de uma educação que valoriza os saberes, as identidades e as realidades objetivas do campo.

Desafios enfrentados durante o processo formativo

O desenvolvimento das ações formativas do Programa Escola da Terra revelou importantes aprendizados, mas também trouxe à tona desafios inerentes ao trabalho educativo no contexto rural. Esses desafios exigiram planejamento, diálogo e estratégias coletivas de superação, reafirmando o compromisso dos envolvidos com uma formação contínua, crítica e contextualizada.

Ao longo da formação, alguns desafios se fizeram presentes e exigiram estratégias de superação coletiva, entre eles:

- ✓ Conciliar as datas dos encontros com o calendário da Secretaria Municipal de Educação e as demandas cotidianas das escolas;
- ✓ Limitações de acesso à internet e transporte em algumas localidades rurais;
- ✓ Carência de materiais pedagógicos contextualizados;
- ✓ Tempo reduzido para o planejamento coletivo;
- ✓ Apesar desses desafios, a mobilização dos participantes, o apoio da Secretaria Municipal e o acompanhamento da UFRB foram fundamentais para garantir a continuidade e o êxito do processo formativo.

Pontos positivos da formação

A trajetória formativa desenvolvida no âmbito do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo proporcionou experiências significativas, fortalecendo a identidade docente e ampliando o compromisso coletivo com a educação do campo. Os momentos de estudo, reflexão e troca de saberes possibilitaram a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, enraizadas na realidade das comunidades camponesas e na valorização dos saberes locais. Entre os aspectos mais significativos e positivos do Programa no município, destacam-se:

- ✓ Fortalecimento da identidade docente do campo e do sentimento de pertencimento dos educadores;
- ✓ A valorização da cultura camponesa como elemento pedagógico e formativo;
- ✓ A ampliação do diálogo entre universidade, secretaria e escolas;
- ✓ A promoção de uma formação baseada na partilha de saberes;
- ✓ A baixa taxa de evasão, evidenciando o envolvimento e o compromisso dos cursistas;
- ✓ A criação de um ambiente formativo acolhedor e colaborativo, pautado na solidariedade e na coletividade.

A experiência revelou estratégias eficazes de formação e cooperação, evidenciando o potencial de fortalecer redes de apoio entre educadores e consolidar práticas colaborativas que contribuem para a organização e o fortalecimento das escolas do campo.

A experiência de tutoria e sua contribuição formativa

A atuação como tutor no Programa Escola da Terra configurou-se como um processo formativo de natureza recíproca. O exercício da tutoria transcendeu a função de orientação, estabelecendo-se como um espaço de diálogo onde o saber-fazer docente do campo era sistematicamente mobilizado e integrado à matriz curricular do programa. Esta dinâmica possibilitou o desenvolvimento de competências técnicas relativas à mediação pedagógica, bem como a qualificação da escuta e a estruturação de processos formativos de caráter participativo.

A função demandou a mobilização de uma postura reflexiva constante sobre a prática docente, contribuindo para a consolidação do engajamento com os princípios da Educação do Campo, entendida como um projeto de transformação social.

Um aspecto central da experiência de tutoria envolveu a gestão e a organização logística dos encontros formativos. Este processo incluiu uma interlocução direta com a Secretaria de Educação Municipal para a solução de necessidades operacionais que garantiram a participação plena dos professores.

As atividades de articulação abrangeram:

1. Transporte e Deslocamento: Negociação com a Secretaria para a definição e disponibilização de rotas e meios de transporte que assegurassem o deslocamento dos cursistas do campo para o local dos encontros presenciais.
2. Alimentação e Infraestrutura: Coordenação para provisão de almoço e a estruturação do tradicional "café coletivo" em cada encontro, promovendo um ambiente de convivência e partilha essencial ao processo pedagógico.

A tutoria se desdobrou, ainda, na articulação permanente com os níveis superiores do programa. O diálogo com a Coordenação Estadual foi estabelecido para alinhamento das ações propostas e garantia da execução das diretrizes pedagógicas. Similarmente, a comunicação com as formadoras centrais era mantida para ajustes metodológicos e a mediação de conteúdos junto aos cursistas.

Para complementar os momentos presenciais e aprofundar o estudo teórico, foram organizados encontros virtuais (via Google Meet) no tempo-comunidade dos participantes. Esses encontros se destinavam à leitura prévia de textos de referência e à discussão coletiva, qualificando o debate e apropriação dos conteúdos programáticos.

Em cada módulo presencial, foi dedicada atenção especial à elaboração e promoção da mística. Este dispositivo foi utilizado como ferramenta pedagógica para a construção da identidade e coesão do grupo, reavivando os princípios e o compromisso ético-político com a Educação do Campo.

A tutoria, nesse arcabouço, constituiu-se como um polo de desenvolvimento profissional e articulador logístico, evidenciando a necessidade de compreender o território não apenas como espaço de aplicação, mas como fonte de

conhecimento, onde o diálogo é a ferramenta primordial para a ação e a emancipação.

Considerações finais

Em suma, este relato não busca apenas registrar a experiência vivida, mas também evidenciar as aprendizagens, os desafios e as contribuições do programa para a formação docente e para a consolidação de uma Educação do Campo contextualizada, crítica e emancipadora. Ele se torna um testemunho da transformação que uma formação específica e direcionada pode trazer para a comunidade escolar e para o fortalecimento da identidade camponesa.

Constatou-se que a vivência contribuiu de maneira significativa para o fortalecimento de práticas pedagógicas exitosas, para o estreitamento entre teoria e prática, para a valorização da educação do campo e para a construção coletiva do conhecimento, reafirmando a relevância da troca de saberes e da reflexão crítica sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Embora tenham surgido desafios, como a conciliação das datas das formações com outras demandas da Secretaria de Educação, os aprendizados adquiridos evidenciam que cada experiência constitui um espaço formativo, capaz de ressignificar posturas e provocar novos olhares sobre a realidade.

Desse modo, este relato não se encerra em si mesmo, mas integra um processo em constante construção, que requer continuidade, aprofundamento e diálogo permanente com a comunidade escolar e acadêmica. Assim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam inspirar outras práticas e fortalecer o compromisso com uma educação crítica, inclusiva e transformadora.

Referências

MAIA, Maria Cláudia Zaratini. **Programa Escola da Terra: a formação de professores como possibilidade de concretização do direito à educação.** Revista Educação e Políticas em Debate – v. 12, n. 1, p. 298-312, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revista_educacao_politicas/article/view/67548>. Acesso em: 11/04/2025.

O PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-TURMA FORMACAMPO NO MUNICÍPIO DE SAPEAÇU/BAHIA

Ana Lúcia da Ressurreição Santos²⁷

Andreia Costa Oliveira²⁸

O presente relato traz a experiência vivenciada pelo município de Sapeaçu-Ba no programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo, no período de outubro de 2024 a agosto de 2025. O município pretendia fortalecer os processos de formação continuada junto aos professores da rede municipal de ensino. É válido ressaltar a relevância da formação na qualificação profissional dos educadores do campo num sentido mais amplo, visto que muitos nunca tiveram essa oportunidade, a qual reverberará significativamente, no processo de ensino e aprendizagem dos educandos camponeses e, simultaneamente, no sentimento de pertencimento dos mesmos enquanto sujeitos do campo.

Palavras-chave: Formação Continuada. Escola da Terra. Identidade Docente.

Introdução

O município de Sapeaçu teve no seu processo de formação mediante a integração da sesmaria do Paraguaçu, doada pelo 2º

²⁷ Pedagoga, mestranda em Educação do Campo pela UFRB; coordenadora pedagógica na rede municipal de Sapeaçu-BA; tutora do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo.

²⁸ Pedagoga, professora efetiva e atualmente está atuando na coordenação pedagógica na rede municipal de Sapeaçu, tutora do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo.

Governador Geral do Brasil, D. Duarte da Costa, ao seu filho Álvaro da Costa, em 17 de janeiro de 1557. Expulsos, os índios Cariris ou Sabujas que habitavam estas terras, formou-se a Fazenda Sapé Grande, de propriedade de Pedro Barbosa Leal, onde foi construída uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Nessa Capela, o Padre Vitorino, filho da região, veio celebrar a primeira missa.

O proprietário da Fazenda Sapé Grande cedeu terrenos a vários colonos que construíram suas habitações em torno da capela, formando-se o povoado de Sapé, pertencente ao município de São Felix do Paraguaçu. Esse arraial de Sapé foi elevado a condição de Freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Sapé, pela lei provincial nº 2.548, de 03 de setembro de 1885.

Com a criação do Município de Cruz das Almas, por força da Lei Estadual nº 190 de 29 de julho de 1887, Sapeaçu passou a pertencer como território de Distrito de Paz, sendo desanexado de São Felix. Em 1898 a Freguesia de Sapé passou a ser o 1º Distrito da Vila de Cruz das Almas, sendo o Intendente, o cônego Antônio Silva França.

Em virtude do estabelecimento pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943 - modificado pelo de nº 12.978 de 1º de julho de 1944 - o nome do distrito de Sapé foi alterado para Sapeaçu, adotando aos munícipes o gentílico de Sapeaçuense. Com o topônimo, Sapeaçu foi restaurado, com sede na vila do mesmo nome pela Lei Estadual nº 549 de 27, de abril de 1953, sancionada pelo governador da Bahia, Dr. Régis Pacheco, composto dos territórios de Sapeaçu e Baixa do Palmeira, ambos desanexados de Cruz das Almas. Apesar do município criado, Sapeaçu continuou na mesma condição de dependência de Cruz das Almas.

Em 05 de setembro de 1954, foi nomeado o gestor de negócios municipais, Sr. Alfredo Fernandes Carvalho, e em 07 de

abril de 1955, ocorreu à instalação solene do município e a posse da 1ª Câmara de Vereadores e Prefeito, eleitos em 1954. A Coletoria Federal foi instalada em 05 de fevereiro de 1963, por força da Lei Federal nº 3.855 de 18 de dezembro de 1960. A instalação da Comarca de Sapeaçu ocorreu em 18 de março de 1988 e a posse da 1ª Juíza de Direito, Dr^a Maria Carlota Sampaio dos Humildes, em 12 de abril de 1988.

O município de Sapeaçu está situado na região do Recôncavo Sul da Bahia, com altitude de 200m. Situado a 156 km de Salvador, capital do estado, tem como principal via de acesso a BR 101, a BR 116, a BA 242 e a BA 493. Com área territorial de 130 km², faz divisa com os municípios de Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Cabaceiras do Paraguaçu, São Felipe e Castro Alves, tendo como coordenadas geográficas a Latitude: -12.7081418 e Longitude: -39.2167652.

Além da sede, o município ainda conta com um distrito denominado de Baixa do Palmeira e 29 povoados, indicando assim, que Sapeaçu é predominantemente rural, com o código municipal de número 2929602, data de emancipação política comemorada em 27 de abril e tem como prefeito atualmente, o Sr. George Vieira Gois.

De acordo com dados do IBGE, o município apresenta uma população total de 17.963 habitantes, a qual, em sua maioria, é rural, visto que 51,25% da mesma vivem no campo, com uma densidade demográfica de 136,89 hab/km². A população Sapeaçuense é predominantemente de baixa renda, com sua base na agricultura familiar de subsistência, com produção dominante de citrus, fumo, mandioca, pecuária bovina e culturas subsistência de pequeno e médio porte. No que se refere a prestação de serviços para a população Sapeacuense, destaca-se: Hospital e Maternidade de Sapeaçu, Estádio de Futebol, Unidades Básicas de Saúde-UBS, agência dos correios, previdência social, fábrica de estofados, fábrica de calçados,

fábrica de bolachinhas, pousadas, terminal rodoviário e biblioteca municipal. A população rural conta com: quadra poliesportiva, campos de futebol, bares, quiosques, igrejas evangélicas e católicas, casa de farinha comunitária e restaurante.

As tradições passadas de geração a geração, além da alegria, cultura e diversão, significam também uma importante fonte de recursos para a população. Conhecendo a importância dos aspectos culturais de uma população, a Lei Orgânica contempla, na Seção II do seu documento, os artigos 139, 141 e 142, que tratam exclusivamente da valorização, do apoio, da preservação e incentivo aos bens culturais do município, principalmente a área rural. Sapeaçu possui grande calendário de festas religiosas, destacando-se as festas da padroeira Nossa Senhora da Conceição, que é festejada no período de 29 de novembro a 08 de dezembro.

Nessa ocasião, há novena e missas festivas, com barracas de bebidas e comidas típicas. Esta é a festa mais importante, em que toda cidade está mobilizada. Vale lembrar os feriados municipais, como: 27 de abril, onde se comemora o aniversário da cidade e 08 de dezembro, festa da Padroeira. Além dessas comemorações, a cultura municipal contempla outras festas, como São João, São Pedro, Santo Antônio, Festas de Reis e Cavalgadas.

O contexto educacional do município de Sapeaçu-Bahia

No contexto educacional, o município assegura aos munícipes a Educação Básicas em todas as etapas, níveis e modalidades, visando a estruturação e normatizações dos aspectos fundamentais para a formação de indivíduos críticos, ativos e participativos no contexto da sociedade contemporânea, totalizando, com base no censo escolar de 2025, um quantitativo

de 5.204,00 (cinco mil, duzentos e quatro) educandos, sendo estes distribuídos na rede de ensino municipal, entre as zonas rural e urbana, normatizadas pelos Conselhos de Educação, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, Conselho escolar, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e o Conselho Municipal de Educação- CME.

No que diz respeito as escolas do campo, o município apresenta um quantitativo de 17 (dezessete) escolas, as quais atendem a todas as etapas da Educação Básica e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA, totalizando 2.377,00 (dois mil, trezentos e setenta e sete) educandos. É válido destacar que, no referido ano, nenhuma escola no campo foi nucleada ou fechada, embora não haja uma coordenação pedagógica específica da Educação do Campo na Secretaria de Educação, tendo em vista que a maioria do município se configura como rural, além da rede receber um número considerável de educandos do campo na sede.

Conforme citado anteriormente, o município de Sapeaçu-Ba se configura como uma comarca majoritariamente rural, tendo em suas unidades escolares, tanto rural quanto urbana, educandos do campo. No entanto, ainda não possui um currículo específico que contemple os mesmos, assim como uma equipe pedagógica para determinado público. A proposta pedagógica atende ao mesmo, mediante ao currículo implantado com atividades e objetos do conhecimento proposto ao contexto urbano, diferenciando-o por algumas estratégias e metodologias diferenciadas, visando atender os educandos camponeses.

A relevância do processo de formação continuada para os professores das escolas do campo

Ao aderir a proposta do programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo, em 2024/2025, o município pretendia continuar ofertando aos professores da rede municipal de ensino, formação continuada, assim como conhecimentos específicos que contemplassem no processo de (re)elaboração dos PPPs; e igualmente a implantação de Diretrizes Municipais da Educação do Campo-DMEC; sendo criada mediante a Portaria Municipal Nº 11/2024 de 21 de agosto de 2024, a Comissão/Comitê Especial para a Construção ou (re)elaboração Participativa das Diretrizes Municipais da Educação do Campo e Acompanhamento das Políticas de Educação nas Escolas do Campo no Município de Sapeaçu- Bahia.

Assim, é pretensão atender a toda a classe campesina, com a elaboração de um projeto que visa a implantação de uma unidade piloto que assegure aos educandos do campo uma educação condizente com as normativas que a legitimam efetivamente. Portanto, inicialmente, foi apresentado a proposta do programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo aos gestores em suas unidades escolares, tendo em vista que o formato do mencionado programa diferenciava-se do programa anterior, o qual não possuía formações presenciais.

Concomitantemente, foi reconfigurado o grupo de WhatsApp, através do qual foram acolhidos todos os professores cursistas e igualmente o professor formador designado para o desenvolvimento do programa no município, Edjaldo Vieira, o qual foi apresentado no seminário de lançamento do Programa Escola da Terra-Turma Formacampo/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, realizado no dia 18 de outubro do ano corrente, no auditório da mencionada instituição, em Cruz das Almas-Bahia. Do mesmo modo, foi elaborado oficialmente a relação de todas as cursistas inscritas, contendo dados relevantes

das mesmas, tais como: nome, unidade de atuação, C.P.F, telefone e email, no intuito de materializar as ações fomentadas no âmbito do processo formativo.

Dentre os desafios enfrentados no desenvolvimento do processo formativo, podemos citar o período eleitoral, o qual corroborou na ausência de alguns professores cursistas, o processo de desenvolvimento das avaliações externas, as adesões de programas educacionais, os quais requerem a extensão da carga horária dos professores, assim como a baixa dos professores que possuem vínculo trabalhista contratuais, fato que impactou significativamente no mencionado processo formativo.

Diante das dificuldades enfrentadas, o professor formador, ressignificou a sua prática formativa, buscando saná-las mediante ao desenvolvimento das atividades nos encontros do Tempo Universidade-TU, ficando para o Tempo Comunidade-TC as leituras e elaborações de textos dos referenciais teóricos. É válido destacar que, embora tenham ocorrido tais demandas, o quantitativo de professores cursistas que permaneceram no quadro de funcionários não sofreu déficit no que tange a participação nos encontros presenciais.

Desse modo, é possível afirmar que o processo formativo desenvolvido pelo mencionado programa a partir dos encontros presenciais, estratégias e metodologias aplicadas - assim como o nível de conhecimento teórico e prático do professor formador, o qual balizou sua atuação na presteza, dedicação e empenho, no que diz respeito a mediação dos conhecimentos para com os cursistas e o bom desenvolvimento do programa -, se configurou como fundante na apreensão dos conhecimentos ministrados e, concomitantemente, na qualificação dos mesmos.

Em relação a atuação das tutoras municipais, Ana Lúcia da Ressurreição Santos e Andreia Costa Oliveira, mediante a um posicionamento crítico, é possível afirmar que ambas

desenvolveram satisfatoriamente suas funções, diante das demandas relatadas, buscando possibilidades admissíveis, dentre as quais financeiras, para um efetivo desenvolvimento do programa. Assim, compreende-se que as demandas advindas se configuraram como um alicerce em busca de uma possível criação de uma coordenação pedagógica específica para a Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação, visando ofertar aos professores que laboram no campo e ou que recebem educandos do campo, na área urbana, possibilidades de participarem com mais tranquilidade do processo de formação continuada.

É válido ressaltar a relevância desta formação na qualificação profissional dos educadores do campo num sentido mais amplo, visto que muitos nunca tiveram essa oportunidade, a qual reverberará significativamente, no processo de ensino e aprendizagem dos educandos campestinos e, simultaneamente, no sentimento de pertencimento dos mesmos enquanto sujeitos do campo. A carga horária prevista para o desenvolvimento do programa foi contemplada satisfatoriamente, contemplando professores, coordenadores pedagógicos e gestores das áreas urbana e rural, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1 -Quantitativo de escolas e sujeitos envolvidos na formação

Quantidade de cursistas do município inscritos na formação	Quantidade de escolas localizadas no campo envolvidas na formação	Quantidade de escolas localizadas na cidade envolvidas na formação	Quantidade de cursistas que concluíram a formação	Quantidade de professores/as inscritos no programa	Quantidade de diretores escolares inscritos no programa	Quantidade de coordenadores/as escolares inscritos no programa
20	04	04	17	20	04	03

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

No que diz respeito ao processo de formação continuada, fomentada pelo professor formador Edjaldo Vieira, este foi constituído pelas normativas que legitimam as concepções e princípios da Educação do/no Campo, assim como do Programa Escola da Terra, o qual compreende uma ação do Pronacampo instituído pela Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, constituindo-se em política de educação específica para o campo, alicerçado na;

- Portaria nº 579 de 2 de julho de 2013, que a institui, e estabelece seus objetivos;
- Constituição Federal de 1988 - art. 214 que trata sobre a educação; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (especialmente o Título VI, artigos nº 61 e 62 que estabelece a formação de professores);
- Lei nº 12.695 de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo;
- Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA;
- Portaria MEC nº 1.328 de 23 de setembro de 2011, que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO;
- Resoluções CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002; Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; e,
- Resolução CD/FNDE nº 45 de 29 de setembro de 2011, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de

estudo e pesquisa concedidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e pagas pelo FNDE/MEC a profissionais que atuam em cursos nas áreas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo.

Dessa forma, as estratégias desenvolvidas buscaram qualificar os professores que laboram no contexto do campo, visando, conforme o Ministério da Educação-MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI (Brasil, 2013, 03) “[...] promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades”, tencionando ofertar uma educação digna e de qualidade aos mesmos.

Logo, o desenvolvimento do Programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo - sendo este voltado para a formação continuada de professores do campo - se configura como estratégia primordial para a conquista de uma Educação do/no Campo sonhada para os sujeitos camponeses, nos contextos das áreas urbano ou rural. De acordo com Maia (2023, p. 7):

O Programa Escola da Terra tem fundamental importância na formação específica para os professores que atuam em escolas do campo preparando-os para atuar com a população do campo, suas peculiaridades e necessidades próprias, em especial para as crianças que estudam em salas multisseriadas na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental.

Desse modo, partindo desta premissa e tendo em vista que no município de Sapeaçu a maioria das escolas do contexto rural são multisseriadas, a promoção da formação continuada pelo programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo compreende uma oportunidade fundante para se atingir o

projeto de educação pleiteado pelos sujeitos que compõem este espaço.

Assim sendo, mediante ao processo formativo do Programa Escola da Terra na UFRB/Turma Formacampo, os professores cursistas puderam ressignificar as suas práticas pedagógicas, ministrando por meio de projetos e sequências didáticas, com aulas inovadoras e dinâmicas.

Referências

- BAHIA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação-PME**. Lei nº 564 /2015, de 17 de junho de 2015. Sapeaçu-Bahia.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002 - **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. MEC: Brasília - DF, 2002.
- BRASIL. Manual de Gestão do Programa Escola da Terra. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2013.
- LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.
- MAIA, Maria Cláudia Zaratini. **Programa Escola da Terra: a formação de professores como possibilidade de concretização do direito à educação**. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 12, n. 1, p. 298-312, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revista_educacao_politicas/article/view/67548>. Acesso em: 11/04/2025.



(74) 99202714

